

### **Energisa S.A.** **Notas explicativas às demonstrações financeiras para o** **Exercício findo em 31 de dezembro de 2015**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário).

#### **1 Contexto operacional**

---

A Energisa S/A (“Energisa” ou “Companhia”), com sede em Cataguases, estado de Minas Gerais, é uma sociedade anônima de capital aberto, com ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo. O principal objetivo social é a participação no capital de outras empresas, além da prestação de serviços administrativos às suas distribuidoras de energia elétrica e demais controladas, relacionadas na nota explicativa nº 4.

A Energisa S/A detém controle societário de empresas distribuidoras, geradoras e comercializadoras de energia elétrica, que possuem obrigações regulatórias conforme consta nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica.

As controladas distribuidoras, geradoras e comercializadoras de energia elétrica, possuem obrigações regulatórias conforme consta nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica e nas autorizações concedidas as empresas de geração e comercialização, conforme segue:

##### **Distribuição de energia elétrica:**

I - fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - organizar e manter registro e inventário dos bens vinculados à concessão e zelar por sua integridade, sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador;

IV - atender a todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações; e

VI - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) alterações em posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão.

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente. Os Contratos de Concessão das controladas Energisa Minas Gerais (“EMG”), Energisa Nova Friburgo (“ENF”), Caiuá Distribuição de Energia (“Caiuá”), Companhia Nacional de Energia Elétrica (“CNEE”), Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema (“EDEV”), Empresa Elétrica Bragantina (“EEB”) e Companhia Força e Luz do Oeste (“CFLO”), vencidos em julho/2015, foram renovados pelo Poder Concedente (Ministério de Minas Energia - MME) por mais 30 anos, ou seja, até julho/2045. Em dezembro de 2015, os aditivos de prorrogação aos contratos foram assinados.

As informações referentes à revisão e aos reajustes tarifários, ativos e passivos financeiros setoriais, contas a receber da concessão, ativos vinculados à concessão e receita de construção estão apresentados nas notas explicativas nº 11, 12, 16, 19 e 30, respectivamente.

#### **Renovação das Concessões:**

As controladas Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A, Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A, Caiuá Distribuição de Energia S/A, Companhia Nacional de Energia Elétrica, Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema, Empresa Elétrica Bragantina e Companhia Força e Luz do Oeste tiveram seus contratos de concessões vencidos em 07 de julho de 2015 para os quais foram assinados em dezembro de 2015 termos aditivos aos contratos de concessão com vencimento em 07 de julho de 2045. Os aditivos foram formalizados de acordo com o Despacho do Ministro de Estado de Minas e Energia de 09 de dezembro de 2015, na Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, no Decreto nº 7.805 de 14 e setembro de 2012 e no Decreto nº 8.461 de 02 de junho de 2015.

Estes novos aditivos exigiram das distribuidoras atendimento aos seguintes critérios:

- I - eficiência com relação à qualidade do serviço prestado;
- II - eficiência com relação à gestão econômico-financeira;
- III - racionalidade operacional e econômica; e
- IV - modicidade tarifária.

O alcance dos referidos indicadores será monitorado pelos Órgãos reguladores, podendo haver penalidades na eventualidade de não atingimentos dos mesmos. Com os novos aditivos que prorrogaram o prazo de concessão até 2045, o direito de imobilização a receber registrado pelas controladas como ativo financeiro até a assinatura dos referidos aditivos, foram transferidos para o ativo intangível, para serem amortizados ao longo da vida útil remanescente dos bens, ao novo prazo de concessão.

Os contratos das demais concessões têm vigência até janeiro/2020 (Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A - “ETO”), dezembro/2027 (Energisa Sergipe Distribuidora de Energia S/A - “ESE”), (Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia - “EMT”) e (Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A - “EMS”), fevereiro/2030 (Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A - “EBO”) e janeiro/2031 (Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A - “EPB”).

#### **Geração de energia elétrica:**

A Energisa possui projetos de instalação de Parque Eólico, localizado no Estado da Bahia, uma Pequena Central de Geração de energia em Nova Friburgo (RJ) e Projetos de Geração Solar.

Além desses projetos, a controlada EMT possui Contrato de Concessão de Geração nº 04/1997 de 3 Usinas Termelétricas, com as respectivas subestações associadas, com vencimento em 10 de dezembro de 2027.

De acordo com o artigo 8º da Lei nº 10.848 de 15 de março de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.163 de 30 de julho de 2004, ficou vedada às concessionárias que atuam na distribuição de energia elétrica, manter atividades de geração no sistema interligado nacional de transmissão. A exceção ficou para os casos de atendimento a sistema elétrico isolado, ou seja, aqueles não ligados ao sistema interligado de transmissão. Embora, possuindo 3 usinas termelétricas próprias no sistema isolado, a principal atividade da controlada EMT é a distribuição de energia elétrica, e a necessidade da manutenção dessas ativos de geração é somente para atendimento dessas comunidades isoladas. Portanto, a administração da controlada EMT considera seu negócio principal a atividade de distribuição de energia elétrica e a pequena atividade de geração como parte integrante do negócio principal, o que levou a bifurcação de todo ativo imobilizado da concessão em ativo financeiro e ativo intangível visto que o contrato garante o direito de indenização.

As obrigações previstas nas autorizações/concessões da ANEEL para exploração da geração de energia são como segue:

- I - Operar Usina termelétrica;
- II - Celebrar os contratos de conexão e de uso dos sistemas de transmissão e distribuição;
- III - Organizar e manter permanentemente atualizado o cadastro de bens e instalações de geração;
- IV - Manter em arquivo à disposição da fiscalização da ANEEL, todos os estudos e projetos das usinas;
- V - Manter, permanentemente, por meio de adequada estrutura de operação e conservação, os equipamentos e instalações da PCH, do projeto Eólico e Solar em perfeitas condições de funcionamento e conservação com estoque de peças de reposição, pessoal técnico e administrativo legalmente habilitado e treinado de forma a assegurar a continuidade, a regularidade, a eficiência e a segurança da exploração do ativo de geração;
- VI - Atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária, ambiental e regulatória, bem como quaisquer outras obrigações relacionadas; e
- VII - Solicitar anuência prévia da ANEEL, em caso de transferência do controle acionário.

#### **Comercialização de energia elétrica:**

A comercialização de energia elétrica e serviços correlatos, a proposição de soluções integradas com objetivos de racionalizar custos são realizados através da controlada Energisa Comercializadora de Energia Ltda, que também participa no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

#### **Serviços:**

A Energisa, através de suas controladas Energisa Soluções S/A e Multi Energisa Serviços S/A, presta serviços de operação, manutenção e serviços correlatos à geração e distribuição de energia elétrica, comissionamento, pré-operação, operação remota e local, e também manutenção eletromecânica de usinas, subestações, linhas de transmissão e parques.

#### **Capital Circulante:**

A Energisa apresentou o capital circulante líquido negativo em 31 de dezembro de 2015, no montante de R\$45.479 na controladora. No final de março de 2015, a Companhia concretizou a venda dos ativos de geração para São João Energética S.A., sociedade anônima, indiretamente controlada pela Brookfield Renewable Energy Partners (São João Energética), pelo montante de R\$1.490.533 e R\$1.666.218, respectivamente na Controladora e no Consolidado, já tendo recebido esses montantes menos R\$113.500, controladora e consolidado, referentes ao cumprimento de certas condições precedentes da venda dos referidos ativos, que deverão ser recebidos no primeiro semestre de 2016. A Administração considera ainda que os fluxos de dividendos oriundos dos resultados das operações das controladas, juntamente com o processo de substituição de algumas dívidas de curto prazo, em curso, irão gerar os recursos financeiros mais do que suficientes para fazer frente ao restante dos compromissos financeiros e reequilíbrio do capital circulante líquido.

#### **Histórico da aquisição de controle acionário da Rede Energia e suas subsidiárias:**

Os principais eventos que sucederam à assunção do controle da Rede Energia e suas subsidiárias pela Energisa obedeceram à seguinte cronologia:

- Em 31 de agosto de 2012, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL decretou a intervenção administrativa nas controladas: Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A ; Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A; Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A; Companhia de Força e Luz do Oeste ("CFLO"), Caiuá Distribuição de Energia S.A. ("Caiuá"), Empresa Elétrica Bragantina S.A. ("EEB"), Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A. ("EDEV") e Companhia Nacional de Energia Elétrica ("CNEE"). Nesta data, em decorrência da perda do poder de controle sobre

as empresas distribuidoras de energia elétrica, a Companhia reclassificou seus investimentos para ativo financeiro classificados como disponíveis para venda.

- 26 de novembro de 2012: A Rede Energia publicou fato relevante informando que ajuizara pedido de recuperação judicial (“RJ”). Na mesma data, foram ajuizados, os pedidos de RJ da Companhia Técnica de Comercialização de Energia (“CTCE”), da QMRA Participações S.A. (“QMRA”), da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. (“EEVP”) e da Denerge Desenvolvimento Energético S.A. (“Denerge”).
- 09 de setembro de 2013: O Plano de RJ foi homologado na 2ª Vara de Falência e Recuperações para as empresas Rede, CTCE, EEVP, Denerge e QMRA, favorável à proposta apresentada pela Energisa.
- 16 de outubro de 2013: A operação objeto do Plano homologado foi aprovada pelo CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica.
- 17 de dezembro de 2013: A ANEEL aprovou o plano de recuperação das concessionárias de distribuição sob intervenção (“Plano ANEEL”) apresentado pela Rede que foi detalhado e atualizado pela Energisa.
- 28 de janeiro de 2014: A ANEEL anuiu à transferência do controle societário da Rede para a Energisa.
- 08 de abril de 2014: A ANEEL decretou o fim da intervenção nas concessionárias e em 11 de abril de 2014 foi divulgado fato relevante informando que naquela data foi formalizada a transferência do controle societário da Rede à Energisa. Com o fim de intervenção, as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia passaram a refletir ativos e passivos das subsidiárias, distribuidoras de energia elétrica, mensurados pelo valor justo na data da transação.

Atualmente, todas as disposições dos planos de recuperação apresentados à ANEEL vêm sendo estritamente cumpridas e, no momento, aguarda-se apenas o encerramento do processo de recuperação judicial.

A posição em 31 de dezembro de 2015 do saldo remanescente das dívidas habilitadas na RJ é a seguinte:

Descrição	Rede	Denerge	Tangará	CTCE	Total
<b>Valor original dos créditos apresentados na RJ</b>	<b>1.743.157</b>	<b>712.520</b>	<b>102.410</b>	<b>573.349</b>	<b>3.131.436</b>
(-) Desconto aplicado ao valor original	(857.775)	-	-	(347.179)	(1.204.954)
<b>Passivo assumido no âmbito do Plano de RJ</b>	<b>885.382</b>	<b>712.520</b>	<b>102.410</b>	<b>226.170</b>	<b>1.926.482</b>
. pagos pela Energisa à vista (2)	429.200	-	-	65.792	494.992
. pagos a credores com valores <10 mil	-	-	-	50	50
. a pagar ao final de 22 anos com juros de 1%	456.182	-	102.410	97.754	656.346
. a pagar ao final de 22 anos com juros de TR + 4% aa	-	712.520	-	-	712.520
. a pagar pelas Recuperandas a credores multa 95%	-	-	-	62.574	62.574
(+) Atualização (1)	82.065	38.436	17.884	28.669	167.054
(-) Ajuste a valor presente (1) e (3)	(406.583)	(500.353)	-	(87.097)	(994.033)
(-) Descontos (1)	-	-	-	(59.444)	(59.444)
(-) Liquidação/Cessão de Créditos (4)	(432.357)	(19.351)	(120.294)	(69.362)	(641.364)
<b>= Saldos em 2014</b>	<b>128.507</b>	<b>231.252</b>	<b>-</b>	<b>38.936</b>	<b>398.695</b>
(+) Atualização (5)	10.111	39.033	-	3.019	52.163
Reversão de ajuste a valor presente (5) e (3)	5.456	2.171	-	3.328	10.955
(-) Liquidação/Cessão de Créditos (4)	(4.561)	(28.226)	-	(3.247)	(36.034)
<b>= Saldos em 2015</b>	<b>139.513</b>	<b>244.230</b>	<b>-</b>	<b>42.036</b>	<b>425.779</b>

(1) Ajustes realizados na rubrica de outras receitas financeiras na demonstração de resultado da Rede Energia, Denerge e CTCE. Na Energisa, esses valores foram registrados diretamente no balanço de abertura R\$167.054.

(2) Pagamentos realizados pela Energisa S.A.

(3) Ajustes a Valor Presente:

Refere-se ao valor de ajuste a valor presente, registrado pelas controladas Rede Energia, Denerge e CTCE, para os créditos dos credores que fizeram no Plano de Recuperação Judicial opções para os recebimentos de seus créditos - opções A e B. Para o desconto a valor presente utilizou-se uma taxa de 15,19% a.a., que a Companhia considera como a taxa de retorno adequada para a realização dos créditos. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual. A Administração da Companhia entende que essa taxa de desconto representava adequadamente o custo de capital na data de aquisição das empresas.

- (4) Os pagamentos previstos no plano de recuperação judicial foram iniciados a partir de 11 de abril de 2014, tendo já sido liquidados diretamente pela Rede Energia no exercício, cerca de R\$7.808 (R\$26.781 em 2014) e pela Energisa R\$28.226 (R\$494.992 em 2014). Em setembro de 2014, foi liquidada a dívida da controlada Tangará (geradora alienada em maio de 2015), com Banco Itaú BBA, no montante de R\$119.579.
- (5) Ajustes realizados na rubrica de outras receitas financeiras na demonstração de resultado da Rede Energia, Denerge e CTCE. Na Energisa esses valores foram registrados no resultado financeiro na demonstração do resultado.

## 2 Apresentação das demonstrações financeiras

---

### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Lei das Sociedades Anônimas, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por normas e disposições da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e legislação específica aplicável às concessionárias de Serviços Públicos de Energia Elétrica, estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, quando não conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com as Normas Internacionais do relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo *Accounting Standards Board* (IASB). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 17 de março de 2016.

### 2.2 Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todas as demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens: (i) os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; e (ii) Instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

### 2.3 Julgamento e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e nos exercícios futuros afetados. As principais estimativas aplicadas estão descritas nas notas explicativas, sendo elas:

- Nota nº 7 - Clientes, consumidores e concessionárias;
- Nota nº 7 - Provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Nota nº 15 - Créditos tributários;
- Nota nº 26 - Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais;
- Nota nº 32 - Custo de energia elétrica comprada para revenda - consolidado;
- Nota nº 38 - Instrumentos financeiros derivativos; e
- Nota nº 39 - Benefícios a empregados.

### 3 Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

---

#### 3.1 Novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB -International Accounting Standards Board

Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou efeito material sobre as demonstrações financeiras.

A seguir estão apresentadas as normas que passaram a ser aplicáveis a partir destas demonstrações financeiras. A aplicação dessas normas não teve impacto relevante nos montantes divulgados no exercício atual nem em exercícios anteriores.

- Modificações à IAS 19/CPC 33 (R1) Plano de Benefício Definido: Contribuição do Empregado
- Modificações as IFRSs Melhorias anuais nas IFRSs ciclo 2010-2012
- Modificações as IFRSs Melhorias anuais nas IFRSs ciclo 2011-2013

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não adotadas pela Companhia é como segue:

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros (2)
- IFRS 15 Receitas de Contratos com clientes (2)
- Modificações à IFRS 11/CPC 19 (R2) Acordo contratual conjunto (1)
- Modificações às IAS 16/CPC 27 e IAS 38/CPC 04 (R1) Esclarecimento dos métodos de depreciação e amortização aceitáveis (1)
- Modificações à IAS 27 - Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Financeiras Separadas (1)
- Modificações as IFRSs Melhorias anuais nas IFRSs ciclo 2012-2014 (1)

(1) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, com adoção antecipada permitida.

(2) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes para determinadas IFRSs anteriormente citadas, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada das IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo do CFC.

A Companhia não adotou de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015. É esperado que nenhuma dessas novas normas tenham efeito material sobre as demonstrações financeiras, exceto pela IFRS 9 (classificação e mensuração de ativos financeiros) e IAS 16 e IAS 38 (alteração no método de depreciação e amortização de ativos imobilizados e intangíveis), que podem modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros, imobilizado e intangíveis.

#### 3.2 Resumo das principais práticas contábeis

As políticas contábeis detalhadas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e têm sido aplicadas de maneira consistente pelas entidades consolidadas.

- Caixa e equivalentes de caixa** - abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com cláusulas contratuais que permitem o resgate em até 90 dias da data de sua aquisição, pelas taxas contratadas, estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.
- Instrumentos financeiros e atividades de hedge** - Todos os instrumentos financeiros ativos e passivos são reconhecidos no balanço da Companhia e são mensurados inicialmente pelo valor justo, quando aplicável, após o reconhecimento inicial de acordo com sua classificação. Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas foram classificados em: (i) mantidos para negociação - mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Essa classificação inclui as operações com derivativos; (ii) mantidos até o vencimento - mensurados pela taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado, (iii) empréstimos e recebíveis - são mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado e (iv)

disponível para venda - são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Existem três tipos de níveis para a apuração do valor justo referente ao instrumento financeiro conforme exposto abaixo:

Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.

Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.

Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

A classificação dos instrumentos financeiros pela forma de apuração de seu valor justo está apresentada na nota explicativa nº 38.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: caixa e equivalente de caixa; aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados, clientes, consumidores e concessionárias, contas a receber da concessão, ativos financeiros setoriais, títulos de créditos a receber e instrumentos financeiros derivativos.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures, encargos de dívidas, passivos financeiros setoriais e instrumentos financeiros derivativos.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado.

A Companhia e suas controladas designam certos instrumentos de “hedge” relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como “hedge” de valor justo. No início da relação de “hedge”, a Companhia e suas controladas documentam a relação entre o instrumento de “hedge” e o item objeto de “hedge” de acordo com os objetivos da gestão de riscos e estratégia financeira. Adicionalmente, no início do “hedge” e de maneira continuada, a Companhia e suas controladas documentam se o instrumento de “hedge” usado é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de “hedge”, atribuível ao risco sujeito a “hedge”. A nota explicativa nº 38 traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de “hedge”.

“Hedge” de valor justo: hedge de exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado. Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como “hedge” de valor justo são registradas no resultado juntamente com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de “hedge” atribuíveis ao risco protegido. A contabilização do “hedge accounting” é descontinuada prospectivamente quando a Companhia e suas controladas cancelam a relação de “hedge”, o instrumento de “hedge” vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de “hedge”. O ajuste ao valor justo do item objeto de “hedge”, oriundo do risco de “hedge”, é registrado no resultado a partir deste exercício.

- c. **Clientes, consumidores e concessionárias** - englobam, principalmente, o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, até o encerramento das demonstrações financeiras.

- d. **Provisão para créditos de liquidação duvidosa** - foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face a perdas prováveis na realização dos créditos, levando em conta os critérios estabelecidos pela ANEEL.
- e. **Estoques** - os estoques estão valorizados ao custo médio da aquisição e não excedem os seus custos de aquisição ou seus valores de realização.
- f. **Contas a receber da concessão** - representa a parcela do capital investido na infraestrutura pelas controladas, distribuidoras de energia elétrica, não amortizada no período da concessão, a ser indenizada ao final da concessão.

Com a publicação da Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, foi confirmada a utilização do VNR - Valor Novo de Reposição pelo Poder Concedente para pagamento de indenização dos ativos não amortizados no vencimento da concessão. Por esta razão, as controladas distribuidoras de energia elétrica, desde o exercício de 2012, registraram como receita financeira o valor correspondente a diferença entre o VNR e o custo histórico contábil. Esses ativos estão classificados como disponível para venda, cujos efeitos estão detalhados na nota explicativa nº 16.

- g. **Ativos e passivos financeiros setoriais** - referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber das controladas sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos incorridos. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão. Considerando-se que os contratos de concessão das controladas estão atualizados em dezembro de 2014, para inclusão da base de indenização dos saldos remanescentes de diferenças temporárias entre os valores homologados e incluídos nas tarifas vigentes e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência, e considerando a orientação técnica OCPC-08 (Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica emitidos de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade), as controladas passaram a ter um direito ou obrigação incondicional de receber ou entregar caixa ou outro instrumento financeiro ao Poder Concedente e, portanto, passou a registrar os valores dentro de seus respectivos períodos de competência. Esses ativos e passivos estão detalhados na nota explicativa nº 12.
- h. **Investimentos** - os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, nas demonstrações financeiras individuais, tomando-se por base os patrimônios líquidos das investidas na data do balanço. Os demais investimentos estão contabilizados ao custo de aquisição, líquido da provisão para perdas, quando aplicável.
- i. **Combinação de negócios** - As participações acionárias adquiridas, são avaliadas pelo valor justo dos ativos e passivos detidos pelas entidades objeto do negócio e as diferenças para o valor pago são classificados como: (i) intangível (goodwill) quando o valor pago superar o valor justo dos ativos e passivos; (ii) resultado do exercício (compra vantajosa) quando o valor pago é inferior ao valor justo dos ativos e passivos. O goodwill referente a entidades sob o regime de concessão e/ou autorização de exploração econômica por prazo determinado, são amortizados no prazo de exploração.
- j. **Imobilizado** - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes



de operar na sua plenitude;

- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício.

**Depreciação:**

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e/ou de acordo com o prazo de concessão/autorização (nota explicativa nº 18).

- k. Arrendamento mercantil** - os bens adquiridos por meio de contrato de arrendamento mercantil financeiro, estão reconhecidos como ativo imobilizado e intangível, sendo depreciados e amortizados pelas taxas praticadas pela Companhia e controladas, de acordo com a natureza de cada bem. Os respectivos saldos a pagar dos contratos de arrendamento, são reconhecidos como financiamentos no passivo circulante ou no passivo não circulante com base no valor presente das prestações a pagar. A diferença entre o valor presente e o valor das prestações é apropriada na demonstração do resultado como despesa financeira. Os arrendamentos de imóveis rurais contratados para a construção, instalação, das Usinas Eólicas, foram reconhecidos diretamente como custo do projeto a entrada em operação e a partir desta data está sendo registrados em outras despesas operacionais na demonstração do resultado.
- l. Intangível** - (i) contrato de concessão: representa a infraestrutura operada pelas controladas na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A amortização está baseada no padrão de consumo dos benefícios esperado durante o prazo da concessão; (ii) direito de uso de concessão: pagos nas aquisições do controle acionário das controladas distribuidoras de energia elétrica. A amortização está sendo realizada pelo prazo de concessão das controladas, ou seja, Energisa SE em 30 anos, a partir de dezembro de 1997; Energisa PB, em 30 anos, a partir de dezembro de 2000; Energisa NF pelo período remanescente de 18 anos, a partir de julho de 1997, Energisa BO em 30 anos, a partir de janeiro de 2000; Empresas adquiridas em 11 de abril de 2014: EMT em 30 anos vencendo em 10 de dezembro de 2027, EMS em 30 anos vencendo em 04 de dezembro de 2027 e as empresas CAIUA, CNEE, EBB, CFLO e EDEVP em 30 anos com vencimento para 07 de julho de 2045 e ETO em 20 anos vencendo em 30 de janeiro de 2020; (iii) mais valia dos bens tangíveis (empresas adquiridas em 11 de abril de 2014) a amortização é realizada com base no prazo de vida útil do bem, limitado ao prazo de concessão.
- m. Juros e encargos financeiros** - são capitalizados às obras em curso com base na taxa média efetiva de captação.
- n. Redução a valor recuperável** - a Companhia e suas controladas avaliam os ativos do imobilizado e do intangível com vida útil definida quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil.

**Ativo financeiro:**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir: (i) o atraso ou não pagamento por parte do devedor; (ii) a reestruturação do valor devido a Companhia e suas controladas sobre condições que não as mesmas consideradas em outras transações da mesma natureza; (iii) indicações de que o devedor

ou emissor entrará em processo de falência; e (iv) o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia e suas controladas consideram evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas e os juros dos ativos financeiros são reconhecidos no resultado e refletidos em conta de provisão contra recebíveis, quando perdas, e reversão de desconto, quando juros. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda é revertida e registrada no resultado.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As alterações nas provisões de perdas por redução ao valor recuperável, atribuíveis ao método dos juros efetivo, são reconhecidos no resultado financeiro.

#### Ativo não financeiro:

A Administração da Companhia e de suas controladas, revisam o valor contábil líquido de seus ativos tangíveis e intangíveis com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia e suas controladas calculam o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável é consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa - UGC). Uma perda é reconhecida na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o

seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

. **Ágio:** teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é efetuado anualmente na data do encerramento do exercício ou antes disso quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Quando o valor recuperável é menor do que seu valor contábil uma perda de valor recuperável é reconhecida. As perdas de valor recuperável relativas ao ágio não podem ser revertidas em exercícios futuros.

. **Ativos intangíveis:** os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação a perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

. **Avaliação do valor em uso:** as principais premissas usadas na estimativa do valor em uso é como segue:

- (i) Receitas - as receitas são projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado e a participação da Companhia e suas controladas neste mercado;
- (ii) Custos e despesas operacionais - os custos e despesas variáveis são projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia e de suas controladas, bem como com o crescimento histórico das receitas; e
- (iii) Investimentos de capital - os investimentos em bens de capital são estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta da energia e dos serviços.

As premissas principais são fundamentadas com base em projeções do mercado, no desempenho histórico da Companhia e das controladas, nas premissas macroeconômicas são documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia e das controladas.

Os testes de recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis da Companhia e das controladas não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, em face de que o valor recuperável excede o seu valor contábil na data da avaliação.

- o. Empréstimos, financiamentos e debêntures** - são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.
- p. Derivativos** - a Companhia e as controladas detêm instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras (controladas) e de taxa de juros (Companhia e controladas). Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado. Suas características estão demonstradas na nota explicativa nº 38.
- q. Imposto de renda e contribuição social** - A despesa e receita com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos de renda corrente e diferidos. O imposto diferido é contabilizado no resultado a menos que esteja relacionado a itens registrados em resultados abrangentes no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Nas controladas do segmento de geração o imposto de renda e a contribuição social foram calculados pelo regime de tributação do lucro presumido.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%.

Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a

compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A entidade tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

- r. **Incentivos fiscais SUDENE/SUDAM** - como há segurança de que as condições estabelecidas para fruição do benefício serão cumpridas, os incentivos fiscais recebidos pelas controladas localizadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste, são reconhecidas no resultado e destinados a reserva de lucros específica, na qual são mantidos até sua capitalização (vide nota explicativa nº 15).
- s. **Provisões** - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionadas por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis.
- t. **Ajuste a valor presente** - determinados títulos de créditos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, risco, moeda, condição de recebimento, nas datas das respectivas transações.
- u. **Dividendos** - Os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o período contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação.
- v. **Resultado** - as receitas e despesas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As controladas, concessionárias de energia elétrica, contabilizam receitas e custos durante o período de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviço de distribuição de energia elétrica. As obras são terceirizadas e, neste contexto, a Administração entende que essa atividade gera uma margem muito reduzida não justificando gastos adicionais para mensuração e controle dos mesmos.
- w. **Benefícios a empregados** - Plano de suplementação de aposentadoria e pensão - A obrigação líquida da Companhia e suas controladas quanto aos planos de benefícios previdenciários nas modalidades benefício definido e contribuição definida é calculada para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores, descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e de suas controladas e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou ainda, na redução das futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano. Um benefício econômico está disponível se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano. Os ganhos e perdas atuariais são contabilizados diretamente em outros resultados abrangentes.
- x. **Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)** - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/ encargos incorridos até a data do balanço.

y. **Demonstração do valor adicionado** - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, para as Companhias abertas, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

z. **Ativos disponíveis para venda** - A entidade deve classificar um ativo não circulante como mantido para venda se o seu valor contábil vai ser recuperado, principalmente, por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. Para que esse seja o caso, o ativo ou o grupo de ativos mantido para venda deve estar disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda de tais ativos mantidos para venda. Com isso, a sua venda deve ser altamente provável, seu valor contábil vai ser recuperado. Os ativos ou grupos de ativos devem classificar todos os ativos e passivos como mantidos para venda quando os critérios estabelecidos estiverem presentes. A Companhia deve apresentar e divulgar informação que permita que seja avaliado os efeitos financeiros das operações descontinuadas e das baixas de ativos não circulantes mantidos para venda. A Companhia reclassificou os ativos e passivos para ativos e passivos disponíveis para venda circulantes e as operações descontinuadas estão demonstradas na demonstração do resultado do exercício.

#### 4 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Energisa e das controladas:

	Ramo de atividade	2015	2014
Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE) (3)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (EPB) (3)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A (EMG) (3)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Nova Friburgo Distribuidora de Energia S/A (ENF)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Soluções S/A (ESO) (5)	Serviços de geração e distribuição de energia	100	100
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S/A (ESER)	Inspeção termográfica aérea	99,99	99,99
Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda. (EPLA)	Corretagem de seguros	100	100
Energisa Comercializadora Ltda. (ECOM)	Comercialização de energia	100	100
Energisa Geração Rio Grande S/A (EGR) (6)	Geração hidráulica de energia	-	100
Pequena Central Hidrelétrica ZéTunin S/A (6)	Geração hidráulica de energia	-	100
SPE Cristina Energia S/A (6)	Geração hidráulica de energia	-	100
Parque Eólico Sobradinho Ltda. (1)	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Geração Centrais Eólicas RN S/A (2)	Holding em geração eólica de energia	-	100
Energisa Geração Usina Maurício S/A (GUM)	Geração de energia elétrica	99,99	99,99
Energisa Bioeletricidade S/A (EBIO) (4)	Holding em geração de energia elétrica - biomassa de cana de açúcar	-	100
Energisa Geração Central Solar Coremas	Geração solar de energia	100	100
FIM Zona da Mata	Fundo de Investimento exclusivo	100	100
Caixa FI Energisa	Fundo de Investimento exclusivo	100	100
Dinâmica Direitos Creditórios	Securitização de créditos	100	50
Alvorada Direitos Creditórios	Securitização de créditos	100	50
JQM Participações S/A (7)	Holding	99,99	99,95

(1) Em fase pré-operacional.

(2) Empresa holding que detém o controle acionário da Energisa Geração Central Eólica Renascença S/A I, II, III, IV e Energisa Geração Central Eólica Ventos de São Miguel S/A (alienada em março de 2015).

(3) Companhias Abertas.

(4) Geração de energia elétrica movida à biomassa de bagaço de cana de açúcar (alienada em março de 2015).

- (5) Empresa que possui 99,99% de participação no capital da Energisa Soluções Construções e Serviços em Linhas e Redes S/A, constituída em novembro de 2013.
- (6) Empresas alienadas em março de 2015.
- (7) Empresa holding - possui participação direta no capital social da BBPM e Denerge e detém o controle indireto das Companhias: Rede Energia S.A., Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S.A., Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora de Energia S.A., Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S.A., Companhia Força e Luz do Oeste; Empresa Elétrica Bragantina S.A.; Companhia Nacional de Energia Elétrica; Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A.; Caiuá - Distribuição de Energia S.A.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- b) Eliminação dos saldos das contas de investimentos e correspondentes participações no capital e resultados das empresas consolidadas; e
- c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas, decorrentes de negócios entre as empresas.

## 5 Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outras unidades da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual demonstrações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. O item não alocado compreende principalmente ativos corporativos.

A Companhia e suas controladas atuam nos segmentos econômicos de geração, distribuição, comercialização e na prestação de serviços de manutenção e operação de empreendimentos de geração e distribuição de energia elétrica. Resumem-se a seguir as operações por segmento:

### a) Informações sobre segmentos

	2015				
	Distribuição	Geração	Comercialização	Serviços	Total
Receitas Externas	11.484.517	301	393.791	56.521	11.935.130
Receitas Intersegmentos	6.773	-	-	179.446	186.219
<b>Total</b>	<b>11.491.290</b>	<b>301</b>	<b>393.791</b>	<b>235.967</b>	<b>12.121.349</b>
Receitas Financeiras	803.215	22	(10.767)	219.369	1.011.839
Despesas Financeiras	(1.335.975)	(283)	(6.175)	(715.352)	(2.057.785)
<b>Total</b>	<b>(532.760)</b>	<b>(261)</b>	<b>(16.942)</b>	<b>(495.983)</b>	<b>(1.045.946)</b>
Depreciação e amortização	667.271	31	42	32.585	699.929
Resultado por segmento divulgável antes do imposto de renda e contribuição social	375.747	(687)	(12.532)	(543.807)	(181.279)

	2014				
	Distribuição	Geração	Comercialização	Serviços	Total
Receitas Externas	7.883.712	317	363.023	32.507	8.279.559
Receitas Intersegmentos	7.021	-	-	108.935	115.956
<b>Total</b>	<b>7.890.733</b>	<b>317</b>	<b>363.023</b>	<b>141.442</b>	<b>8.395.515</b>
Receitas Financeiras	437.404	18	35.180	379.223	851.825
Despesas Financeiras	(866.052)	(11)	(4.125)	(617.563)	(1.487.751)
<b>Total</b>	<b>(428.648)</b>	<b>7</b>	<b>31.055</b>	<b>(238.340)</b>	<b>(635.926)</b>
Depreciação e amortização	562.153	32	40	29.132	591.357
Resultado por segmento divulgável antes do imposto de renda e contribuição social	536.999	(1.259)	42.360	(250.630)	327.470

	Distribuição	Geração	Comercialização	Serviços	2015	2014
<b>Ativos dos segmentos divulgáveis</b>	<b>17.438.489</b>	<b>4.144</b>	<b>183.688</b>	<b>1.043.324</b>	<b>18.669.645</b>	<b>18.617.059</b>
Ativo circulante	5.250.393	1.307	71.004	764.397	6.087.101	7.381.988
Ativo não circulante	12.188.096	2.837	112.684	278.927	12.582.544	11.235.071
<b>Passivos dos segmentos divulgáveis</b>	<b>11.555.139</b>	<b>373</b>	<b>328.476</b>	<b>3.467.487</b>	<b>15.351.475</b>	<b>15.618.199</b>
Passivo circulante	4.081.168	373	43.358	758.621	4.883.520	6.121.992
Passivo não circulante	7.473.971	-	285.118	2.708.866	10.467.955	9.496.207

**b) Conciliação de receitas, lucros, ativos e passivos por segmento**

	2015	2014
<b>Receita</b>		
Receita líquida total de segmentos divulgáveis	12.121.349	8.395.515
Eliminação de receitas intersegmentos	(186.219)	(115.956)
<b>Receita líquida consolidada</b>	<b>11.935.130</b>	<b>8.279.559</b>
<b>Depreciação e amortização</b>		
Depreciação e amortização total de segmentos divulgáveis	699.929	591.357
<b>Depreciação e amortização consolidada</b>	<b>699.929</b>	<b>591.357</b>
<b>Receita financeira</b>		
Receita financeira total de segmentos divulgáveis	1.011.839	851.825
Eliminação de receitas intersegmentos	(217.536)	(359.349)
<b>Receita financeira consolidada</b>	<b>794.303</b>	<b>492.476</b>
<b>Despesa financeira</b>		
Despesa financeira total de segmentos divulgáveis	(2.057.785)	(1.487.751)
Eliminação de receitas intersegmentos	217.536	359.349
<b>Despesa financeira consolidada</b>	<b>(1.840.249)</b>	<b>(1.128.402)</b>
<b>Lucros</b>		
Total de lucros dos segmentos reportáveis	(181.279)	327.470
<b>Lucro antes dos impostos</b>	<b>(181.279)</b>	<b>327.470</b>

	2015	2014
<b>Ativo</b>		
Ativo total dos segmentos reportáveis	18.669.645	18.617.059
Outros valores não alocados	(167.463)	(15.417)
<b>Total Ativo consolidado</b>	<b>18.502.182</b>	<b>18.601.642</b>
<b>Passivo</b>		
Passivo total dos segmentos divulgáveis	15.351.475	15.618.199
Outros valores não alocados	(167.463)	(15.417)
<b>Total passivo consolidado</b>	<b>15.184.012</b>	<b>15.602.782</b>

## 6 Caixa, equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

### 6.1 Caixa e equivalentes de caixa (avaliados ao valor justo por meio de resultado)

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Caixa e depósitos bancários à vista	8.258	1.109	148.734	145.397
Aplicações financeiras de liquidez imediata:	214.479	49.140	934.893	430.675
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	159.941	38.503	149.478	188.920
Compromissada (1)	54.538	10.637	785.415	241.755
Total de caixa e equivalentes de caixa	222.737	50.249	1.083.627	576.072

Contempla o caixa, os depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras de curto prazo.

A carteira de aplicações financeiras de liquidez imediata é constituída, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário (CDB's) e Debêntures, cuja posição consolidada em 31 de dezembro de 2015 reflete remuneração média ponderada equivalente a 99,01% do CDI (99,71% do CDI em 2014).

- (1) Operações compromissadas em debêntures- São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, são remuneradas pelo CDI e estão lastreadas em debêntures emitidas pelo Banco.

### 6.2 Aplicação no mercado aberto e recursos vinculados (avaliadas ao valor justo por meio de resultado)

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Avaliadas ao valor justo por meio do resultado	51.581	102	808.394	1.036.253
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	4.892	25	65.539	128.556
Fundo de Renda Fixa (1)	47	66	102.211	186.551
Fundos de Investimentos (2):	-	-	576.898	681.838
CDB	-	-	-	63.283
CCB	-	-	88.249	26.786
Compromissadas	-	-	181.717	175.355
DPGE	7.731	-	17.996	87.768
Títulos Públicos	38.911	-	90.578	144.856
Fundo de Renda Fixa	-	-	198.358	133.103
Nota Promissória	-	-	-	50.687
Compromissadas (3)	-	11	23.139	565
Fundos de Investimentos em direitos creditórios - FIDC (4)	-	-	40.343	38.479
Outros instrumentos	-	-	264	264
Mantidas até o vencimento	-	5.944	7.736	12.304
Fundos de Investimentos em direitos creditórios - FIDC (4)	-	-	7.736	6.360
Outros instrumentos - DPGE (5)	-	5.944	-	5.944
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados (6)	51.581	6.046	816.130	1.048.557
Circulante	51.581	6.046	719.058	960.056
Não Circulante	-	-	97.072	88.501

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDB's, entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira consolidada em 31 de dezembro de 2015 equivale a 99,01% do CDI (99,71% do CDI em 2014). Essas aplicações, exceto mantidas até o vencimento e recursos vinculados, possuem liquidez imediata.

- (1) Fundos de renda fixa possui liquidez imediata e é remunerado a 100% do CDI.  
(2) Fundos de investimentos exclusivos, inclui aplicações em CDB, Debêntures, DPGE, Fundos de Renda Fixa, LFT, LF, LTN, NTN-B e Fundos Multimercados e são remuneradas de 104,43% até 127,75% do CDI.



- O controle das aplicações financeiras do Grupo Energisa é regido por Política de Gestão de Riscos Decorrentes do Mercado Financeiro que busca mitigar o risco de contraparte, ou seja, o risco associado à possibilidade da entidade não honrar seus compromissos de pagamentos. Esta política determina as modalidades de aplicação elegíveis ao aporte de recursos, bem como os ratings mínimos exigidos para cada uma delas. Da mesma forma dita limites de concentração nas entidades receptoras dos recursos (bancos em empresas) em função de seu porte, rating e patrimônio. Política de Gestão de Riscos Decorrentes do Mercado Financeiro é pública e está disponível no site da Energisa.

[illegible]

- (1) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público, que possuem 10 dias úteis após a entrega das faturas para efetuar o pagamento.
- (2) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

O saldo da conta de suprimento energia - moeda nacional no consolidado, em 31 de dezembro de 2015, inclui os valores referentes à comercialização de energia elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no montante de R\$59.408 (R\$81.512 em 2014). Esses saldos foram apurados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE.

A composição desses valores, incluindo os saldos registrados na rubrica “fornecedores” no passivo circulante, no montante de R\$286.452 (R\$107.462 em 2014), decorre da aquisição de energia elétrica e dos encargos de serviços de sistema conforme demonstração a seguir:

	Consolidado	
	2015	2014
<b>Composição dos créditos da CCEE</b>		
Saldos a vencer	39.105	61.209
Créditos vinculados a liminares até dezembro de 2002 (a)	17.535	17.535
Créditos vencidos (b)	2.768	2.768
	<b>59.408</b>	<b>81.512</b>
(-) Aquisição de energia na CCEE	(104.294)	(96.312)
(-) Encargos de serviços do sistema	(182.158)	(11.150)
	<b>(227.044)</b>	<b>(25.950)</b>

As transações ocorridas na CCEE são liquidadas após 45 dias do mês de competência.

(a) Os valores da energia de curto prazo, que se encontram vinculados a liminares, podem estar sujeitos à alteração dependendo de decisões dos processos judiciais em andamento movidos por determinadas empresas do setor, tendo em vista diferentes interpretações das regras do mercado em vigor. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE (atualmente CCEE), incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no submercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os submercados. As controladas Energisa Sergipe, Energisa Minas Gerais e Energisa Nova Friburgo não constituíram provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os saldos vinculados às referidas liminares, por entenderem que os valores serão integralmente recebidos, quer seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente, quer seja de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

(b) As controladas constituíram provisão para créditos de liquidação duvidosa.

**Uso de estimativas:** os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os cálculos preparados e divulgados pela entidade ou por estimativa da Administração da Companhia, quando as informações não estão disponíveis tempestivamente.

- (3) Ajuste a Valor Presente: refere-se ao valor de ajuste para os contratos renegociados sem a inclusão de juros e para aqueles renegociados com taxa de juros de IPCA ou IGPM. Para o desconto a valor presente foi utilizado a taxa de 14,14% a.a. (11,51% em 2014). Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual. A Administração entende que essa taxa de desconto representa adequadamente o custo de capital, tendo em vista a natureza, complexidade e volume das renegociações, a divulgação do fluxo de caixa e sua temporalidade não foram feitas, uma vez que o efeito líquido do AVP não é relevante.
- (4) No consolidado, refere-se a serviços taxados e outros valores a receber de consumidores. A controlada EMG possui R\$11.646, referente ao ICMS incidente sobre a disponibilização da rede de distribuição e transmissão aos consumidores livres, suspenso por liminares em contrapartida tem o mesmo valor contabilizado na rubrica de ICMS em tributos e contribuições sociais no passivo não circulante no consolidado.
- (5) Redução de uso do sistema de distribuição: Por meio da Resolução homologatória ANEEL nº 1.270 de 03 de abril de 2012, foi concedido a controlada EMT valores provenientes de perda financeira dos descontos concedidos na TUSD. Os valores objetivam recompor a receita da controlada referente à disponibilização da rede de transmissão aos consumidores livres, geradoras e fontes incentivadas. Para o saldo remanescente de R\$12.201, suspenso por liminares, tem-se o mesmo valor registrado em contrapartida na rubrica outras contas a pagar no passivo não circulante, no consolidado.

- (6) Provisão para devedores duvidosos - A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos do contas a receber de clientes, consumidores e concessionárias e se baseiam nas instruções da ANEEL assim resumidas:

Clientes com débitos relevantes

- Análise individual do saldo a receber do consumidor, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Para os demais casos:

- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias;
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - Vencidos há mais 360 dias.
- Contratos renegociados - (i) parcelas vencidas - são provisionadas as parcelas (ii) mais de 3 parcelas vencidas - são provisionadas as parcelas vencidas e a vencer.

Para as classes Serviço Público, Poder Público e Iluminação Pública: as controladas indiretas EMT, ETO, EMS, CFLO, EEB, EDEVP, CNEE e CAIUÁ avaliam individualmente os casos de créditos em cobrança judicial com sentença com transitado em julgado favoravelmente ou que possua título de precatório, considerando que, nesses casos a realização do crédito é líquida e certa. Para todos os demais créditos de clientes públicos vencidos há mais de 360 dias é reconhecida a perda estimada no valor recuperável.

Segue movimentação ocorrida no exercício de 2015 e 2014:

Movimentação das provisões	2015	2014
Saldo inicial - circulante - 2014 e 2013	443.270	57.150
Saldo adquiridos em 11 de abril de 2014	-	429.433
Provisões constituídas no exercício	38.395	13.576
Reversão de provisões no exercício	(17.084)	(56.889)
<b>Saldo final - circulante - 2015 e 2014</b>	<b>464.581</b>	<b>443.270</b>
Clientes, consumidores e concessionárias	412.956	382.682
Títulos de créditos a receber	50.530	59.637
Outros créditos	1.095	951

## 8 Títulos de créditos a receber

	Consolidado	
	2015	2014
Títulos de créditos a receber (b)	29.204	42.895
Processo execução de precatórios PM de Cuiabá (a)	50.258	50.258
Ajuste a valor presente (b)	(22.632)	(22.632)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(50.530)	(59.637)
	<b>6.300</b>	<b>10.884</b>
Circulante	4.676	9.260
Não circulante	1.624	1.624

- (a) Ação de Execução (processo nº 383/2001 - 3ª Vara de Fazenda Pública - Cuiabá) da controlada indireta EMT, ajuizada em desfavor do Município de Cuiabá, que deu origem ao Precatório Requisitório nº 13.699/2004/TJMT. Atualmente o processo está na listagem de precatórios pendentes de pagamento por parte da Fazenda Pública Municipal de Cuiabá, sendo que os precatórios precedentes já se encontram integralmente provisionados. Além dos valores contabilizados nesta rubrica, R\$50.258, a controlada possui mais R\$13.487, registrado em clientes, consumidores e concessionárias, totalizando R\$63.745 para os quais foram constituído provisão.
- (b) As controladas EDEVP,CAIUÁ, EEB, CNEE e CFLO adquiriram, em 2003, créditos de origem não tributária decorrentes da condenação da União Federal em ação indenizatória, com finalidade de compensação de impostos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal, reconhecidos por decisão judicial transitada em julgado. Referidos créditos

estão sob discussão judicial, em ação judicial movida pela detentora do crédito contra a União Federal. As controladas ingressaram nesta ação com pedido de assistência o que foi indeferido pelo Juiz de Primeira Instância por fundamentos de ordem meramente processual. Contra a referida decisão, foi apresentado recurso, que aguarda apreciação pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Com a adesão ao Parcelamento Excepcional - PAEX, nos termos da Medida Provisória nº 303/2006, em 15/12/2006, as controladas desistiram da compensação tributária dos referidos créditos e mantém a discussão judicial, com a finalidade de ver reconhecido seu direito ao crédito. A recuperação do crédito depende do sucesso da referida ação judicial, sendo considerado possível o êxito da ação pelos assessores jurídicos da Companhia. A Administração reconheceu provisão para perdas no valor recuperável desse ativo.

Em 31 de dezembro de 2015, os vencimentos dos títulos de créditos são:

	Consolidado (*)
Títulos vencidos	50.530
2016	4.676
2017	487
2018	514
2019	437
2019 em diante	186
<b>Total</b>	<b>56.830</b>

(\*) Apresentado líquido do ajuste a valor presente.

## 9 Dividendos a receber

Segue demonstrativo de dividendos a receber das controladas:

Controladas	Controladora	
	2015	2014
Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A	3	-
Rede Energia S/A	3.862	-
BBPM Participações S/A	9.978	-
Denerge Desenvolvimento Energético S/A	17.845	-
JQMJ Participações S/A	4.117	-
Energisa Minas Gerais Distribuidora de Energia S/A	5.926	18.757
Energisa Nova Friburgo Distribuidora de Energia S/A	3.589	4.712
Energisa Borborema Distribuidora de Energia S/A	763	-
Energisa Comercializadora de Energia Ltda	216	-
Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda	1.214	-
Alvorada Direitos Creditórios S/A	3	-
Dinâmica Direitos Creditórios S/A	25	-
Energisa Geração Usina Mauricio S/A	141	-
Energisa Bioeletridade S/A	-	2.307
Energisa Geração Central Eólica RN S/A	-	4.351
<b>Total - Circulante</b>	<b>47.682</b>	<b>30.127</b>

## 10 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (a)	-	-	198.943	170.575
Imposto de renda retido fonte - IRRF (b)	10.755	-	42.751	12.090
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ (c)	7.261	-	168.292	140.183
Contribuição social sobre o lucro - CSSL (c)	949	-	44.905	40.353
Contribuições ao PIS e a COFINS (d)	228	192	99.369	102.727
Outros	-	1	13.490	14.443
	<b>19.193</b>	<b>193</b>	<b>567.750</b>	<b>480.371</b>
Circulante	19.193	193	390.192	307.260
Não circulante	-	-	177.558	173.111

- (a) Inclui carta de crédito no montante de R\$19.924 adquirido junto ao Estado de Mato Grosso pela controlada indireta EMT. Essa carta de crédito foi apresentada como garantia na habilitação para usufruir dos benefícios fiscais instituídos pela Lei 9.165/2009, cuja prestação de contas ocorreu em 07 de novembro de 2014 e aguarda homologação da SEFAZ-MT. Demais valores correspondem aos créditos de ICMS originados das aquisições dos equipamentos e materiais para o ativo intangível das controladas, realizáveis nos próximos 48 meses mediante as compensações mensais com o imposto incidente sobre a venda de energia elétrica aos consumidores.
- (b) Imposto de renda originado principalmente de retenções realizadas sobre rendimentos de aplicações financeiras, juros sobre contratos de mútuo e serviços prestados a terceiros. Os saldos são compensados com as antecipações mensais de IRPJ, sendo o valor excedente não utilizado dentro do próprio exercício incorporado ao saldo negativo de IRPJ do ano calendário.
- (c) Saldos negativos de imposto de renda e contribuição social apurados no ano calendário de 2015 e anteriores, decorrentes de estimativas pagas à maior e parceladas, que serão utilizados para compensação de tributos administrados pela Receita Federal do Brasil - RFB e desde que o montante já pago exceda o valor do imposto ou da contribuição, determinados com base no resultado apurado nos respectivos exercícios.
- (d) Corresponde substancialmente a créditos não cumulativos de PIS e COFINS incidentes sobre aquisição até 31 de dezembro de 2015 de equipamentos, materiais e de prestação de serviços para o ativo intangível, os quais são realizáveis nos próximos 36 meses mediante compensação com os débitos desses tributos incidentes sobre fornecimento de energia elétrica.

## 11 Revisão e reajuste tarifário periódico - consolidado

### Reajustes tarifários:

Pela execução dos serviços, a concessionária tem o direito de cobrar dos consumidores às tarifas determinadas e homologadas pelo Poder Concedente. Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

As tarifas das controladas foram reajustadas conforme segue:

Distribuidoras	Resolução Homologatória	Efeito médio a ser percebido pelos consumidores(%)	Vigência (início)
EMG	Resolução 1.895, de 16/06/2015	3,06%	18/06/2015
ENF	Resolução 1.894, de 16/06/2015	14,07%	18/06/2015
EPB	Resolução 1.938, de 25/08/2015	10,79%	28/08/2015
EBO	Resolução 2.019, de 02/02/2016	6,91%	04/02/2016
ESE	Resolução 1.877, de 14/04/2015	13,26%	22/04/2015
EMT	Resolução 1.873, de 07/04/2015	-0,38%	08/04/2015
ETO	Resolução 1.919, de 30/06/2015	5,88%	04/07/2015
EMS	Resolução 1.874 de 07/04/2015	3,22%	08/04/2015
CNEE	Resolução 1.889, de 05/05/2015	-3,62%	10/05/2015
CAIUÁ	Resolução 1.888, de 05/05/2015	1,85%	10/05/2015
EDEVP	Resolução 1.886, de 05/05/2015	-0,09%	10/05/2015
EEB	Resolução 1.887, de 05/05/2015	-0,23%	10/05/2015
CFLO	Resolução 1.907, de 23/06/2015	16,54%	29/06/2015

#### Reajuste tarifário extraordinário:

A ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), em reunião realizada em 27 de fevereiro de 2015, deliberou por conceder, a partir de 02 de março de 2015, reajuste tarifário extraordinário (RTE) diferenciado para todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica do país. As controladas que compõem o Grupo Energisa tiveram os seguintes efeitos médios:

#### Efeito médio da RTE por distribuidora:

Distribuidoras	Ato ANEEL	Efeito médio para o consumidor (%)	Vigência (início)
EMG	Resolução 1.858, de 27/02/2015	26,89%	02/03/2015
ENF	Resolução 1.858, de 27/02/2015	26,05%	02/03/2015
EPB	Resolução 1.858, de 27/02/2015	3,82%	02/03/2015
EBO	Resolução 1.858, de 27/02/2015	0,61%*	02/03/2015
ESE	Resolução 1.858, de 27/02/2015	8,00%	02/03/2015
EMT	Resolução 1.858, de 27/02/2015	26,80%	02/03/2015
ETO	Resolução 1.858, de 27/02/2015	4,46%	02/03/2015
EMS	Resolução 1.858, de 27/02/2015	27,86%	02/03/2015
CNEE	Resolução 1.858, de 27/02/2015	35,21%	02/03/2015
CAIUÁ	Resolução 1.858, de 27/02/2015	32,36%	02/03/2015
EDEVP	Resolução 1.858, de 27/02/2015	29,40%	02/03/2015
EEB	Resolução 1.858, de 27/02/2015	38,49%	02/03/2015
CFLO	Resolução 1.858, de 27/02/2015	31,88%	02/03/2015

\*valor retificado homologado pela Resolução Homologatória nº 1.870 de 07/04/2015.

O reajuste tarifário extraordinário (RTE) aplicado tem por objetivo adequar a cobertura tarifária dos custos atuais com Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e compra de energia.

#### Bandeiras tarifárias:

Desde janeiro de 2015, as contas de energia sofreram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O acionamento da bandeira tarifária é sinalizado mensalmente pela ANEEL, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, conforme a capacidade de geração de energia elétrica no país.

As bandeiras verde, amarela e vermelha indicarão se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade.

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A cobrança iniciou em janeiro de 2015, com a tarifa aplicada de R\$1,50, a partir de março foi de R\$3,50 e em setembro de 2015 alterou para R\$2,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos. Em fevereiro de 2016 nova alteração para R\$1,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos;
- Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. A cobrança iniciou em janeiro de 2015, com a tarifa aplicada de R\$3,00, a partir de março foi de R\$5,50 e em setembro de 2015 alterou para R\$4,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos. Em fevereiro de 2016 nova alteração quando passou a ter dois patamares de R\$3,00 e R\$4,50 aplicados a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

Está sendo divulgado nas contas de energia, a aplicação das bandeiras para que o consumidor possa compreender então, qual bandeira estaria valendo no mês atual.

As bandeiras tarifárias são homologadas pela ANEEL, a cada ano civil, considerada a previsão das variações relativas aos custos de geração por fonte termelétrica e à exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo que afetem os agentes de distribuição de energia elétrica conectados ao Sistema Interligado Nacional - SIN, cabendo a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE criar e manter a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias, destinada a administrar os recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias instituídas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

#### Revisão tarifária:

As revisões tarifárias periódicas das controladas ocorrem: (i) a cada quatro anos na EMG, ENF, EBO, EPB, ETO, Caiuá, EEB, CNEE, EDEVP e CFLO, e (ii) a cada cinco anos na ESE, EMT e EMS.

Nesse processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Resumem-se, a seguir, as revisões tarifárias em vigor:

Distribuidoras	Ato ANEEL	Efeito médio para o consumidor (%)	Vigência (início)
EBO	Resolução 1.483, de 29/01/2013	6,18%	04/02/2013
ESE	Resolução 1.513, de 16/04/2013	4,08%	22/04/2013
EMG	Resolução 1.293, de 05/06/2012	1,20%	18/06/2012
ENF	Resolução 1.292, de 05/06/2012	-4,82%	18/06/2012
EPB	Resolução 1.592, de 27/08/2013	-3,02%	28/08/2013
CAIUÁ	Resolução 1.288, de 08/05/2012	7,60%	10/05/2012
EEB	Resolução 1.289, de 08/05/2012	0,74%	10/05/2012
CNEE	Resolução 1.286, de 08/05/2012	2,96%	10/05/2012
EDEVP	Resolução 1.287, de 08/05/2012	-2,72%	10/05/2012
CFLO	Resolução 1.314, de 26/06/2012	7,97%	29/06/2012
ETO	Resolução 1.320, de 03/07/2012	-1,61%	04/07/2012
EMT	Resolução 1.506, de 05/04/2013	0,95%	08/04/2013
EMS	Resolução 1.505, de 05/04/2013	-3,17%	08/04/2013

## 12 Ativos e passivos financeiros setoriais - consolidado

A conta de compensação dos valores da parcela A - CVA é o mecanismo destinado a registrar as variações de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse dessas variações para as tarifas.

Em 25 de novembro de 2014, a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão das Distribuidoras de energia elétrica, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica - Parcela A (CVA) e outros itens financeiros. As controladas assinaram junto a ANEEL, aditivo ao contrato de concessão com inclusão de cláusula específica que possibilitou o reconhecimento contábil dos ativos e passivos financeiros setoriais como ativo ou passivo financeiro.

De acordo com o OCPC 08 a contabilização dos saldos existentes passou a ser efetuada a partir do exercício da assinatura do aditivo ao contrato de concessão de forma prospectiva, ou seja, iniciado em dezembro de 2014.

No termo aditivo emitido pela ANEEL, o órgão regulador garante que os valores de CVA e outros itens financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

Desta forma, os valores reconhecidos de ativos e passivos financeiros setoriais tiveram a contrapartida a receita de venda de bens e serviços.

As controladas contabilizaram as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, conforme demonstrado a seguir:

		Receita Operacional		Resultado financeiro						
	Saldo em 2014		Amortizaç	Remunera	Transferê	Saldo em 2015	Valores em Amortiza	Valores em Constitu	Circulan	Não Circulan
Ativo Financeiro Setorial		Adição	ção	ção	ncia		ção	ição	te	te
Itens da Parcela A (i)										
Energia elétrica comprada para revenda	838.299	483.760	(672.693)	56.803	1.974	708.143	263.904	444.239	539.163	168.980
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	9.636	1.782	(6.943)	920	(954)	4.441	4.321	120	4.368	73
Transporte de Energia Elétrica Rede Básica	81.532	43.700	(76.211)	6.163	-	55.184	30.302	24.882	47.740	7.444
Transporte de Energia Elétrica - Itaipu	-	4.957	(741)	256	541	5.013	420	4.593	3.761	1.252
Encargo de serviços de sistema ESS	-	36.604	57.508	796	(78.246)	16.662	(20.739)	37.401	7.312	9.350
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	6.412	250.045	(52.202)	11.077	2	215.334	42.594	172.740	163.932	51.402
Conta Consumo de Combustível - CCC	2.613	1.184	(2.065)	393	-	2.125	2.126	(1)	2.105	20
Componentes financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A (ii)	-	22.958	15.371	(1)	(13.642)	24.686	(1.241)	25.927	21.540	3.146
Sobrecontratação de energia (iii)	52.606	(5.743)	(27.091)	4.347	(24.119)	-	-	-	-	-
CUSD	-	2.645	429	(41)	(1.621)	1.412	637	775	1.173	239
Exposição de submercados	-	15.282	(6.630)	679	(1.823)	7.508	6.716	792	7.442	66
Outros itens financeiros (*)	17.703	27.419	(20.095)	18	(2.648)	22.397	2.280	20.117	2.515	19.882
Total Ativo	1.008.801	884.593	(791.363)	81.410	(120.536)	1.062.905	331.320	731.585	801.051	261.854



	Saldo em 2014	Receita Operacional		Resultado financeiro	Transferência	Saldo em 2015	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
		Adição	Amortização	Remuneração						
Passivo Financeiro Setorial										
Itens da Parcela A (i)										
Energia elétrica comprada para revenda	-	1.322	517	(66)	1.843	3.616	(979)	4.595	1.768	1.848
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	-	1.466	243	21	(953)	777	757	20	771	6
Transporte de Energia Elétrica Rede Básica	-	(545)	(1.543)	45	2.465	422	1.179	(757)	422	-
Encargo de serviços de sistema ESS	316.088	99.909	(199.605)	16.138	(75.338)	157.192	94.098	63.094	136.188	21.004
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	(7)	(3)	-	10	-	-	-	-	-
Conta Consumo de Combustível - CCC	-	-	(52)	-	52	-	-	-	-	-
Componentes financeiros										
Neutralidade da Parcela A (ii)	-	8.231	(14.275)	-	15.080	9.036	4.666	4.370	7.004	2.032
Sobrecontratação de energia (iii)	291.278	356.053	(210.224)	14.900	(27.303)	424.704	83.164	341.540	307.988	116.716
CUSD	-	(4.199)	(2.222)	-	7.405	984	859	125	914	70
Exposição de submercados	-	(26)	40	(45)	147	116	116	-	95	21
Outros itens financeiros (*)	47.614	66.924	(29.575)	(23)	(43.944)	40.996	36.824	4.172	39.590	1.406
Total Passivo	654.980	529.128	(456.699)	30.970	(120.536)	637.843	220.684	417.159	494.740	143.103
Saldo líquido	353.821	355.465	(334.664)	50.440	-	425.062	110.636	314.426	306.311	118.751

(\*) Inclui R\$806 de receita de Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativo, reconhecido como outros passivos financeiros setoriais, pelas controladas indiretas CAIUA, EEB, CNEE e EDEVP, conforme Despacho ANEEL nº245/2016, que determinou que para operacionalizar os efeitos contábeis em consonância com o Proret, a partir do 4º ciclo de Revisão Tarifária os novos valores decorrentes de Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativo deverão ser apropriados em Passivos Financeiros Setoriais- Devoluções Tarifárias sendo atualizados mensalmente de acordo com o índice de correção monetária estabelecido no Proret (IPCA) e somente começará a ser amortizado quando da homologação no 5º CRTP (Ciclo de Revisão Tarifária Periódica).

**(i) Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A - CVA**

A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica.

Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

**(ii) Neutralidade**

Refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas.

**(iii) Repasse de sobrecontratação de energia (energia excedente)**

O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL nº 255, de 6 de março de 2007.

As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras e déficits de energia elétrica, limitados em 5% do requisito de carga.

## 13 Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Baixa renda (1)	-	-	42.458	58.158
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	-	-	115.957	86.098
Ordens de serviço em curso - outros	-	-	29.930	18.454
Ordens de desativação em curso	-	-	16.942	7.170
Ordens de dispêndio a reembolsar - ODR	-	-	2.643	2.450
Adiantamentos a fornecedores e empregados	1.376	1.005	23.633	23.194
Subvenção CDE - desconto tarifário (2)	-	-	200.054	238.849
Banco Daycoval (3)	-	-	176.791	176.791
Provisão p/ perdas Banco Daycoval (3)	-	-	(176.791)	(176.791)
Outros créditos a receber - CELPA - em 'Recuperação Judicial' (4)	-	-	63.655	57.883
(-) Ajuste a valor presente - CELPA (4)	-	-	(24.471)	(26.027)
ICMS - Aquisição de crédito terceiros (5)	-	-	-	11.246
Sub-rogação do CCC (6)	-	-	39.677	42.857
Aquisição de combustível p/ conta CCC	-	-	26.826	12.663
Padrão de baixa renda	-	-	3.589	4.969
Plano de Universalização	-	-	3.343	4.597
Adiantamento fundo de pensão	-	-	8.704	8.704
Crédito a receber Banco Pine	-	-	2.017	1.663
Despesas pagas antecipadamente	9.206	56	25.884	4.251
Contas a receber de venda das empresas de geração (7)	113.500	-	113.500	-
Contas a receber empresas disponíveis para venda	-	-	-	136.093
Ressarcimento geradoras	-	-	11.133	-
Créditos a receber de terceiros (8)	-	-	22.849	23.902
Créditos a receber Estado de Tocantins (9)	-	-	98.781	106.328
Outros (*)	3.841	2.098	27.593	3.203
<b>Total</b>	<b>127.923</b>	<b>3.159</b>	<b>854.697</b>	<b>826.705</b>
Circulante	127.904	3.135	672.705	536.429
Não circulante	19	24	181.992	290.276

(\*) Inclui montante de R\$1.095 (R\$951 em 2014) referente a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

### (1) Baixa renda - consolidado

	EMG	ENF	ESE	EPB	EBO	EMT	ETO	EMS	Empresas Sul Sudeste	Total
<b>Saldos consolidados em 2014</b>	<b>3.533</b>	<b>467</b>	<b>7.908</b>	<b>23.574</b>	<b>1.505</b>	<b>6.543</b>	<b>4.045</b>	<b>6.401</b>	<b>4.183</b>	<b>58.159</b>
Subvenção baixa renda	15.349	1.514	32.069	67.959	8.310	32.674	22.964	28.910	12.652	222.401
Ressarcimento Eletrobrás	(16.332)	(1.723)	(34.646)	(80.451)	(8.537)	(29.971)	(22.667)	(30.518)	(13.257)	(238.102)
<b>Saldos consolidados em 2015</b>	<b>2.550</b>	<b>258</b>	<b>5.331</b>	<b>11.082</b>	<b>1.278</b>	<b>9.246</b>	<b>4.342</b>	<b>4.793</b>	<b>3.578</b>	<b>42.458</b>

Esses créditos referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, com consumo mensal inferior a 220 KWh, cumprido certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético, ambos sob a administração da Eletrobrás. Os saldos ainda não ressarcidos estão registrados no balanço patrimonial na rubrica "outros créditos" no ativo circulante consolidado. A Administração das controladas não espera apurar perdas na realização dos saldos.

## (2) Subvenção CDE - desconto tarifário - consolidado

	EMG	EPB	ESE	ENF	EBO	EMT	ETO	EMS	Empresas Sul Sudeste	Total
<b>Saldos consolidados em 2014</b>	27.302	26.642	14.832	458	1.700	90.092	28.762	6.699	42.362	238.849
Desconto tarifário subvenção Irrigante e Rural	60.683	60.165	27.479	1.929	4.580	199.279	39.682	121.439	56.021	571.257
Ressarcimento pela Eletrobrás	(83.437)	(70.109)	(39.844)	(2.308)	(5.558)	(185.430)	(45.980)	(97.704)	(90.562)	(620.932)
Atualização financeira (*)	1.231	1.610	867	31	206	4.997	267	817	854	10.880
<b>Saldos consolidados em 2015</b>	<b>5.779</b>	<b>18.308</b>	<b>3.334</b>	<b>110</b>	<b>928</b>	<b>108.938</b>	<b>22.731</b>	<b>31.251</b>	<b>8.675</b>	<b>200.054</b>

(\*) conforme regulamentação emitida pela ANEEL através da Resolução homologatória nº 1.857, de 27 de fevereiro de 2015.

Refere-se a recursos transferidos às concessionárias autorizados pelo Governo Federal, através do Decreto nº 7.891 de 23 de janeiro de 2013, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, nos termos do inciso VII do caput do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

As controladas EMG, ENF, CNEE, CAIUÁ, EDEVP, EBB, CFLO e EMS desde 02 de setembro de 2015 possuem ação ordinária onde foi ajuizado o direito de promover mensalmente a compensação das subvenções a receber de CDE e baixa renda, com os valores a pagar de CDE com a Eletrobrás. Desta forma, em janeiro de 2016, foram compensados R\$40.829 referente a subvenção CDE e R\$4.916 referente subvenção baixa renda. Em 31 de dezembro de 2015, os saldos em aberto correspondem a subvenção incorrida nos meses de outubro a dezembro de 2015, cujo ressarcimento a Administração das controladas espera receber no primeiro trimestre de 2016.

## (3) Banco Daycoval

Refere-se à transferência de valor efetuado pelo Banco Daycoval S.A. para a conta corrente da acionista Rede Energia S.A. - “em Recuperação Judicial”, em 28 de fevereiro de 2012, para quitação de dívidas vencidas por antecipação desta holding, conforme justificativa da Instituição Financeira. A Administração das controladas indiretas EMT, CAIUÁ e EMS consideram essas transferências indevidas e ajuizaram uma medida judicial para a recuperação desse valor.

Ocorre que o Plano para a recuperação e correção das falhas e transgressões que motivaram a intervenção na EMT, CAIUÁ e EMS foi aditado após a aprovação pela Assembleia Geral de Credores da Recuperação Judicial da Rede Energia S.A. - “em Recuperação Judicial”. Em 17 de dezembro de 2013, a ANEEL aprovou, através da Resolução Autorizativa nº 4.463, o Plano ANEEL e acolheu a proposta da ENERGISA para a realização de uma Antecipação para Futuro Aumento de Capital (AFAC) no valor equivalente ao saque efetuado pelo Banco Daycoval S/A.

Dessa forma, a restituição da aplicação financeira das controladas indiretas EMT, CAIUÁ e EMS passaram depender tão somente da demanda judicial movida pelas controladas, caracterizando um ativo contingente, visto que sua realização será confirmada apenas pela ocorrência ou não de eventos futuros, incertos, não totalmente sob o controle da entidade. Por este fato, a Administração das controladas decidiu provisionar a perda dos valores enquanto aguarda o andamento do questionamento jurídico.

## (4) Créditos a receber CELPA

Crédito que as controladas EMT, EMS, Caiuá, ETO, CNEE, CFLO, EDEVP e Rede Serviços tem a receber da Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA - em “Recuperação Judicial”, oriundo de transações entre partes relacionadas. Os créditos intra-grupo serão parcialmente assumidos pela Rede Power do Brasil S.A., até onde se compensarem,

que passará a responder perante às Partes Relacionadas pela parcela do crédito assumido e serão compensados. Do saldo total, cerca de 69% foram assumidas pela Rede Power do Brasil S.A. e o restante será pago em parcelas semestrais a partir do último dia do mês de setembro de 2019, com conclusão em setembro de 2034. A controlada indireta mantém ajuste a valor presente dos créditos a receber no valor de R\$24.471 (R\$26.027 em 2014).

#### **(5) Créditos ICMS**

Créditos de ICMS adquiridos pela controlada indireta EMT de gerador de energia elétrica, titular de Pequenas Centrais Hidroelétricas (PCH's), localizadas no Estado de Mato Grosso. Referidos créditos foram habilitados e registrados pela controlada no sítio da Secretaria de Fazenda do Estado de Mato Grosso, por meio de Pedido de Habilitação de Crédito, conforme procedimento disposto pela Secretaria. Posteriormente à habilitação e registro dos créditos, o Fisco Estadual notificou o gerador, e solidariamente a controlada, questionando a validade do procedimento de habilitação dos créditos. Diante da notificação, a controlada suspendeu o aproveitamento dos créditos até julgamento final dos recursos interpostos pelo gerador. Os detentores dos créditos perderam o prazo recursal para apresentar defesa à notificação da SEFAZ. Diante desse fato, em 2015, a controlada considerou os contratos cancelados.

#### **(6) Sub-rogação CCC**

Em conformidade com as disposições da Resolução ANEEL nº 784, de 24 de dezembro de 2002, e Resolução Autorizativa - ANEEL nº 81, de 09 de março de 2004, a controlada EMT foi enquadrada na sub-rogação do direito de uso da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC, devido à implantação de projetos elétricos que proporcionaram a redução do dispêndio da CCC, que contribui para a modicidade das tarifas aos consumidores finais. Para fins de cálculo do benefício, foram aprovados os seguintes projetos com saldos a receber em aberto:

- Sistema de Transmissão Juruena, com projeto e subsídio aprovado no montante de R\$40.310, acrescido de ajuste de R\$3.549, por meio da Resolução Autorizativa nº 1.371 de 20 de maio de 2008. Foi recebido em 2011 o montante de R\$6.558, R\$10.649 em 2012, R\$6.765 em 2013, R\$8.069 em 2014 e R\$3.234 em 2015, totalizando R\$35.275 e em 21 de janeiro de 2016, foram recebidos os valores correspondentes ao período de novembro de 2014 a novembro de 2015, devidamente atualizados. O saldo remanescente após a baixa do recebimento ocorrido em janeiro de 2016 será de R\$799.
- Sistema de Transmissão Sapezal / Comodoro, energizado em 31 de outubro de 2013, com projeto e subsídio aprovado no montante de R\$32.254, por meio da Resolução Autorizativa nº 1.877 de 07 de abril de 2009. Foi recebido R\$1.215 em 2014 e R\$3.111 até 31 de dezembro de 2015, totalizando R\$4.326. O saldo remanescente é de R\$27.928.

O Despacho ANEEL nº 4.722, de 18 de dezembro de 2009, para aplicação nas publicações do exercício de 2009, trata nos itens 53 e 54, a respeito da contabilização do subsídio recebido pela concessionária, oriundo do fundo da CCC em virtude de obras que visam à desativação de usinas térmicas e consequente redução de óleo diesel no processo de geração de energia em nosso país.

O mencionado despacho determina que todos os valores já recebidos ou aprovados sejam registrados no grupo de contas "223 - Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica". Dentro desse grupo é feita a segregação dos valores já efetivamente recebidos e dos valores pendentes de recebimento que já foram aprovados pelo órgão regulador.

A controlada indireta EMT tem registrado os valores referentes a esse subsídio da seguinte forma:

Obra	Status	Valor aplicado	Valor sub-rogado	Recebido	Atualização	A receber	
						2015	2014
Sistema de Transmissão Juruena	em serviço	52.135	43.859	35.275	3.165	11.749	11.818
Sistema de Transmissão Sapezal / Comodoro	em serviço	45.166	32.254	4.326	-	27.928	31.039
<b>Total</b>		<b>97.301</b>	<b>76.113</b>	<b>39.601</b>	<b>3.165</b>	<b>39.677</b>	<b>42.857</b>
<b>Circulante (Principal)</b>						<b>13.158</b>	<b>12.386</b>
Circulante (Variação IGP-M)						1.292	1.118
<b>Total do Circulante</b>						<b>14.450</b>	<b>13.504</b>
<b>Não Circulante (Principal)</b>						<b>23.354</b>	<b>26.922</b>
Não Circulante (Variação IGP-M)						1.873	2.431
<b>Total do Não circulante</b>						<b>25.227</b>	<b>29.353</b>

#### (7) Contas a receber de venda das empresas de geração

A Energisa possui o montante de R\$113.500 a receber junto ao comprador de seus ativos de geração, referente a valor adicional de ajustes de preços sujeitos a cumprimentos de outras condições precedentes, conforme consta nos contratos de compra e venda, que se encontra em processo final de realização. A Administração tem expectativa de recebimento até o final do primeiro semestre de 2016.

#### (8) Créditos receber de terceiros

Refere-se a uso mútuo de poste e venda de sucatas.

#### (9) Créditos a receber Estado de Tocantins

Refere-se a valores que a controlada Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S/A tem a receber do Governo do Estado do Tocantins, a saber:

- Programa Reluz Tocantins

O Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente - RELUZ, foi instituído em 2000 pela Eletrobrás, com o apoio do Ministério de Minas e Energia, e implementado pelas concessionárias de energia elétrica com a participação das prefeituras e governos estaduais. O Programa tem por objetivo o desenvolvimento de sistemas eficientes de iluminação pública e sinalização semafórica, bem como a valorização dos espaços públicos urbanos, melhorando a segurança da população. Estão habilitados ao programa os entes federativos (Municípios, Governos Estaduais e Distritos) por intermédio das concessionárias de energia elétrica. Os entes federativos interessados em incluir seus projetos no Programa RELUZ deverão dirigir-se diretamente às concessionárias de energia elétrica locais que negociarão e apresentarão a solicitação do financiamento à Eletrobrás, conforme orientações do Manual de Instruções do Programa. O financiamento da Eletrobrás é de até 75% do valor total do projeto. Os 25% restantes deverão constituir a contrapartida dos entes federativos e/ou das concessionárias de energia elétrica.

Buscando a melhoria e ampliação da iluminação pública dos municípios tocaninenses, o Governo do Estado do Tocantins implementou o Programa Reluz Tocantins, que teve como objetivo a execução de obras para eficientização energética do sistema de iluminação pública dos 139 municípios que compõem o Estado.

Em 24 de junho de 2010, o Governo do Estado firmou contrato de financiamento com a Companhia, conforme autorizado pela Lei nº 2.305, de 24/3/2010. O referido contrato tem como objeto a contratação de financiamento de R\$82.423 do Governo do Estado junto à ETO e a execução, por parte da Companhia, das obras e serviços necessários para à implantação do Programa Reluz Tocantins. A forma de pagamento está estabelecida no contrato da seguinte forma:

- i. Transferência de estruturas e redes de energia elétrica de titularidade do Governo do Estado;
- ii. Transferência de ações ordinárias, correspondentes a 9% das ações de emissão da ETO e de titularidade do Governo do Estado;
- iii. Utilização da totalidade do montante de dividendos creditados;
- iv. O saldo remanescente após realizados os itens anteriores, deverá ser pago em 24 parcelas mensais, iguais e sucessivas.

A controlada indireta ETO executou todas as obras e serviços necessários do Programa Reluz e recebeu a aprovação da finalização do programa pela Eletrobrás, por meio da carta CTA-DF-5975/2013, de 11 de setembro de 2013 e encaminhou ao Governo do Estado todas as notificações de evento de pagamento, conforme a conclusão dos eventos físicos previstos no cronograma do contrato e aprovação da Eletrobrás.

Em 09 de julho de 2014, por meio de dação de pagamento, foi realizada a transferência de 9% das ações de emissão da ETO, de titularidade do Estado do Tocantins, um total de 34.085.056 ações preferenciais, correspondendo ao valor de R\$33.063.

O saldo a receber relacionado ao Programa Reluz Tocantins foi atualizado conforme cláusulas contratuais que, de forma geral, resumem-se em 7,5% a.a de atualização financeira sobre o saldo principal e para os pagamentos em atraso, atualização monetária com base na variação mensal do IGPM/FGV, além de juros de 0,5% (meio por cento) ao mês e multa de 10% (dez por cento) sobre a totalidade do débito em atraso, isso perfaz um montante em 31 de dezembro de 2015 de R\$76.977 (R\$88.045 em 2014), considerando-se o abatimento do saldo devedor dos dividendos creditados relativos aos exercícios de 2009, 2010, 2011, 2014 e 2015, bem como a dação em pagamento através da transferência de 9% das ações.

Conforme previsto no contrato do Programa Reluz Tocantins, a Companhia reteve os dividendos creditados ao acionista Estado do Tocantins, cumprindo o dispositivo contratual de que a Companhia, a qualquer tempo, poderia utilizar os dividendos creditados para pagamento das parcelas vencidas do valor da dívida do Programa. Em 29/09/2013, o acionista Estado do Tocantins entrou com uma ação judicial para recebimento dos valores creditados a título de dividendos e, em decisão liminar, os valores foram depositados em juízo, até o julgamento de mérito da demanda. Após a concessão de Suspensão de Segurança pelo presidente do STJ, os valores bloqueados foram devolvidos à Companhia nos dias 7 e 9 de abril de 2014. Caso a decisão final seja julgada em desfavor da Companhia, o saldo devedor será recalculado sem considerar o pagamento efetuado por meio da compensação dos dividendos.

Convênio 028/2008 - convênio firmado para a implementação de 125 km de linhas de transmissão interligando Tocantinópolis a Xambioá. A prestação de contas da conclusão da obra foi apresentada ao Governo do Estado por meio da correspondência CE - 003/2012-DFC, de 29/2/2012. O valor a receber atualizado é de R\$21.804 (R\$18.283 em 2014). Até o encerramento destas demonstrações financeiras, o Estado do Tocantins não havia liberado os recursos financeiros em conformidade com o plano de trabalho definido no Convênio.

## 14 Transações com partes relacionadas

---

A Companhia é a holding do Grupo Energisa, que detém o controle acionário das empresas citadas na nota explicativa nº 4, sendo controlada diretamente pela Gipar S/A (40,69% do capital votante).

A Gipar S/A é controlada pela Nova Gipar (100% do capital votante), que por sua vez é controlada pela Itacatu S/A (63,28% do capital votante) e pela Multisetor S/A (27,82% do capital votante). A Itacatu S/A é controlada pela Multisetor S/A (72,15% do capital votante).

A Multisetor é controlada por Ivan Muller Botelho (77,64% do capital votante).

Os saldos com partes relacionadas são apresentados como segue:

**Controladora:**

	2015		2014	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
<b>Clientes, consumidores e concessionárias</b>	5.760	-	5.060	-
<b>Mútuos (1):</b>				
. Dinâmica Direitos Creditórios S/A	-	-	57.885	-
. Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S.A	-	-	9.153	-
. Energisa Comercializadora de Energia Ltda	-	-	43.864	-
. Energisa Soluções S/A	17.299	-	-	-
. Rede Energia S/A	-	169.259	7.560	-
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A	1.174	-	872	-
. Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A (2)	-	2.475	-	144.018
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A- RJ (3)	88.421	-	76.221	-
. QMRA Participações (3)	20.008	-	12.091	-
. BBPM Participações S/A	1.627	-	380	-
. QMRA Participações	-	64.839	-	-
. Rede Energia S/A -RJ (3) e (4)	583.133	-	474.541	-
. Denerge Desenvolvimento Energético S/A (2)	4.983	-	78.161	-
. Multi Energisa Serviços S/A	621	-	-	-
. JQM Participações S/A	145	-	-	-
<b>Total - não circulante</b>	<b>717.411</b>	<b>236.573</b>	<b>760.728</b>	<b>144.018</b>
<b>Investimentos - Recursos destinados a futuro aumento de capital (5):</b>				
. Energisa Minas Gerais Distribuidora de Energia S/A	35.600	-	9.861	-
. Energisa Geração Central Solar Coremas S/A	963	-	881	-
. Dinâmica Direitos Creditórios S/A	-	-	9.752	-
. Parque Eólico Sobradinho S/A	2.506	-	2.208	-
. Energisa Geração Usina Maurício S/A	965	-	-	-
. Energisa Geração Central Eólica Boa Esperança S/A	22	-	11	-
. Energisa Geração Central Eólica Mandacaru S/A	23	-	11	-
. Energisa Geração Central Eólica Alecrim S/A	23	-	11	-
. Energisa Geração Central Eólica Muquim S/A	22	-	11	-
. Energisa Geração Energia S/A	20	-	-	-
. Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A	8.600	-	-	-
. Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S.A	10.948	-	-	-
. Energisa Soluções S/A	38.000	-	-	-
. Rede Energia S/A	8.000	-	8.000	-
	<b>105.692</b>	<b>-</b>	<b>30.747</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>828.863</b>	<b>236.573</b>	<b>796.535</b>	<b>144.018</b>

- (1) Os mútuos são remunerados com base em 100% do CDI com prazo de 24 meses, vencendo em 30 de outubro de 2016, nos termos de contratos de mútuo, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos. Os contratos de mútuos com partes relacionadas é remunerado pela taxa média de captação junto a terceiros, que no exercício foi em média de CDI + 1,0248 a.a (CDI +0,70 a.a em 2014).
- (2) Contratos de abertura de crédito com prazo de 24 meses, vencendo em 30 de junho de 2016, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, sendo cobrado da creditada somente os custos com o IOF (imposto sobre operações financeiras) ou outro encargo, que durante a vigência do contrato venha a incidir sobre operações financeiras.
- (3) Aquisição de créditos cedidos para recuperação judicial.
- (4) Os créditos a receber da Rede Energia S/A, adquiridos dos credores, seriam pagos inicialmente pela Recuperanda nas seguintes condições: (i) o valor correspondente a 25% do montante total dos créditos cedidos seriam pagos em parcela única em até 1 ano da data de pagamento da cessão, com juros de 12,5% ao ano incidentes a partir da data da cessão; e (ii) o valor remanescente correspondente a 75% do montante total dos créditos cedidos serão pagos ao fim do prazo de 22 anos em parcela única, com juros capitalizados de 0,5% ao ano incidentes a partir da data de pagamento da cessão. Em 2014, foi acordada entre as partes a postergação pelo prazo de 10 anos o vencimento da parcela única que teria vencimento em julho de 2015, correspondente a 25% do montante total da dívida, entretanto fica mantido o prazo de 22 anos para pagamento do valor remanescente correspondente a 75% do montante total da Dívida com juros capitalizados de 0,5% ao ano, incidentes a partir da data de pagamento.

(5) Os recursos destinados para futuro aumento de capital não são remunerados e estão registrados na rubrica investimentos.

Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia e suas controladas:

Controladas	Serviços administrativos - prestados (1)	Comissão aval / Atualização mútuos (Receita (Despesa) financeira)	Saldo a receber (Clientes, consumidores e concessionárias)
. Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A	11.838	5.180	910
. Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A	24.052	8.236	1.889
. Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A	14.612	10.038	1.148
. Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A	6.418	619	504
. Energisa Comercializadora de Energia S/A	-	1.573	-
. Energisa Soluções S/A	1.930	2.708	481
. Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A	5.258	1.238	826
. Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S.A	(94)	1.215	-
. QMRA Participações S/A	-	(5.454)	-
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia	-	8.335	-
. BBPM Participações S/A	-	142	-
. Dinâmica Direitos Creditórios S/A	55	2.164	-
. Alvorada Direitos Creditórios S/A	15	-	2
. Multi Energisa Serviços S/A	-	45	-
. Energisa Soluções Construções e Serviços em Linhas e Redes S/A	-	148	-
. JQM Participações S/A	-	11	-
. Rede Energia S/A	-	62.093	-
2015	64.084	98.291	5.760
2014	63.572	64.823	5.060

(1) Refere-se a serviços administrativos prestados às suas controladas. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. Os contratos foram aprovados pela ANEEL.

### Remuneração dos administradores

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a remuneração dos membros do Conselho de Administração e Fiscal foram de R\$674 (R\$478 em 2014) e da Diretoria foi de R\$ 191 (R\$161 em 2014) na controladora e R\$7.116 (R\$5.553 em 2014) e R\$21.881 (R\$18.062 em 2014) no consolidado.

Além da remuneração, a Companhia e suas controladas são patrocinadoras dos benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida para seus diretores, sendo a despesa no montante de R\$51 (R\$89 em 2014) na controladora e R\$1.992 (R\$2.123 em 2014) no consolidado. Os encargos sociais sobre as remunerações totalizaram R\$119 (R\$105 em 2014) na controladora e R\$3.839 (R\$4.269 em 2014) no consolidado.

A maior e a menor remuneração atribuída a dirigente relativas ao mês de dezembro de 2015, foram de R\$16 e R\$1 na controladora e R\$135 e R\$2 no consolidado (R\$15 e R\$1 na controladora e R\$126 e R\$2 no consolidado em 2014), respectivamente. A remuneração média mensal no período findo em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$5 na controladora e R\$30 no consolidado (R\$3 na controladora e R\$28 no consolidado em 2014).

Na AGO/AGE de 30 de abril de 2015, foi aprovado o limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício findo de 2015 no montante de R\$3.000 (R\$1.208 para o exercício de 2014), na controladora.

### 15 Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

Os impostos diferidos são oriundos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, assim como as diferenças temporárias, que estão registrados segundo as normas do CPC 32 (IAS 12) e apresentado conforme normas do CPC 26 (IAS 1).



A estimativa consolidada para as realizações dos impostos diferidos está apresentada a seguir, ressaltando que as projeções de resultados utilizadas no estudo de recuperabilidade desses ativos foram aprovadas pelos Conselhos de Administração da Companhia e de suas controladas.

Impostos diferidos reconhecidos nas demonstrações financeiras é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
<b>Ativo</b>				
Prejuízos fiscais	-	-	149.072	31.467
Base negativa da contribuição social	-	-	66.271	11.329
Diferenças temporárias	-	209.190	559.315	885.374
<b>Total - ativo não circulante</b>	<b>-</b>	<b>209.190</b>	<b>774.658</b>	<b>928.170</b>

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
<b>Passivo</b>				
Diferenças Temporárias:				
Imposto de Renda	5.313	-	1.158.172	1.297.954
Contribuição Social	1.912	-	416.942	467.263
<b>Total - passivo não circulante</b>	<b>7.225</b>	<b>-</b>	<b>1.575.114</b>	<b>1.765.217</b>
<b>Total ativo (passivo) não circulante líquido</b>	<b>(7.225)</b>	<b>209.190</b>	<b>(800.456)</b>	<b>(837.047)</b>

A natureza dos créditos diferidos são como segue:

	Controladora			
	2015		2014	
	Base de cálculo	IRPJ + CSSL	Base de cálculo	IRPJ + CSSL
<b>Ativo/Passivo</b>				
Prejuízos fiscais	-	-	132.833	33.208
Base negativa da contribuição social	-	-	144.522	13.007
Provisão ajuste atuarial	-	-	1.765	600
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - PCLD	-	-	26	9
Variações cambiais passivas	-	-	21.393	7.274
Marcação a mercados - derivativos	(19.703)	(6.699)	10.309	3.505
Marcação a mercado da dívida	497	169	-	-
Crédito Tributário não reconhecido	-	-	(169.456)	(57.615)
Provisão do ganho de capital dos ativos destinados a alienação - venda não realizada (2)	-	-	614.871	209.056
Ajustes a valor presente	(591)	(201)	-	-
Outras adições (exclusões) temporárias	2.702	919	431	146
Custo a apropriar da dívida	(4.156)	(1.413)	-	-
<b>Total</b>	<b>(21.251)</b>	<b>(7.225)</b>	<b>756.694</b>	<b>209.190</b>
<b>Total - Ativo Não Circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>756.694</b>	<b>209.190</b>
<b>Total - Passivo Não Circulante</b>	<b>(21.251)</b>	<b>(7.225)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

	Consolidado			
	2015		2014	
	Base de cálculo	IRPJ + CSSL	Base de cálculo	IRPJ + CSSL
<b>Ativo/Passivo</b>				
Prejuízos fiscais	1.388.694	347.173	867.119	216.779
Base negativa da contribuição social	1.528.754	137.588	878.808	79.093
Créditos fiscais - ágio (1)	341.211	116.012	372.789	126.748
Provisão ajuste atuarial	218.540	74.304	188.720	64.165
Provisões para riscos	572.629	194.694	566.046	192.456
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - (PCLD e Daycoval)	641.372	218.066	541.613	184.148
Outras provisões (PEE, P&D, Honorários e Outras)	193.099	65.654	227.693	77.416
Variações cambiais passivas	451.570	153.534	239.577	81.456
Marcação a mercados - derivativos	(310.855)	(105.692)	(117.546)	(39.966)
Marcação a mercado da dívida	(14.241)	(4.842)	(13.478)	(4.582)
Ativos (Passivos) financeiros setoriais (CVA's)	(390.520)	(132.777)	(65.107)	(22.136)
Outras adições temporárias	176.521	60.018	24.885	8.461
IRPJ e CSSL sobre a parcela do VNR - contas a receber da concessão e atualizações	(340.686)	(115.833)	(107.224)	(36.456)
Provisão do ganho de capital dos ativos destinados a alienação - venda não realizada (2)	-	-	614.871	209.056
Ajustes a valor presente	(2.898.264)	(985.409)	(2.912.209)	(990.151)
Deságio sobre investimento EMS	(188.407)	(64.058)	(188.939)	(64.239)
Encargos sobre reservas de reavaliação	(239.430)	(81.406)	(275.157)	(93.553)
Mais valia	(1.942.736)	(660.530)	(2.402.634)	(816.896)
Outras exclusões temporárias	(49.858)	(16.952)	(26.015)	(8.846)
<b>Total</b>	<b>(862.607)</b>	<b>(800.456)</b>	<b>(1.586.188)</b>	<b>(837.047)</b>
<b>Total - Ativo Não Circulante</b>	<b>2.977.675</b>	<b>774.658</b>	<b>3.385.363</b>	<b>928.170</b>
<b>Total - Passivo Não Circulante</b>	<b>(4.632.687)</b>	<b>(1.575.114)</b>	<b>(5.191.812)</b>	<b>(1.765.217)</b>

- (1) Os créditos fiscais - ágio no montante de R\$116.012 (R\$126.748 em 2014) estão sendo realizados pelo prazo remanescente de exploração das concessões das controladas: EBO (16 anos) e EPB (17 anos) segundo a curva de rentabilidade projetada dessas controladas, conforme determinam as Resoluções Autorizativas ANEEL nº 759, de 12 de dezembro de 2006 (EPB e EBO).
- (2) Os créditos fiscais constituídos no exercício de 2014 no montante de R\$209.190 referem-se ao Imposto de Renda e Contribuição Social, incidentes sobre a Provisão do ganho de capital dos ativos destinados a alienação.

A seguir, as realizações dos créditos fiscais:

Exercício	Consolidado
2016	92.626
2017	113.954
2018	133.399
2019	100.083
2020	124.825
2021 a 2025	209.771
<b>Total</b>	<b>774.658</b>

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do período, bem como a compensação dos créditos tributários registrados podem ser assim demonstrados:

	Controladora	
	2015	2014
Lucro (prejuízo) antes dos impostos das operações continuadas	(19.865)	191.756
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados às alíquotas fiscais combinadas	6.754	(65.197)
Ajustes:		
Equivalência patrimonial	108.876	125.991
Efeitos dos Prejuízos Fiscais não utilizados	(143.250)	27.197
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(27.620)</b>	<b>87.991</b>
Alíquota efetiva	-	-

  

	Consolidado	
	2015	2014
Lucro (prejuízo) antes dos impostos das operações continuadas	(181.279)	327.470
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculadas às alíquotas fiscais combinadas	61.635	(111.340)
Ajustes:		
Despesas indedutíveis (doações, brindes, multa, etc.)	(4.685)	(73.439)
Redução do imposto de renda e adicionais (*)	77.192	52.758
Exclusão Receitas Financeiras - Refis Lei 12.996/14	-	39.973
Efeitos dos Prejuízos Fiscais não utilizados	(166.484)	70.721
Efeitos de Prejuízos Fiscais de Períodos Anteriores Constituídos no Exercício	69.900	-
Efeitos Lei 11.638/2007	-	(8.381)
Outros	19.381	7.847
<b>Imposto Corrente</b>	<b>(134.310)</b>	<b>(291.739)</b>
<b>Imposto Diferido</b>	<b>191.249</b>	<b>269.878</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>56.939</b>	<b>(21.861)</b>
Alíquota efetiva	-	6.68%

(\*) As controladas ESE, EPB, EBO, ETO e EMT possuem redução do imposto de renda e adicionais. Em dezembro/2012 a ESE, EPB e EBO obtiveram aprovação do Ministério da Integração Social os novos pedidos de benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais calculados sobre o lucro da exploração, para o período de 01/01/2012 a 31/12/2021. O deferimento de seus pedidos junto à Receita Federal do Brasil ocorreram através dos seguintes atos: ESE - Despacho Decisório nº 126 - DRF/ASJU de 04/03/2013, EPB - Despacho Decisório nº 128 - DRF/JPA de 23/05/2013, EBO - Despacho Decisório nº 206 - DRF/JPA de 19/12/2012.

As controladas ETO e EMT localizadas na área da SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia obtiveram aprovação de seus pleitos de redução do imposto de renda e adicionais pelo Ministério da Integração Social em dezembro/2014, reduzindo o Imposto de Renda e adicionais em 75% do calculados sobre o lucro da exploração para o período de 01/01/2014 a 31/12/2023. O deferimento dos pedidos junto a Receita Federal ocorreram como segue: EMT- Ato Declaratório Executivo nº 17 - DRF/CBA, de 02 de fevereiro de 2015 e Laudo Constitutivo SUDAM nº 114/2014e ETO - Ato Declaratório Executivo nº 3 de 18 de março de 2015 e Laudo Constitutivo SUDAM nº 113/2014.

Os valores de redução do imposto de renda e adicionais reconhecidos pelas controladas montam a R\$77.192 (R\$52.758 em 2014), sendo: R\$39.535 (R\$26.033 em de 2014) na EPB, R\$8.001 (R\$962 em 2014) na EBO, R\$17.575 (R\$25.763 em 2014) na ESE e R\$12.082 na ETO. Esses valores foram registrados diretamente no resultado do período na rubrica "imposto de renda e contribuição social corrente" e serão destinados à reserva de incentivo fiscais nas controladas. A controlada EMT não apurou base de cálculo do Lucro da Exploração no período findo em 31 de dezembro de 2015.

Nos últimos exercícios sociais, as controladas Caiuá e EMG apuraram prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, tendo somente constituído créditos tributários incorridos em exercícios anteriores de acordo com as normas previstas no CPC.

Em dezembro de 2015, em face da conclusão do processo de renovação de seus contratos de concessão, com a assinatura do quinto aditivo contratual (vide nota explicativa nº 1), as controladas poderão manter suas atividades de distribuição de energia elétrica por mais 30 anos e, com a renovação da concessão, passaram a enquadrar-se nas regras estabelecidas na legislação e de acordo com as projeções de resultados para os próximos exercícios, parte dos créditos tributários que possuíam escriturados em seus livros fiscais, serão recuperados no próximos 10 (dez) anos, o que possibilitou a constituição dos créditos tributários no exercício no montante de R\$69.900, sendo R\$64.666 pela controlada Caiuá e R\$5.234 pela Energisa Minas Gerais, registrados na rubrica de “imposto de renda e contribuição social diferidos na demonstração do resultado do exercício”.

**Uso de estimativas:** os créditos tributários são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais e bases negativas e em relação as diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Se o reconhecimento ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação dos créditos tributários, com base em projeções de resultados elaborados e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização. Periodicamente, os valores registrados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância de acordo com a legislação fiscal.

## 16 Contas a receber da concessão - consolidado

---

A Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, confirmou a intenção do Poder Concedente de utilizar o VNR - Valor novo de reposição para valoração dos créditos a receber, ao final da concessão, a título de indenização dos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados.

No entendimento da Administração da Companhia, este fato alterou as condições contratuais da concessão relacionadas à forma de remunerar a Companhia pelos investimentos realizados na infraestrutura vinculados à prestação de serviços outorgados, que até o exercício de 2011, era reconhecido pelo custo histórico.

A partir de 31 de dezembro de 2012 as controladas EMG, ENF, ESE, EPB, EBO, EDEVP, EMT, CAIUA, ETO, EEB, CNEE, CFLO e EMS passaram a reconhecer o VNR - Valor novo de reposição, homologados pela ANEEL, dos ativos que compõem a concessão, corrigidos pela variação do IGPM. Em novembro de 2015 a ANEEL através da Resolução Normativa nº 686/2015, aprovou a revisão do Submódulo 2.3 dos Procedimentos de Revisão Tarifária (PRORET) da Base de Remuneração Regulatória (BRR), passando a mesma a ser atualizada pela variação do IPCA, anteriormente utilizava-se o IGPM. Com a aplicação do novo índice de atualização desde a última revisão tarifária até 31 de dezembro de 2015, foram apurados pelas controladas, efeitos adicionais de R\$14.176, registrados na receita financeira - atualização do contas a receber da concessão - VNR, na demonstração de resultado do exercício consolidado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foi reconhecido em receita financeira - atualização do contas a receber da concessão - VNR, no consolidado, o montante de R\$243.409 (R\$31.527 em 2014), incluindo o impacto do recálculo da atualização monetária pelo IPCA.

O saldo de contas a receber da concessão está classificado como disponível para venda no ativo não circulante, no consolidado.

Segue as movimentações ocorridas no exercício:

	Saldo 2014	Adições	Baixas	Atualização monetária (1)	Transferência para intangível (2)	Saldo 2015
EMG	329.497	14.701	(1.279)	20.078	(353.906)	9.091
EPB	276.224	53.975	(2.093)	21.653	-	349.759
ESE	228.574	30.440	(1.265)	16.777	-	274.526
ENF	93.026	4.600	(339)	6.296	(100.028)	3.555
EBO	31.644	7.060	(218)	2.385	-	40.871
EMT	878.868	118.221	(3.844)	81.018	-	1.074.263
ETO	428.596	186.934	(15.278)	34.769	-	635.021
EMS	318.859	96.807	(1.574)	24.862	-	438.954
Sul Sudeste (**)	438.766	84.840	(10.839)	35.571	(515.668)	32.670
<b>TOTAL Geral</b>	<b>3.024.054</b>	<b>597.578</b>	<b>(36.729)</b>	<b>243.409</b>	<b>(969.602)</b>	<b>2.858.710</b>

	Saldo 2013	Adições	Baixas	Atualização monetária (1)	Saldo 2014
EMG	285.875	40.875	(4.891)	7.638	329.497
EPB	225.555	45.523	(1.916)	7.062	276.224
ESE	182.867	41.062	(783)	5.428	228.574
ENF	84.182	7.053	(664)	2.455	93.026
EBO	22.709	8.486	(286)	735	31.644
EMT	784.316	92.632	(2.283)	4.203	878.868
ETO	390.909	51.519	(17.445)	3.613	428.596
EMS	277.391	38.907	(642)	3.203	318.859
Sul Sudeste (**)	458.722	(5.460)	(11.686)	(2.810)	438.766
<b>TOTAL Geral</b>	<b>2.712.526</b>	<b>320.597</b>	<b>(40.596)</b>	<b>31.527</b>	<b>3.024.054</b>

- (1) Os ativos são atualizados pela variação mensal do IPCA, índice para atualização da base de remuneração utilizada pelo regulador tarifário. Possíveis variações decorrentes do critério de cálculo do VNR também são considerados.
- (2) Em dezembro de 2015, foram concluídos os processos de renovação das concessões das controladas Energisa Minas Gerais, Energisa Nova Friburgo, Caiuá Distribuição de Energia, Companhia Nacional de Energia Elétrica, Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema, Empresa Elétrica Bragantina e Companhia Força e Luz do Oeste, tendo sido publicada Portarias por meio da qual o Ministério das Minas e Energia - MME deferiu os pedidos de prorrogação do Contrato de Concessão convocando os representantes legais da Distribuidora para a assinatura dos Termos Aditivos ao contrato de concessão. Após assinaturas do Termo Aditivo aos Contratos de Concessão, foram publicados, no Diário Oficial do dia 18 de dezembro de 2015, os Extratos dos Termos Aditivos que oficializaram a prorrogação da concessão das Distribuidoras até o dia 07 de julho de 2045.

As controladas de acordo com o novo prazo de exploração das concessões ora renovadas efetuaram novos cálculos de seus ativos considerando os novos prazos tendo reclassificado o montante de R\$969.602 do contas a receber da concessão para o intangível em serviço.

(\*\*) Inclui as controladas, CFLO, CNEE, EEB, Caiuá e EDEVP.

## 17 Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Participação em controladas	3.190.208	2.923.992	-	-
Outros	10.051	10.051	28.635	36.410
<b>Total</b>	<b>3.200.259</b>	<b>2.934.043</b>	<b>28.635</b>	<b>36.410</b>

## Participação em controladas:

2015									
Informações sobre as controladas								Informações sobre o investimento da controladora	
Controladas	%	Nº ações / cotas detidas / mil	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Equivalência Patrimonial	Investimentos
<b>Distribuição</b>								<b>159.936</b>	<b>1.444.011</b>
Energisa Minas Gerais (EMG)	100	514	107.828	764.341	566.157	198.184	24.951	24.951	198.184
Energisa Sergipe (SE)	100	196	382.898	1.492.951	1.167.518	325.433	(22.044)	(22.044)	325.434
Energisa Paraíba (EPB)	100	918	487.457	2.156.430	1.461.623	694.807	106.964	106.964	694.805
Energisa Borborema (EBO)	100	293	65.539	290.066	157.956	132.110	44.053	44.053	132.111
Energisa Nova Friburgo (ENF)	100	16	39.743	201.130	129.734	71.396	5.815	5.815	71.396
Energisa Mato Grosso (EMT) (1)	1,2	2.044	1.118.910	5.509.375	3.669.276	1.840.099	17.531	197	22.081
<b>Geração</b>								<b>2.307</b>	<b>3.771</b>
Parque Eólico Sobradinho	100	4.102	4.102	2.180	226	1.954	(460)	(460)	1.953
Energisa Geração Usina									
Maurício	100	612	612	1.636	146	1.490	(103)	(103)	1.489
Energisa Geração Solar									
Coremas	100	1	1	324	-	323	(69)	(69)	324
Energisa Geração Eólica Boa									
Esperança	100	10	1	1	-	1	(12)	(12)	1
Energisa Geração Eólica									
Mandacaru	100	10	1	1	-	1	(12)	(12)	1
Energisa Geração de Energia									
S.A	100	10	1	1	-	1	(21)	(20)	1
Energisa Geração Eólica									
Alecrim	100	10	1	1	-	1	(12)	(12)	1
Energisa Geração Eólica									
Umbuzeiro - Muquim	100	10	1	1	-	1	(12)	(12)	1
Energisa Geração Rio Grande	100	133.179	177.422	260.964	115.410	145.554	(674)	2.060	-
SPE Cristina S/A	100	21.100	24.612	28.524	7.178	21.346	(337)	139	-
Pequena Central Hidreletrica									
Ze Tunin	100	61.448	61.448	106.585	42.105	64.480	183	830	-
Energisa Geração Vista Alegre	100	1	1	21	-	21	(11)	(22)	-
<b>Comercialização</b>								<b>862</b>	<b>5.765</b>
Energisa Comercializadora	100	1	1	75.627	69.861	5.766	862	862	5.765
<b>Prestação de Serviços</b>								<b>(10.706)</b>	<b>84.725</b>
Energisa Soluções	100	39.000	39.000	123.140	47.716	75.424	(10.515)	(10.515)	75.421
Energisa Serviços Aéreos de									
Aeroinspeção	100	1.000	1.000	6.589	276	6.313	(1.932)	(1.932)	6.313
Energisa Planejamento	100	1.685	1.685	4.783	1.792	2.991	1.741	1.741	2.991
<b>Holdings e demais companhias</b>								<b>181.248</b>	<b>1.446.278</b>
Energisa Bioeletricidade S/A	100	151.597	1	402.847	-	402.847	(12.766)	(10.954)	-
Energisa Geração Centrais									
Eólicas RN	100	167.468	63.500	207.237	6	207.231	11.594	18.638	
Alvorada Direitos Creditórios									
S.A	100	200	251	192	16	176	(92)	(51)	175
Dinâmica Direitos Creditórios	100	7.570	7.570	2.026	831	1.196	731	594	1.196
BBPM Participações	89,61	177.818	553.324	473.775	21.336	452.439	52.624	45.902	405.430
Denerge S/A	49,28	251.966.233	1.275.420	1.589.412	545.613	1.043.799	157.464	75.868	514.292
JQMJ Participações	99,99	71.302	200.364	166.129	4.478	161.652	18.795	18.259	161.636
Rede Energia S.A.	15,02	257.656	2.245.787	3.761.689	1.387.245	2.374.444	224.026	32.992	363.549
<b>Ágio pago na aquisição de controladas</b>								<b>(19.665)</b>	<b>205.658</b>
<b>Saldos reclassificados para ativos disponíveis para venda</b>								<b>6.241</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>								<b>320.223</b>	<b>3.190.208</b>

(1) Em 2015, foram adquiridas pela Companhia o total de 98 ações, sendo 65 ordinárias e 33 preferenciais.

2014									
Informações sobre as controladas								Informações sobre o investimento da controladora	
Controladas	%	Nº ações / cotas detidas / mil	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Equivalência Patrimonial	Investimentos
<b>Distribuição</b>								<b>249.714</b>	<b>1.309.212</b>
Energisa Minas Gerais (EMG)	100,00	451	44.171	586.809	495.556	91.253	23.029	23.029	91.253
Energisa Sergipe (SE)	100,00	195	357.136	1.381.279	995.406	385.873	102.178	102.298	385.873
Energisa Paraíba (EPB)	100,00	918	461.423	1.794.668	1.123.194	671.474	119.363	119.548	671.474
Energisa Borborema (EBO)	100,00	293	64.577	227.474	130.953	96.521	2.574	2.574	91.950
Energisa Nova Friburgo (ENF)	100,00	16	39.743	152.149	93.689	58.460	2.265	2.265	58.460
Energisa Mato Grosso (EMT) (2)	0,05	1.826	1.118.909	5.321.090	3.485.806	1.835.284	32.542	-	10.202
<b>Geração</b>								<b>(1.111)</b>	<b>1.763</b>
Parque Eólico Sobradinho	100,00	4.102	4.102	889	327	562	(905)	(905)	562
Energisa Geração Rio Grande	100,00	68.249	133.179	264.935	125.258	139.677	(193)	(193)	-
SPE Cristina S/A	100,00	11.093	21.100	29.417	10.769	18.648	(1.201)	(1.201)	-
Pequena Central Hidreletrica Ze Tunin	100,00	61.448	61.448	108.670	43.686	64.984	1.549	1.549	-
Energisa Geração Usina Maurício	99,99	612	612	776	8	768	253	253	768
Energisa Geração Solar Coremas	100,00	1	1	314	7	307	(574)	(574)	307
Energisa Geração Vista Alegre	100,00	1	1	22	-	22	1	1	22
Energisa Geração Santa Candida	100,00	1	1	100	-	100	(1)	(1)	100
Energisa Geração Eólica Boa Esperança	100,00	1	1	1	-	1	-	(10)	1
Energisa Geração Eólica Mandacarú	100,00	1	1	1	-	1	-	(10)	1
Energisa Geração Eólica Alecrim	100,00	1	1	1	-	1	-	(10)	1
Energisa Geração Eólica Umbuzeiro - Muquim	100,00	1	1	1	-	1	-	(10)	1
<b>Comercialização</b>								<b>6.823</b>	<b>4.991</b>
Energisa Comercializadora	100,00	1	1	96.825	91.834	4.991	6.823	6.823	4.991
<b>Prestação de Serviços</b>								<b>(1.023)</b>	<b>48.775</b>
Energisa Soluções	100,00	39.000	39.000	72.625	26.300	46.325	(1.145)	(1.145)	46.325
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção (1)	99,99	1.000	1.000	7.116	9.819	(2.703)	(1.534)	(1.534)	-
Energisa Planejamento	100,00	1.685	1.685	3.288	838	2.450	1.656	1.656	2.450
<b>Holdings e demais companhias</b>								<b>116.894</b>	<b>1.338.440</b>
Alvorada Direitos Creditórios S.A	50,00	200	251	339	66	273	20	10	137
Dinâmica Direitos Creditórios	50,00	3.785	7.570	69.164	58.948	10.216	(7.265)	(3.633)	9.983
Energisa Bioeletricidade S/A	100,00	151.597	151.597	437.936	254.678	183.258	4.981	4.981	-
Energisa Geração Centrais Eólicas RN	100,00	167.468	167.468	665.263	475.717	189.546	12.308	13.621	-
BBPM Participações (2)	89,57	177.741	437.621	422.947	8.604	414.343	23.300	37.016	371.127
Denerge S/A (2)	49,28	251.934.725	1.275.420	1.536.006	570.459	965.547	56.498	27.259	475.821
JQMJ Participações (2)	99,95	71.270	175.898	148.268	242	148.026	8.520	20.407	148.193
Rede Energia S.A. (2)	14,95	257.430	2.245.787	3.601.396	1.426.983	2.174.413	146.775	17.233	333.179
<b>Ágio pago na aquisição de controladas</b>								<b>(20.957)</b>	<b>220.811</b>
<b>Saldos reclassificados para ativos disponíveis para venda</b>								<b>(731)</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>								<b>349.609</b>	<b>2.923.992</b>

(1) A Companhia constituiu provisão referente ao passivo a descoberto de sua controlada Energisa Serviços Aéreos no montante de R\$2.703 em 31 de dezembro de 2014 registrado em outras contas a pagar no Passivo não circulante na controladora.

(2) Sociedades adquiridas em 11 de abril de 2014.

### Movimentação dos investimentos:

Controladas	Saldo em 2014	Aquisição	Ganho/Perda aquisição de ações (1)	Subscrição, AFAC	Dividendos	Outros resultados abrangentes	Equivalência Patrimonial	Saldo em 2015
<b>Distribuição</b>	<b>1.309.212</b>	<b>1.620</b>	<b>10.218</b>	<b>97.996</b>	<b>(129.548)</b>	<b>(5.423)</b>	<b>159.936</b>	<b>1.444.011</b>
Energisa Minas Gerais (EMG)	91.253	-	-	89.396	(7.322)	(94)	24.951	198.184
Energisa Sergipe (SE)	385.873	-	-	-	(39.800)	1.405	(22.044)	325.434
Energisa Paraíba (EPB)	671.474	-	-	-	(76.972)	(6.661)	106.964	694.805
Energisa Borborema (EBO)	91.950	-	-	-	(3.892)	-	44.053	132.111
Energisa Nova Friburgo (ENF)	58.460	-	-	8.600	(1.381)	(98)	5.815	71.396
Energisa Mato Grosso (EMT)	10.202	1.620	10.218	-	(181)	25	197	22.081
<b>Geração</b>	<b>1.763</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.967</b>	<b>(141)</b>	<b>4</b>	<b>2.307</b>	<b>3.771</b>
Parque Eólico Sobradinho	562	-	-	1.847	-	4	(460)	1.953
Energisa Geração Usina Maurício	768	-	-	965	(141)	-	(103)	1.489
Energisa Geração Solar Coremas	307	-	-	86	-	-	(69)	324
Energisa Geração Vista Alegre	22	-	-	-	-	-	(1)	-
Energisa Geração Santa Candida	100	-	-	-	-	-	1	-
Energisa Geração Eólica Boa Esperança	1	-	-	12	-	-	(12)	1
Energisa Geração Eólica Mandacaru	1	-	-	12	-	-	(12)	1
Energisa Geração Eólica Alecrim	1	-	-	12	-	-	(12)	1
Energisa Geração de Energia S/A	-	-	-	21	-	-	(20)	1
Energisa Geração Eólica Umbuzeiro - Muquim	1	-	-	12	-	-	(12)	1
Energisa Geração Rio Grande	-	-	-	-	-	-	2.060	-
SPE Cristina S/A	-	-	-	-	-	-	139	-
Pequena Central Hidreletrica Ze Tunin	-	-	-	-	-	-	830	-
Energisa Geração Vista Alegre	-	-	-	-	-	-	(22)	-
<b>Comercialização</b>	<b>4.991</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(215)</b>	<b>127</b>	<b>862</b>	<b>5.765</b>
Energisa Comercializadora	4.991	-	-	-	(215)	127	862	5.765
<b>Prestação de Serviços</b>	<b>48.775</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>48.948</b>	<b>(1.215)</b>	<b>1.626</b>	<b>(10.706)</b>	<b>84.725</b>
Energisa Soluções	46.325	-	-	38.000	-	1.611	(10.515)	75.421
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção	-	-	-	10.948	-	-	(1.932)	6.313
Energisa Planejamento	2.450	-	-	-	(1.215)	15	1.741	2.991
<b>Holdings e demais companhias</b>	<b>1.338.440</b>	<b>1.293</b>	<b>(12.611)</b>	<b>(9.752)</b>	<b>(35.695)</b>	<b>(8.961)</b>	<b>181.248</b>	<b>1.446.278</b>
Energisa Bioeletricidade S/A	-	-	-	-	-	-	(10.954)	-
Energisa Geração Centrais Eólicas RN	-	-	-	-	-	-	18.638	-
Alvorada Direitos Creditórios S.A	137	91	-	-	(2)	-	(51)	175
Dinâmica Direitos Creditórios	9.983	370	-	(9.752)	-	1	594	1.196
BBPM Participações	371.127	373	1.228	-	(9.945)	(3.255)	45.902	405.430
Denerge S/A	475.821	114	(15.222)	-	(17.800)	(4.489)	75.868	514.292
JQM Participações	148.193	161	489	-	(4.103)	(1.363)	18.259	161.636
Rede Energia S.A.	333.179	184	894	-	(3.845)	145	32.992	363.549
<b>Ágio pago na aquisição de controladas</b>	<b>220.811</b>	<b>4.512</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(19.665)</b>	<b>205.658</b>
<b>Saldos reclassificados para ativos disponíveis para venda</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6.241</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>2.923.992</b>	<b>7.425</b>	<b>(2.393)</b>	<b>140.159</b>	<b>(166.814)</b>	<b>(12.627)</b>	<b>320.223</b>	<b>3.190.208</b>

(1) Ganho/perda em transações com compra de ações. No exercício de 2015, a Energisa S/A, adquiriu ações de minoritários das empresas: EMT, Rede Energia, JQM, BBPM resultando em ganho de capital e aumento do percentual de participação. O valor de perda da Denerge, refere-se a transações de ações em tesouraria, que impactou à Energisa através de equivalência patrimonial reflexa.



Controladas	Saldo em 2013	Investimentos adquiridos em 11/04/2014	Subscrição, aquisição e AFAC	Dividendos	Outros Resultados Abrangentes	Equivalência Patrimonial	Saldo em 2014
<b>Distribuição</b>	<b>1.165.436</b>	<b>-</b>	<b>20.063</b>	<b>(97.504)</b>	<b>(28.497)</b>	<b>249.714</b>	<b>1.309.212</b>
Energisa Minas Gerais (EMG)	63.895	-	9.861	(5.757)	225	23.029	91.253
Energisa Sergipe (SE)	347.533	-	-	(38.175)	(25.783)	102.298	385.873
Energisa Paraíba (EPB)	598.086	-	-	(42.975)	(3.185)	119.548	671.474
Energisa Borborema (EBO)	95.262	-	-	(5.886)	-	2.574	91.950
Energisa Nova Friburgo (ENF)	60.660	-	-	(4.711)	246	2.265	58.460
Energisa Mato Grosso (EMT)	-	-	10.202	-	-	-	10.202
<b>Geração</b>	<b>1.470</b>	<b>-</b>	<b>1.705</b>	<b>(142)</b>	<b>(4)</b>	<b>(1.266)</b>	<b>1.763</b>
Parque Eólico Sobradinho	813	-	658	-	(4)	(905)	562
Energisa Geração Usina Maurício	657	-	-	(142)	-	253	768
Energisa Geração Solar Coremas	-	-	881	-	-	(574)	307
Energisa Geração Eólica Boa Esperança	-	-	11	-	-	(10)	1
Energisa Geração Eólica Mandacaru	-	-	11	-	-	(10)	1
Energisa Geração Eólica Alecrim	-	-	11	-	-	(10)	1
Energisa Geração Eólica Umbuzeiro - Muquim	-	-	11	-	-	(10)	1
Energisa Geração Vista Alegre	-	-	21	-	-	1	22
Energisa Geração Santa Cândida	-	-	101	-	-	(1)	100
<b>Comercialização</b>	<b>5.459</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(7.170)</b>	<b>(121)</b>	<b>6.823</b>	<b>4.991</b>
Energisa Comercializadora	5.459	-	-	(7.170)	(121)	6.823	4.991
<b>Prestação de Serviços</b>	<b>50.928</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(2.635)</b>	<b>(29)</b>	<b>(1.023)</b>	<b>48.775</b>
Energisa Soluções	48.221	-	-	(684)	(67)	(1.145)	46.325
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção	-	-	-	-	-	(1.534)	-
Energisa Planejamento	2.707	-	-	(1.951)	38	1.656	2.450
<b>Holdings e demais companhias</b>	<b>3.992</b>	<b>(165.552)</b>	<b>1.410.525</b>	<b>-</b>	<b>(8.817)</b>	<b>98.292</b>	<b>1.338.440</b>
Alvorada Direitos Creditórios S.A	127	-	-	-	-	10	137
Dinâmica Direitos Creditórios	3.865	-	9.752	-	(1)	(3.633)	9.983
BBPM Participações	-	(75.072)	412.667	-	(3.484)	37.016	371.127
Denerge S/A	-	(53.462)	506.829	-	(4.805)	27.259	475.821
JQM Participações	-	(37.018)	166.261	-	(1.457)	20.407	148.193
Rede Energia S.A.	-	-	315.016	-	930	17.233	333.179
<b>Ágio pago na aquisição de controladas</b>	<b>202.789</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(20.957)</b>	<b>220.811</b>
<b>Saldos reclassificados para ativos disponíveis para venda</b>	<b>662.323</b>	<b>-</b>	<b>(102.304)</b>	<b>(3.311)</b>	<b>(391)</b>	<b>18.026</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>2.092.397</b>	<b>(165.552)</b>	<b>1.329.989</b>	<b>(110.762)</b>	<b>(37.859)</b>	<b>349.609</b>	<b>2.923.992</b>

Amortização dos bens intangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, que tem sua contabilização efetuada na demonstração de resultado nas rubricas de amortização e depreciação e imposto de renda e contribuição social:

	EDEVP	EMT	CAIUÁ	ETO	EEB	CNEE	CFLO	EMS	Total
Amortização	(15.128)	(63.867)	(11.403)	(63.634)	(15.205)	(3.067)	(8.375)	(71.409)	(252.088)
IR e CSSL	5.143	21.715	3.877	21.635	5.170	1.043	2.847	24.279	85.709
<b>Amortização Líquida</b>	<b>(9.985)</b>	<b>(42.152)</b>	<b>(7.526)</b>	<b>(41.999)</b>	<b>(10.035)</b>	<b>(2.024)</b>	<b>(5.528)</b>	<b>(47.130)</b>	<b>(166.379)</b>

## 18 Imobilizado

	Controladora					
	Saldo 2014	Adição	Transferências	Baixa	Depreciação	Saldo 2015
<b>Imobilizado em Serviço</b>						
Custo:						
Terrenos	16	-	-	-	-	16
Edificações e benfeitorias	4.249	-	51	-	-	4.300
Máquinas e equipamentos	6.500	-	1.293	-	-	7.793
Veículos	8.478	-	54	(81)	-	8.451
Móveis e utensílios	13.509	-	235	(3)	-	13.741
<b>Total do imobilizado em serviço</b>	<b>32.752</b>	<b>-</b>	<b>1.633</b>	<b>(84)</b>	<b>-</b>	<b>34.301</b>
Depreciação acumulada:						
Edificações e benfeitorias	(2.034)	-	-	-	(150)	(2.184)
Máquinas e equipamentos	(2.389)	-	-	-	(760)	(3.149)
Veículos	(7.820)	-	-	35	(106)	(7.891)
Móveis e utensílios	(11.448)	-	-	3	(499)	(11.944)
<b>Total Depreciação acumulada</b>	<b>(23.691)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>38</b>	<b>(1.515)</b>	<b>(25.168)</b>
<b>Subtotal Imobilizado</b>	<b>9.061</b>	<b>-</b>	<b>1.633</b>	<b>(46)</b>	<b>(1.515)</b>	<b>9.133</b>
Imobilizado em curso	37	1.831	(1.633)	-	-	235
<b>Total do Imobilizado</b>	<b>9.098</b>	<b>1.831</b>	<b>-</b>	<b>(46)</b>	<b>(1.515)</b>	<b>9.368</b>

	Controladora					
	Saldo 2013	Adição	Transferências	Baixa	Depreciação	Saldo 2014
<b>Imobilizado em Serviço</b>						
Custo:						
Terrenos	16	-	-	-	-	16
Edificações e benfeitorias	4.212	-	87	(50)	-	4.249
Máquinas e equipamentos	4.616	-	2.883	(999)	-	6.500
Veículos	8.552	-	414	(488)	-	8.478
Móveis e utensílios	13.761	-	40	(292)	-	13.509
<b>Total do imobilizado em serviço</b>	<b>31.157</b>	<b>-</b>	<b>3.424</b>	<b>(1.829)</b>	<b>-</b>	<b>32.752</b>
Depreciação acumulada:						
Edificações e benfeitorias	(1.917)	-	-	25	(142)	(2.034)
Máquinas e equipamentos	(3.035)	-	(31)	999	(322)	(2.389)
Veículos	(8.095)	-	-	408	(133)	(7.820)
Móveis e utensílios	(11.138)	-	31	292	(633)	(11.448)
<b>Total Depreciação acumulada</b>	<b>(24.185)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.724</b>	<b>(1.230)</b>	<b>(23.691)</b>
<b>Subtotal Imobilizado</b>	<b>6.972</b>	<b>-</b>	<b>3.424</b>	<b>(105)</b>	<b>(1.230)</b>	<b>9.061</b>
Imobilizado em curso	-	3.461	(3.424)	-	-	37
<b>Total do Imobilizado</b>	<b>6.972</b>	<b>3.461</b>	<b>-</b>	<b>(105)</b>	<b>(1.230)</b>	<b>9.098</b>

Imobilizado	Consolidado					
	Saldo 2014	Adição	Transferências	Baixas	Amortização/ Depreciação	Saldo 2015
<b>Imobilizado em Serviço</b>						
Custo:						
Software	17	-	6	-	-	23
Terrenos	1.098	-	(6)	-	-	1.092
Reservatório, Barragens e Adutoras	2.191	-	-	-	-	2.191
Edificações e benfeitorias	13.253	-	2.556	(120)	-	15.689
Máquinas e equipamentos	76.115	427	28.626	(536)	-	104.632
Veículos	33.841	-	13.723	(578)	-	46.986
Móveis e utensílios	43.551	-	2.058	(7)	-	45.602
<b>Total do Imobilizado em Serviço</b>	<b>170.066</b>	<b>427</b>	<b>46.963</b>	<b>(1.241)</b>	<b>-</b>	<b>216.215</b>
Depreciação acumulada:						
Software	(274)	-	258	-	(2)	(18)
Reservatório, Barragens e Adutoras	(1.053)	-	253	-	(5)	(805)
Edificações e benfeitorias	(5.023)	-	81	34	(412)	(5.320)
Máquinas e equipamentos	(39.423)	-	2.124	31	(8.301)	(45.569)
Veículos	(17.151)	-	(44)	350	(4.146)	(20.991)
Móveis e utensílios	(26.635)	-	(2.672)	7	(1.956)	(31.256)
Total Depreciação acumulada	(89.559)	-	-	422	(14.822)	(103.959)
<b>Subtotal Imobilizado</b>	<b>80.507</b>	<b>427</b>	<b>46.963</b>	<b>(819)</b>	<b>(14.822)</b>	<b>112.256</b>
Imobilizado em curso	4.701	46.378	(46.963)	(1.594)	-	2.522
<b>Total do Imobilizado</b>	<b>85.208</b>	<b>46.805</b>	<b>-</b>	<b>(2.413)</b>	<b>(14.822)</b>	<b>114.778</b>

Imobilizado	Consolidado							
	Saldo 2013	Saldos iniciais consolidados a partir de 11/04/2014	Adição	Transferências	Baixas	Amortização/ Depreciação	Reclassificação dos ativos à venda	Saldo 2014
<b>Imobilizado em Serviço</b>								
Custo:								
Software	17	-	-	-	-	-	-	17
Terrenos	16.566	1.743	-	810	-	-	(18.021)	1.098
Reservatório, Barragens e Adutoras	175.444	74.069	-	(919)	-	-	(246.403)	2.191
Edificações e benfeitorias	112.197	27.958	-	(24.401)	(196)	-	(102.305)	13.253
Máquinas e equipamentos	862.152	138.522	2.531	78.428	(3.220)	-	(1.002.298)	76.115
Veículos	29.846	302	-	7.009	(2.627)	-	(689)	33.841
Móveis e utensílios	44.160	597	-	298	(306)	-	(1.198)	43.551
<b>Total do Imobilizado em Serviço</b>	<b>1.240.382</b>	<b>243.191</b>	<b>2.531</b>	<b>61.225</b>	<b>(6.349)</b>	<b>-</b>	<b>(1.370.914)</b>	<b>170.066</b>
Depreciação acumulada:								
Software	(270)	-	-	-	-	(4)	-	(274)
Reservatório, Barragens e Adutoras	(11.248)	(16.295)	-	(103)	-	(6.025)	32.618	(1.053)
Edificações e benfeitorias	(11.183)	(7.815)	-	3.507	75	(4.741)	15.134	(5.023)
Máquinas e equipamentos	(60.583)	(37.116)	(161)	(3.205)	1.788	(37.784)	97.638	(39.423)
Veículos	(16.489)	(219)	-	(13)	2.190	(2.917)	297	(17.151)
Móveis e utensílios	(24.464)	(585)	-	(186)	310	(1.999)	289	(26.635)
Total Depreciação acumulada	(124.237)	(62.030)	(161)	-	4.363	(53.470)	145.976	(89.559)
<b>Subtotal Imobilizado</b>	<b>1.116.145</b>	<b>181.161</b>	<b>2.370</b>	<b>61.225</b>	<b>(1.986)</b>	<b>(53.470)</b>	<b>(1.224.938)</b>	<b>80.507</b>
Imobilizado em curso	65.548	198	248.213	(61.225)	-	-	(248.033)	4.701
<b>Total do Imobilizado</b>	<b>1.181.693</b>	<b>181.359</b>	<b>250.583</b>	<b>-</b>	<b>(1.986)</b>	<b>(53.470)</b>	<b>(1.472.971)</b>	<b>85.208</b>

Taxas de depreciação praticadas pela controladora e no consolidado são como segue:

Taxas de depreciação do ativo imobilizado	Taxas
Reservatório, barragens, adutoras e terras	3,36%
Edificações e benfeitorias	3,56%
Máquinas e equipamentos	6,25%
Veículos	14,29%
Móveis e utensílios	6,25%

## 19 Intangível

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Contrato de concessão/ Softwares	7.801	4.717	6.939.969	506.970
Saldos consolidados adquiridos em 11/04/2014	-	-	-	5.489.498
Direito de concessão	-	-	481.013	515.866
<b>Total</b>	<b>7.801</b>	<b>4.717</b>	<b>7.420.982</b>	<b>6.512.334</b>

### 19.1 Intangível - controladora

Intangível	Saldo 2014	Adição	Transferência	Amortização	Saldo 2015
Em Serviço					
Custo dos softwares	8.731	-	4.443	-	13.174
Amortização Acumulada	(4.014)	-	-	(1.359)	(5.373)
Subtotal	4.717	-	4.443	(1.359)	7.801
Em Curso	-	4.443	(4.443)	-	-
<b>Total Geral</b>	<b>4.717</b>	<b>4.443</b>	<b>-</b>	<b>(1.359)</b>	<b>7.801</b>

Intangível	Saldo 2013	Adição	Transferências	Amortização	Saldo 2014
Em Serviço					
Custo dos softwares	6.954	-	1.777	-	8.731
Amortização Acumulada	(2.813)	-	-	(1.201)	(4.014)
Subtotal	4.141	-	1.777	(1.201)	4.717
Em Curso	-	1.777	(1.777)	-	-
<b>Total Geral</b>	<b>4.141</b>	<b>1.777</b>	<b>-</b>	<b>(1.201)</b>	<b>4.717</b>

A taxa de amortização de softwares é 20% ao ano.

## 19.2 Intangível - consolidado

CONSOLIDADO							
INTANGÍVEL	Saldo 2014	Adição	Adição - Ativo contas a receber da concessão (*)	Transferências	Baixas (**)	Amortização/ Depreciação	Saldo 2015
Intangível em Serviço							
Custo	12.094.707	37.941	1.377.073	727.449	(143.017)	-	14.094.153
Amortização Acumulada	(5.339.255)	(27.374)	-	-	88.274	(815.051)	(6.093.406)
Subtotal	6.755.452	10.567	1.377.073	727.449	(54.743)	(815.051)	8.000.747
Em Curso	927.160	1.489.520	-	(727.449)	(702.192)	-	987.039
<b>Total</b>	<b>7.682.612</b>	<b>1.500.087</b>	<b>1.377.073</b>	<b>-</b>	<b>(756.935)</b>	<b>(815.051)</b>	<b>8.987.786</b>
(-) Obrigações Vinculadas à concessão							
Em Serviço							
Custo	2.101.290	88.788	407.471	85.000	(5.299)	-	2.677.250
Amortização Acumulada	(795.889)	(27.284)	-	-	-	(140.102)	(963.275)
Subtotal	1.305.401	61.504	407.471	85.000	(5.299)	(140.102)	1.713.975
Em Curso	380.743	173.077	-	(85.000)	(134.978)	-	333.842
<b>Total Obrigações Vinculadas à concessão</b>	<b>1.686.144</b>	<b>234.581</b>	<b>407.471</b>	<b>-</b>	<b>(140.277)</b>	<b>(140.102)</b>	<b>2.047.817</b>
<b>Total Geral</b>	<b>5.996.468</b>	<b>1.265.506</b>	<b>969.602</b>	<b>-</b>	<b>(616.658)</b>	<b>(674.949)</b>	<b>6.939.969</b>

(\*) Adição - ativo contas a receber da concessão - referem-se aos valores do contas a receber da concessão transferidos para o intangível R\$1.377.073 e de obrigações vinculadas à concessão - R\$407.471, em face da renovação do contrato de concessão, conforme detalhado na nota explicativa nº 16.

(\*\*) Do total das baixas realizadas no período findo em 2015 de R\$616.658, R\$597.578 foi transferido para o contas a receber da concessão, (R\$30.364) refere-se a contratos de participação financeira do consumidor que foram cancelados na EMT, (R\$5.299) refere-se a devolução do Programa de Eletrificação Rural do Estado de Tocantins - Ofício nº 685/2015 SFF/Aneel na ETO e R\$54.743 referem-se a baixas operacionais realizadas no período.

Intangível	Saldo 2013	Saldos iniciais consolidados a partir de 11/04/2014	Adição	Transferências	Baixas (*)	Amortização	Reclassificação dos ativos à venda	Saldo 2014
Em Serviço								
Custo	2.432.913	9.685.121	3.888	392.134	(134.875)	-	(284.474)	12.094.707
Amortização Acumulada	(1.153.601)	(3.643.035)	(75)	-	116.515	(667.894)	8.835	(5.339.255)
Subtotal	1.279.312	6.042.086	3.813	392.134	(18.360)	(667.894)	(275.639)	6.755.452
Em Curso	124.047	704.345	879.943	(392.134)	(389.093)	-	-	927.108
Estudos e Projetos	52	-	-	-	-	-	-	52
<b>Total</b>	<b>1.403.411</b>	<b>6.746.431</b>	<b>883.756</b>	<b>-</b>	<b>(407.453)</b>	<b>(667.894)</b>	<b>(275.639)</b>	<b>7.682.612</b>
(-) Obrigações Vinculadas à concessão								
Em Serviço								
Custo	415.767	1.667.598	17.341	593	(9)	-	-	2.101.290
Amortização Acumulada	(114.322)	(583.167)	(355)	-	-	(98.045)	-	(795.889)
Subtotal	301.445	1.084.431	16.986	593	(9)	(98.045)	-	1.305.401
Em Curso	133.243	172.502	186.095	(593)	(110.504)	-	-	380.743
<b>Total Obrigações Vinculadas à concessão</b>	<b>434.688</b>	<b>1.256.933</b>	<b>203.081</b>	<b>-</b>	<b>(110.513)</b>	<b>(98.045)</b>	<b>-</b>	<b>1.686.144</b>
<b>Total Geral</b>	<b>968.723</b>	<b>5.489.498</b>	<b>680.675</b>	<b>-</b>	<b>(296.940)</b>	<b>(569.849)</b>	<b>(275.639)</b>	<b>5.996.468</b>

### 19.3 Intangível - Contrato de Concessão- consolidados

Referem-se à parcela da infraestrutura utilizada pelas controladas na concessão da distribuição de energia elétrica a ser recuperada pelas tarifas elétricas durante o prazo da concessão.

A infraestrutura utilizada pelas controladas nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para a sua desvinculação, quando destinada à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização está sendo efetuada pelo prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. As taxas médias ponderadas de amortização das controladas é como segue:

Empresas	2015	2014
EMG	4,38%	3,91%
ESE	4,22%	3,97%
EPB	4,40%	4,33%
EBO	4,23%	3,88%
ENF	4,35%	3,90%
EDEVP	4,36%	3,83%
EMT	4,42%	3,95%
CAIUA	4,29%	3,99%
ETO	3,90%	3,84%
EEB	4,12%	4,04%
CNEE	4,19%	4,05%
CFLO	4,50%	4,34%
EMS	4,34%	4,32%

O saldo do intangível e do contas a receber da concessão estão reduzidos pelas obrigações vinculadas a concessão, que são representadas por:

Obrigações vinculadas à concessão:	2015	2014
Contribuições do consumidor (1)	2.297.027	1.997.175
Participação da União - recursos CDE (2)	1.425.152	1.343.030
Participação do Governo do Estado (2)	317.208	292.835
Reserva para reversão (3)	1.721	1.721
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	167.127	105.401
(-) Amortização acumulada	(963.275)	(795.889)
<b>Total</b>	<b>3.244.960</b>	<b>2.944.273</b>
<b>Alocação:</b>		
Contas a receber da concessão	1.197.143	1.258.129
Infraestrutura - Intangível em serviço	1.713.975	1.305.401
Infraestrutura - Intangível em curso	201.842	275.342
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	132.000	105.401
<b>Total</b>	<b>3.244.960</b>	<b>2.944.273</b>

(1) As contribuições de consumidores representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.

(2) As subvenções da União - recursos CDE e a participação do Governo do Estado, são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e estão destinados ao Programa Luz para Todos.

(3) A reserva para reversão constituída até 31 de dezembro de 1971, representa o montante de recursos provenientes do fundo de reversão, os quais foram aplicados em projetos de expansão da Companhia, incidindo juros de 5 % a.a. pagos mensalmente.

As controladas passaram a amortizar as obrigações especiais em: ESE (abril/2008), EMG (junho/2008), ENF (junho/2008), EBO (fevereiro/2009), EPB (agosto de 2009), CNEE (Maio/2008), EDEVP (Maio/2008), CAIUÁ (Maio/2008), CFLO (Junho/2008), ETO (Julho/2008), EMT (Abril/2008), EMS (Abril/2008). A partir da segunda revisão tarifária periódica as obrigações vinculadas à concessão (obrigações especiais) passaram a ser amortizadas pela taxa média de depreciação do ativo intangível da respectiva atividade em que tiverem sido aplicados os recursos das obrigações especiais. As novas adições, ocorridas a partir de 01 de janeiro de 2015, passaram a ser amortizadas de acordo com a data de aquisição, até estar totalmente amortizado.

### **Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente**

A ANEEL, através da Resolução Normativa n° 463 de 22 de novembro de 2011, determinou que os valores provenientes do faturamento de multas por ultrapassagem de demanda e consumo de energia reativa excedente, a partir do 3° ciclo de revisões tarifárias, passem a ser contabilizadas como Obrigações Especiais. Anteriormente ao 3° ciclo esses valores eram contabilizados como receita operacional. As controladas passaram pelo 3° ciclo de revisão tarifária, sendo EMG e ENF em setembro de 2012, EBO em fevereiro de 2013, ESE em abril de 2013 e EPB em agosto de 2013, CNEE, EDEVP, CAIUÁ em Maio/2012, CFLO em Junho/2012, ETO em julho/2012, EMT e EMS em Abril/2013, a partir dessa data, o faturamento das ultrapassagens de demanda passaram a ser contabilizados na rubrica Obrigações Especiais.

As controladas EMG, ENF, CAIUÁ, CNEE, EDEVP e EBB em 31 de dezembro de 2015, apuraram o montante de R\$167.127 (R\$105.401 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014), que foi transferido para obrigações especiais em serviço para ser amortizado a partir de dezembro de 2015 (CAIUÁ, CNEE, EDEVP e EBB) e janeiro de 2016 (CFLO, EMG e ENF), conforme Resolução Normativa nº660 de 28 de abril de 2015.

A partir do 4° ciclo de revisão tarifária os novos valores decorrentes da Receita de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente deverão ser apropriados em passivos financeiros setoriais - devolução tarifárias, e serão atualizados mensalmente com aplicação da variação do IPCA e amortizado a partir do início do 5° ciclo tarifário. Em dezembro de 2015 os valores registrados diretamente em passivos financeiros setoriais foram: CAIUÁ (R\$174), EDEVP (R\$203), EBB (R\$314) e CNEE (R\$115), totalizaram R\$806.

A ABRADÉE (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), como representante das distribuidoras de energia elétrica, ingressou no judiciário questionando o tratamento dado a esse faturamento.

### **Teste de recuperabilidade econômica**

Por ocasião do encerramento das demonstrações financeiras referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2015, as controladas indiretas procederam ao teste de recuperabilidade econômica dos ativos intangível e financeiro dos contratos de concessão de acordo com o CPC 01 - R1 (Redução ao valor recuperável de ativos). O ativo intangível foi testado com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa para o período de vigência da concessão. O ativo financeiro, resultante da adoção do OCPC 05 - Contratos de Concessão, teve como principal parâmetro a base de remuneração da última revisão tarifária ajustada.

Para as projeções do modelo de fluxo de caixa, utilizou-se as seguintes principais premissas.

- Relação histórica entre o crescimento da energia vendida (MWh) e o da economia, dado pelo PIB;
- Para o cenário econômico futuro e variáveis macroeconômicas, utilizou-se estudos desenvolvidos por meio de modelos econométricos e outros dados de mercado disponíveis;
- Os fluxos de caixa foram trazidos a valor presente por meio de uma taxa média WACC, representativa do custo médio ponderado de capital.

Os valores apurados no teste citado, mostraram-se suficientes para a cobertura dos ativos intangível e financeiro.

## 19.4Direito de concessão - Consolidado

	2015	2014
Reconhecido por controladas (1)	538.012	538.012
Reconhecido pela controladora (2)	298.589	320.580
Aquisição participação (3)	67.358	69.207
Ágio ( <i>Goodwill</i> )	-	48.777
Saldo reclassificado para ativos disponíveis para venda (4)	-	(77.129)
Amortização acumulada	(422.946)	(383.581)
<b>Subtotal</b>	<b>481.013</b>	<b>515.866</b>

A movimentação é como segue:

	Consolidado	
	2015	2014
Saldo inicial	515.866	561.679
Aquisição participação	4.512	72.294
Saldo reclassificado para ativos disponíveis para venda	-	(77.129)
Amortização no exercício	(39.365)	(40.978)
<b>Saldo final</b>	<b>481.013</b>	<b>515.866</b>

### (1) Intangível reconhecido por controlada:

Corresponde ao direito de concessão incorporado pela controlada ESE que está sendo amortizado a partir de abril de 1998 até o término de concessão de distribuição de energia elétrica (dezembro de 2027), tomando-se por base as curvas de lucratividade projetadas. A amortização gera uma redução de imposto de renda e contribuição social da ordem de 34%. Em 31 de dezembro de 2015 o saldo a amortizar pela controlada é de R\$275.355 (R\$295.055 em 2014).

### (2) Intangíveis reconhecidos pela controladora:

Correspondem aos direitos de concessão das participações societárias nas controladas EBO, ESE e EPB, no montante de R\$138.430 (R\$157.741 em 2014), os quais estão sendo amortizados pelo prazo de concessão de acordo com curvas de lucratividade projetadas para as controladas.

A Companhia adquiriu a empresa de propósitos específicos Parque Eólico Sobradinho, localizada no município Sobradinho - BA, detentora de projetos eólicos, pelo montante de R\$7.022 (R\$7.022 em 2014). Os valores pagos na aquisição do parque eólico está alocado como concessão, a serem amortizados em 35 anos a partir da entrada em operação comercial.

Em 2015 foram baixados R\$21.991 em função da alienação dos projetos eólicos e de geração.

### (3) Aquisição de participação

Em 11 de abril de 2014, foi formalizada a transferência das participações societárias que asseguram o controle acionário das sociedades integrantes do Grupo Rede para a Energisa, nos termos do Compromisso de Investimento, Compra e Venda de Ações e Outras Avenças.

O valor do ágio apurado na aquisição das Companhias monta em R\$165.552 foi reconhecido na rubrica “investimentos” na controladora e no “intangível” no consolidado. O preço da aquisição no valor simbólico de R\$1,00 (um real), baseado nas avaliações do patrimônio líquido das empresas adquiridas a valor de mercado. O ágio apurado na aquisição decorre principalmente pela não consideração nas premissas de cálculos do PPA da



renovação das concessões de distribuição de energia elétrica prevista pela Lei nº 12.783/2013, que mesmo com a edição do Decreto nº 8.461/2015, que regulamentou a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica, suspenso pelo Tribunal de Contas da União o que impossibilitou a assinatura do novo contrato de concessão e da variação entre a média considerada no processo de definição de preço e a melhor estimativa do patrimônio líquido a valor justo na data efetiva da aquisição.

Do montante do ágio R\$165.552, foram deduzidos os ganhos de capital por aumento de participação nos aportes de capital realizados nas controladas JQMJ, BBPM, Denerge e Rede Energia no montante de R\$96.345, totalizando o montante de R\$69.207. Em maio de 2015, em face da alienação dos ativos da controlada indireta Tangará S.A., foram transferidos para bens destinados em alienação o montante de R\$6.361. Além da amortização de R\$13.653 (R\$6.795 em 2014)

Em 14 de maio de 2015, a Companhia adquiriu o controle acionário da controlada Dinâmica Direitos Creditórios apurando um ágio de R\$4.512.

#### (4) Intangíveis ágio (goodwill)

Refere-se ao montante do ágio (goodwill) reconhecido em decorrência da diferença entre o valor justo, líquido de impostos das participações adquiridas pela controlada Energisa Bioeletricidade S/A que por ter vida útil definida, serão amortizados pelo prazo da autorização que é de 20 anos a contar de agosto de 2012, no montante de R\$46.903, deduzido das amortizações. Em face da alienação dos projetos de geração os valores relacionados aos projetos de Bioeletricidade foram baixados dessa rubrica (R\$77.129).

A previsão de amortização dos direitos de concessão e a redução do imposto de renda e da contribuição social é como segue:

Período de amortização	Consolidado	Redução do imposto de renda e contribuição social - ESE
2016 e 2017	35.617	6.870
2018 e 2019	67.074	14.255
2020 e 2021	68.653	14.941
2022 e 2023	70.204	15.617
2024 e 2025	71.882	16.288
2026 e 2027	73.456	16.941
.2028 em diante	94.127	8.709
<b>Total</b>	<b>481.013</b>	<b>93.621</b>

## 20 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Suprimento:				
Furnas	-	-	136	136
Ampla - Cusd	-	-	1.987	783
CCEE	-	-	104.294	96.312
Contratos Bilaterais (1)	-	-	1.000.869	1.017.475
Uso de rede básica (1)	-	-	13.809	6.089
Conexão à rede (1)	-	-	2.040	801
Encargo de serviços do sistema (1)	-	-	182.158	11.150
Uso do sistema de distribuição (CUSD) (1)	-	-	14.590	17.583
Materiais, serviços e outros (2)	1.703	1.182	211.004	175.810
<b>Total</b>	<b>1.703</b>	<b>1.182</b>	<b>1.530.887</b>	<b>1.326.139</b>
Circulante	1.703	1.182	1.204.877	966.244
Não Circulante	-	-	326.010	359.895

(1) Refere-se a aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias. Inclui R\$351.140 (R\$427.632 em 2014), dos quais R\$312.125 (R\$351.140 em 2014) encontra-se contabilizado no passivo não circulante, de débitos com Eletrobrás devidos pelas controladas EMT e EEB, referente ao repasse Itaipu, cujo parcelamento dos débitos em atraso foi consolidado em 60 parcelas. Os juros remuneratórios incidentes sobre o principal serão amortizados nas 24 primeiras parcelas e o principal nas demais. Os juros estão sendo calculados pela taxa de 115% do CDI. Até 31 de dezembro de 2015 foram pagos parcelamentos de débitos com fornecedores de energia no montante de R\$141.170 (R\$20.248 em 2014) e reconhecido R\$64.678 (R\$31.920 em 2014) de atualização financeira.

(2) Referem-se a aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição, geração e comercialização de energia elétrica, cujo prazo médio de liquidação é de 40 dias.

## 21 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

O saldo dos empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros, bem como os encargos e demais componentes a eles relacionados, são como se segue:

Empréstimos, Financiamentos e encargos de dívidas	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Empréstimos e Financiamentos - moeda nacional	-	100.000	2.828.298	2.490.519
Empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira	418.801	472.055	2.605.638	1.586.586
Encargos de dívidas - moeda nacional	-	5.640	25.051	36.344
Encargos de dívidas - moeda estrangeira	4.113	1.713	19.970	7.036
(-) custos a amortizar	-	-	(4.276)	(3.451)
(-) Marcação a mercado de dívidas	497	-	(14.241)	-
<b>Total</b>	<b>423.411</b>	<b>579.408</b>	<b>5.460.440</b>	<b>4.117.034</b>
Circulante	325.791	380.193	1.238.390	1.275.949
Não Circulante	97.620	199.215	4.222.050	2.841.085

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos, e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Periodicidade Amortização	TIR (Taxa efetiva de juros) (5)	Garant ias (1)
	2015	2014					
Energisa S/A							
Nota Promissória - Itaú	-	105.640	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	-	105.640					
Resolução 4131 - ABC (1)	-	164.561	-	-	-	-	-
Resolução 4131 - Citibank (1)	294.139	199.797	Libor + 1,64% a.a.	abr-18	Semestral	48,94%	-
Resolução 4131 - Santander (1)	128.775	109.410	Libor + 3,41% a.a.	jun-16	Final	50,71%	-
(-) Marcação à Mercado de Dívida (2)	497	-	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	423.411	473.768					
Total Energisa S/A	423.411	579.408					
Energisa Sergipe							
			CDI + 0,70%				
FIDIC Grupo Energisa III	15.175	15.140	a.a.	dez-20	Mensal	13,94%	F
Luz para Todos - Eletrobrás	10.305	10.778	5,00% a.a. (Pré)	ago-26	Mensal	5,00%	A
Subtransmissão - Eletrobrás	452	2.261	5,00% a.a. (Pré)	mar-16	Mensal	5,00%	F
Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE) - BNB	4.358	6.874	8,30% a.a. (Pré) TJLP + 4,00%	jun-17	Mensal	8,30%	F + E
Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT) - BNB	3.460	5.464	a.a.	jun-17	Mensal	11,00%	F + E
Financ. Investimentos 2009-2010 (FNE) - BNB	12.297	15.667	8,40% a.a. (Pré) TJLP + 2,20% a	ago-19	Mensal	8,40%	F + E
Repasse BNDES I - ABC	19.033	24.354	4,10% a.a. TJLP + 8,10% a	mai-19	Mensal	9,20% a 11,10%	A
Repasse BNDES II - ABC	2.132	2.813	9,10% a.a. TJLP + 3,96% a	fev-23	Mensal	16,10% 10,96% a	A
Repasse BNDES - Citibank (3)	15.250	-	4,26% a.a. TJLP + 3,96% a	nov-21	Mensal	11,26% 10,96% a	A
Repasse BNDES - Itaú (3)	4.078	-	4,26% a.a. TJLP + 3,96% a	nov-21	Mensal	11,26% 10,96% a	A
Repasse BNDES - Bradesco (3)	3.107	-	4,26% a.a.	nov-21	Mensal	11,26%	A
Repasse BNDES - Citibank (3)	11.154	-	SELIC + 4,34%	nov-21	Mensal	17,66%	A
Repasse BNDES - Itaú (3)	2.982	-	SELIC + 4,34%	nov-21	Mensal	17,66%	A
Repasse BNDES - Bradesco (3)	2.272	-	SELIC + 4,34%	nov-21	Mensal	17,66%	A
Repasse BNDES FINEM - Itaú	13.817	17.000	TJLP + 2,90% a 3,90% a.a.	mar-20	Mensal	9,90% a 10,90%	A
FINAME - Itaú BBA	18.902	18.781	2,50% a 8,70% a.a. (Pré)	fev-24	Mensal	2,5% a 8,7%	A
Nota Promissória - Itaú	-	80.536	-	-	-	-	-
			CDI + 2,00%				
Nota Promissória - ABC	50.060	-	a.a.	jun-16	Final	15,24%	A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(528)	(626)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	188.306	199.042					
Resolução 4131 - Bank of America ML (1)	-	79.803	-	-	-	-	-
Resolução 4131 - Itaú BBA (1)	197.530	134.494	3,49% a.a. (Pré) Libor + 1,91%	abr-18	Anual	50,50%	A
Resolução 4131 - Citibank (1)	283.410	133.393	a.a.	abr-18	Final	49,21%	A
(-) Marcação à Mercado de Dívida (2)	(3.916)	-	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	477.024	347.690					
Total Energisa Sergipe	665.330	546.732					
Energisa Paraíba							
			CDI + 0,70%				
FIDIC Grupo Energisa III	61.712	61.591	a.a.	dez-20	Mensal	13,94%	F
Luz para Todos - Eletrobrás	6.625	10.713	5,00% a.a. (Pré)	mar-22	Mensal	5,00%	F
Subtransmissão - Eletrobrás	1.552	5.830	5,00% a.a. (Pré)	mar-16	Mensal	5,00%	F
Devolução LPT - Eletrobrás	28.809	13.646	SELIC	mar-16	Mensal	13,32%	F
Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE) - BNB	14.282	23.773	7,80% a.a. (Pré) TJLP + 4,00%	jun-17	Mensal	7,80%	F + E
Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT) - BNB	40.706	48.019	a.a.	jun-17	Mensal	11,00%	F + E
Financ. Investimentos 2009-2010 (FNE) - BNB	3.644	6.071	8,10% a.a. (Pré) TJLP + 3,50% a	jun-19	Mensal	8,10% 10,50% a	F + E
Repasse BNDES FINEM - Itaú	27.320	33.715	8,90% a.a. TJLP + 3,40% a	dez-23	Mensal	15,90% 10,40% a	A
Repasse BNDES - BNB	25.256	32.793	4,40% a.a. TJLP + 3,96% a	jan-19	Mensal	11,40% 10,96% a	A
Repasse BNDES - Citibank (3)	28.682	-	4,26% a.a. TJLP + 3,96% a	nov-21	Mensal	11,26% 10,96% a	A
Repasse BNDES - Itaú (3)	7.763	-	4,26% a.a. TJLP + 3,96% a	nov-21	Mensal	11,26% 10,96% a	A
Repasse BNDES - Bradesco (3)	5.924	-	4,26% a.a.	nov-21	Mensal	11,26%	A
Repasse BNDES - Citibank (3)	20.309	-	SELIC + 4,34%	nov-21	Mensal	17,66%	A
Repasse BNDES - Itaú (3)	5.497	-	SELIC + 4,34%	nov-21	Mensal	17,66%	A
Repasse BNDES - Bradesco (3)	4.194	-	SELIC + 4,34%	nov-21	Mensal	17,66%	A

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Periodicidade Amortização	TIR (Taxa efetiva de juros) (5)	Garant ias (1)
	2015	2014					
FINAME - Itaú	35.282	36.546	2,50% a 10,0%				
Parcelamento FUNASA	4.889	-	a.a. (Pré)	ago-23	Mensal	2,5% a 10%	A
CCB - Itaú	-	40.269	IPCA	dez-29	Mensal	10,67%	-
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(1.164)	(1.392)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	321.282	311.574					
Resolução 4131 - Itaú BBA (1)	-	45.511	-	-	-	-	-
Resolução 4131 - Itaú BBA (1)	237.036	161.438	3,49% a.a. (Pré)	abr-18	Anual	50,50%	A
Resolução 4131 -Citibank (1)	258.875	106.309	Libor + 1,90%				
			a.a.	set-17	Anual	49,20%	A
Resolução 4131 - Bank of America ML (1)	39.307	-	Libor + 2,5%				
(-) Marcação à Mercado de Dívida (2)	(4.818)	-	a.a.	out-16	Final	49,80%	A
Total em Moeda Estrangeira	530.400	313.258	-	-	-	-	-
Total Energisa Paraíba	851.682	624.832					
Energisa Minas Gerais							
FIDIC Grupo Energisa III	15.175	15.138	CDI + 0,70%				
Luz para Todos - Eletrobrás	7.694	10.296	a.a.	dez-20	Mensal	13,94%	F
Devolução LPT - Eletrobrás	-	2.704	5,00% a.a. (Pré)	dez-19	Mensal	5,00%	F
Subtransmissão - Eletrobrás	637	911	-	-	-	-	-
			5,00% a.a. (Pré)	fev-18	Mensal	5,00%	F
Repassse BNDES I - HSBC	220	777	TJLP + 4,30%				
			a.a.	mai-16	Mensal	11,30%	A
Repassse BNDES II - HSBC	195	410	UMBND + 4,30%				
			a.a. (*)	mai-16	Mensal	4,36%	A
Repassse BNDES III - HSBC	134	427	TJLP + 3,90%				
			a.a.	mai-16	Mensal	10,90%	A
Repassse BNDES I - Itaú BBA	2.311	2.755	TJLP + 4,75%				
			a.a.	jan-21	Mensal	11,75%	A
Repassse BNDES II - Itaú BBA	1.377	1.059	UMBND + 3,75%				
			a.a. (*)	jan-21	Mensal	3,81%	A
Repassse BNDES III - Itaú BBA	964	1.149	TJLP + 5,95%				
Repassse BNDES IV - Itaú BBA	1.520	1.818	a.a.	jan-21	Mensal	12,95%	A
			5,50% a.a. (Pré)	jan-21	Mensal	5,50%	A
Repassse BNDES V - Itaú (3)	14.756	-	TJLP + 3,96% a			10,96% a	
Repassse BNDES VI - Itaú (3)	9.618	-	4,26% a.a.	nov-21	Mensal	11,26%	A
Repassse BNDES PER - Itaú BBA	186	930	SELIC + 4,34%	nov-21	Mensal	17,66%	A
			5,50% a.a. (Pré)	mar-16	Mensal	5,50%	A
FINAME - Itaú BBA	15.140	14.130	2,50% a 10,0%				
FINAME - CEF	3.194	3.734	a.a. (Pré)	abr-24	Mensal	2,50% a 10,0%	A
			8,70% a.a. (Pré)	jan-22	Mensal	8,70%	A
BNDES FINEM - Itaú BBA	23.134	14.566	TJLP + 2,25% a				
CCB - Bradesco	-	13.566	4,15% a.a.	dez-23	Mensal	9,25% a 11,15%	A
			-	-	-	-	-
CCB - Safra	66.507	-	CDI + 1,95%				
			a.a.	jan-17	Final	15,19%	A
CCB - BBM	15.766	-	CDI + 2,50%				
Nota Promissória - Itaú	-	60.402	a.a.	ago-16	Final	15,74%	A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(119)	(174)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	178.409	144.598					
Resolução 4131 - Bank of America ML (1)	-	76.025	-	-	-	-	-
Resolução 4131 - Itaú BBA (1)	-	80.425	-	-	-	-	-
Resolução 4131 I - Citibank (1)	64.237	43.983	Libor +				
			1,36% a.a.	set-17	Final	48,66%	A
Resolução 4131 II - Citibank (1)	56.114	-	Libor + 1,77%				
			a.a.	mai-19	Final	49,07%	A
Resolução 4131 I - ABC (1)	12.698	-	3,28% a.a. (Pré)	jul-16	Final	50,29%	A
Resolução 4131 II - ABC (1)	51.520	-	5,43% a.a. (Pré)	set-17	Final	52,44%	A
(-) Marcação à Mercado de Dívida (2)	(2.374)	-	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	182.195	200.433					
Total Energisa Minas Gerais	360.604	345.031					
Energisa Nova Friburgo							
FIDIC Grupo Energisa III	4.047	4.037	CDI + 0,70%				
Luz para Todos - Eletrobrás	569	655	a.a.	dez-20	Mensal	13,94%	F
			5,00% a.a. (Pré)	mai-19	Mensal	5,00%	-
Repassse BNDES I - HSBC	49	128	TJLP + 4,30%				
			a.a.	abr-16	Mensal	11,30%	A
Repassse BNDES II - HSBC	45	80	UMBND + 4,30%				
			a.a.	abr-16	Mensal	4,36%	A
Repassse BNDES III - HSBC	16	42	TJLP + 3,90%				
			a.a.	abr-16	Mensal	10,90%	A
Repassse BNDES I - Itaú	919	1.097	TJLP + 4,75%				
			a.a.	dez-20	Mensal	11,75%	A

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Periodicidade Amortização	TIR (Taxa efetiva de juros) (5)	Garantias (1)
	2015	2014					
Repasse BNDES II - Itaú	556	454	UMBND + 3,75% a.a.	dez-20	Mensal	3,81%	A
Repasse BNDES III - Itaú	383	459	TJLP + 5,95%	dez-20	Mensal	12,95%	A
Repasse BNDES IV - Itaú	628	762	5,50% a.a. (Pré)	dez-20	Mensal	5,50%	A
Repasse BNDES V - Itaú	3.259	1.392	TJLP + 8,10% a.a.	abr-21	Mensal	15,10%	A
Repasse BNDES VI - Itaú	1.399	591	SELIC + 3,10% a.a.	abr-21	Mensal	16,42%	A
Repasse BNDES VII - Itaú (3)	3.512	-	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov-21	Mensal	10,96% a 11,26%	A
Repasse BNDES VIII - Itaú (3)	2.184	-	SELIC + 4,34%	nov-21	Mensal	17,66%	A
Repasse BNDES PER - Itaú	186	931	5,50% a.a. (Pré)	mar-16	Mensal	5,50%	A
FINAME - Itaú	1.546	1.408	2,50% a 5,50% a.a. (Pré)	nov-24	Mensal	2,50% a 5,5%	A
BNDES Automático I - Itaú	3.531	4.831	TJLP + 4,65% a.a.	jun-18	Mensal	11,65%	A
BNDES Automático II - Itaú	1.728	1.742	UMBND + 3,65% a.a.	jun-18	Mensal	3,71%	A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(31)	(38)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	24.526	18.571	-	-	-	-	-
Resolução 4131 - Bank of America ML (1)	-	10.629	-	-	-	-	-
Resolução 4131 - Itaú BBA I (1)	-	8.079	-	-	-	-	-
Resolução 4131 - Itaú BBA II (1)	-	6.405	-	-	-	-	-
Resolução 4131 - Itaú BBA III (1)	31.078	-	3,83% a.a. (Pré)	fev-16	Final	50,84%	A
Resolução 4131 - Citibank (1)	32.216	21.914	1,36% a.a. (Pré)	set-17	Final	48,37%	A
(-) Marcação à Mercado de Dívida (2)	(1.260)	-	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	62.034	47.027	-	-	-	-	-
Total Energisa Nova Friburgo	86.560	65.598	-	-	-	-	-
<b>Energisa Borborema</b>							
FIDIC Grupo Energisa III	5.058	5.055	CDI + 0,70% a.a.	dez-20	Mensal	13,94%	F
Luz para Todos - Eletrobrás	53	111	5,00% a.a. (Pré)	nov-16	Mensal	5,00%	F
Repasse BNDES I - BNB	3.458	2.047	UMBND + 3,90% a.a.	mar-23	Mensal	3,96%	A
Repasse BNDES II - BNB	8.074	8.615	TJLP + 3,90% a.a.	mar-23	Mensal	10,90%	A
Repasse BNDES - Bradesco (3)	2.141	-	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov-21	Mensal	10,96% a 11,26%	A
Repasse BNDES - Itaú (3)	1.870	-	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov-21	Mensal	10,96% a 11,26%	A
Repasse BNDES - Bradesco (3)	1.702	-	SELIC + 4,34%	nov-21	Mensal	17,66%	A
Repasse BNDES - Itaú (3)	1.484	-	SELIC + 4,34%	nov-21	Mensal	17,66%	A
Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE) - BNB (4)	3.383	5.508	7,50% a.a. (Pré)	jun-17	Mensal	7,50%	F + E
Financ. Investimentos 2009-2010 (FNE) - BNB (4)	4.848	5.784	7,50% a.a. (Pré)	ago-19	Mensal	7,50%	F + E
FINAME - Itaú BBA	3.234	3.201	4,50% a 5,50% a.a. (Pré)	fev-21	Mensal	4,5% a 5,5%	A
BNDES FINEM - Itaú BBA	9.505	3.206	TJLP + 3,81% a 8,10% a.a.	abr-21	Mensal	10,81% a 15,10%	A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(112)	(93)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	44.698	33.434	-	-	-	-	-
Resolução 4131 - Itaú BBA (1)	-	16.095	-	-	-	-	-
Resolução 4131 - Bank of America ML (1)	15.692	10.776	Libor + 2,45% a.a.	fev-16	Final	49,75%	A
Resolução 4131 - Santander (1)	11.823	-	2,59% a.a. (Pré)	mar-16	Final	49,60%	A
(+) Marcação à Mercado de Dívida (2)	36	-	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	27.551	26.871	-	-	-	-	-
Total Energisa Borborema	72.249	60.305	-	-	-	-	-
<b>Energisa Mato Grosso</b>							
FIDIC Grupo Energisa IV	354.197	353.870	TR + 8,00% a.a.	out-34	Mensal	9,80%	F
CCB - Fibra	-	7.971	-	-	-	-	-
CCB - JP Morgan (1)	21.085	35.959	CDI + 2,00% a.a.	mai-17	Mensal	15,24%	F
CCB - Santander (1)	32.335	32.270	CDI + 2,30% a.a.	jun-17	Mensal	15,54%	F + A
CCB - Bank of China	30.027	-	CDI + 2,5%	nov-16	Final	15,74%	A
Leasing - HP	-	27	-	-	-	-	-
FINAME - Safra	28	107	TJLP + 3,90 a 6,50% a.a.	abr-16	Mensal	10,90% a 13,50%	-
Luz para Todos I - Eletrobrás	160.391	203.332	6,00 a 8,00% a.a. (Pré)	ago-22	Trimestral	6,0 a 8,0%	-
Luz para Todos II - Eletrobrás	144.191	144.187	SELIC	nov-19	Mensal	13,32%	-

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Periodicidade Amortização	TIR (Taxa efetiva de juros) (5)	Garantias (1)
	2015	2014					
Repassse BNDES - Bradesco (3)	62.855	-	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov-21	Mensal	10,96% a 11,26%	A
Repassse BNDES - Itaú (3)	57.964	-	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov-21	Mensal	10,96% a 11,26%	A
Repassse BNDES - Bradesco (3)	49.710	-	SELIC + 4,34%	nov-21	Mensal	17,66%	A
Repassse BNDES - Itaú (3)	45.843	-	SELIC + 4,34%	nov-21	Mensal	17,66%	A
Total em Moeda Nacional	958.626	777.723					
Resolução 4131-Bank of America ML (1)	20.143	23.371	Libor + 1,50% a.a.	mai-17	Mensal	48,80%	D
Leasing - Cessna Finance	46.744	36.196	6,75% a.a. (Pré)	set-20	Trimestral	53,76%	C
(-) Marcação à Mercado de Dívida (2)	(298)	-					
Total em Moeda Estrangeira	66.589	59.567					
Total Energisa Mato Grosso	1.025.215	837.290					
Energisa Mato Grosso do Sul							
FIDIC Grupo Energisa IV	292.156	289.856	TR + 8,00% a.a.	out-34	Mensal	9,80%	F
FINAME I - Safra	20	381	8,00% a.a. (Pré)	mar-16	Mensal	8,00%	B
			TJLP + 5,70% a.a.				
FINAME II - Safra	5	96	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	mar-16	Mensal	12,70% a 10,96%	B
Repassse BNDES - Bradesco (3)	29.976	-	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov-21	Mensal	11,26% a 10,96%	A
Repassse BNDES - Itaú (3)	26.445	-	SELIC + 4,34%	nov-21	Mensal	17,66%	A
Repassse BNDES - Bradesco (3)	23.400	-	SELIC + 4,34%	nov-21	Mensal	17,66%	A
Repassse BNDES - Itaú (3)	20.643	-	SELIC + 4,34%	nov-21	Mensal	17,66%	A
			6,00 a 8,00% a.a. (Pré)				
Luz para Todos - Eletrobrás	40.469	52.647	a.a. (Pré)	mai-22	Trimestral	6,0 a 8,0%	-
Leasing - HP	-	29	-	-	-	-	-
Leasing - Volkswagen	-	246	-	-	-	-	-
Nota Promissória de crédito - Itaú	-	105.413	-	-	-	-	-
(-)Custo de captação incorrido na contratação	(624)	-	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	432.490	448.668					
Resolução 4131-Bank of America ML I(1)	123.016	-	2,00% a.a. (Pré)	jun-17	Final	49,01%	A
Resolução 4131-Bank of America ML II(1)	36.186	-	1,90% a.a. (Pré)	set-16	Final	48,91%	A
Resolução 4131-Bank of America ML III(1)	29.788	-	3,52% a.a. (Pré)	ago-16	Final	50,53%	A
(-) Marcação à Mercado de Dívida (2)	(3.659)	-	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	185.331	-					
Total Energisa Mato Grosso do Sul	617.821	448.668					
Energisa Tocantins							
Luz para Todos I - Eletrobrás	38.236	57.779	6,0% a 6,5% a.a.	abr-22	Mensal	6,0% a 6,50%	F
Luz para Todos II - Eletrobrás	67.341	67.369	SELIC	nov-19	Mensal	13,32%	-
			CDI + 2,28% a.a.				
CCB - Santander (1)	83.870	83.659	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	jun-19	Mensal	15,52% a 10,96%	F
Repassse BNDES - Bradesco (3)	53.850	-	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov-21	Mensal	11,26% a 10,96%	A
Repassse BNDES - Itaú (3)	23.654	-	SELIC + 4,34%	nov-21	Mensal	17,66%	A
Repassse BNDES - Bradesco (3)	37.233	-	SELIC + 4,34%	nov-21	Mensal	17,66%	A
Repassse BNDES - Itaú (3)	16.354	-	SELIC + 4,34%	nov-21	Mensal	17,66%	A
Leasing - HP	-	12	-	-	-	-	-
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(1.680)	(806)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	318.858	208.013					
Resolução 4131 - Itaú (1)	256.180	-	2,72% a.a. (Pré)	jun-19	Mensal	49,73%	F
Resolução 4131 - Bank of America ML (1)	51.384	-	1,48% a.a. (Pré)	dez-16	Final	48,49%	A
(-) Marcação à Mercado de Dívida (2)	40	-	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	307.604	-					
Total Energisa Tocantins	626.462	208.013					
Caiuá Distribuidora de Energia							
Luz para Todos - Eletrobrás	248	564	6,0% a.a. (Pré)	set-16	Mensal	6,00%	F
			CDI + 2,28% a.a.				
CCB - Santander (1)	8.589	8.578	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	jun-19	Mensal	15,52% a 10,96%	F + A
Repassse BNDES I - Itaú (3)	14.126	-	SELIC + 4,34%	nov-21	Mensal	17,66%	A
Repassse BNDES II - Itaú (3)	8.517	-	SELIC + 4,34%	nov-21	Mensal	17,66%	A
Leasing - HP	-	24	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	31.480	9.166					
Resolução 4131 - Itaú BBA (1)	101.456	68.986	3,40% a.a. (Pré)	nov-17	Mensal	50,41%	A
Resolução 4131 - Bank of America ML (1)	50.364	-	1,85% a.a. (Pré)	jun-17	Mensal	48,86%	A
(-) Marcação à Mercado de Dívida (2)	(1.720)	-	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	150.100	68.986					
Total Caiuá Distribuidora de Energia	181.580	78.152					
Cia Nacional de Energia Elétrica							

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Periodicidade Amortização	TIR (Taxa efetiva de juros) (5)	Garant ias (1)
	2015	2014					
Luz para Todos - Eletrobrás	53	117	6,0% a.a. (Pré) TJLP + 3,96% a	set-16	Mensal	6,00% 10,96% a	F
Repasse BNDES I - Itaú (3)	4.116	-	4,26% a.a.	nov-21	Mensal	11,26%	A
Repasse BNDES II - Itaú (3)	7.551	-	SELIC + 4,34%	nov-21	Mensal	17,66%	A
Leasing - HP	-	8	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	11.720	125					
Resolução 4131 - ABC (1)	12.699	-	3,28% a.a. (Pré)	jul-16	Final	50,29%	F
(+) Marcação à Mercado de Dívida (2)	65	-	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	12.764	-					
Total Cia Nacional de Energia	24.484	125					
<b>Cia Força e Luz Oeste</b>							
Luz para Todos - Eletrobrás	125	189	6,0% a.a. (Pré) TJLP + 3,96% a	jul-18	Mensal	6,00% 10,96% a	F
Repasse BNDES I - Itaú (3)	2.103	-	4,26% a.a.	nov-21	Mensal	11,26%	A
Repasse BNDES II - Itaú (3)	1.535	-	SELIC + 4,34%	nov-21	Mensal	17,66%	A
Leasing - HP	-	7	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	3.763	196					
Resolução 4131 - Itaú BBA (1)	31.078	-	3,83% a.a. (Pré)	fev-16	Final	50,84%	A
(+) Marcação à Mercado de Dívida (2)	101	-					
Total em Moeda Estrangeira	31.179	-					
Total Cia Força e Luz Oeste	34.942	196					
<b>Empresa Vale Parapanema</b>							
Luz para Todos - Eletrobrás	209	478	6,0% a.a. (Pré) TJLP + 3,96% a	set-16	Mensal	6,00% 10,96% a	F
Repasse BNDES I - Itaú (3)	4.436	-	4,26% a.a.	nov-21	Mensal	11,26%	A
Repasse BNDES II - Itaú (3)	7.821	-	SELIC + 4,34%	nov-21	Mensal	17,66%	A
Leasing - HP	-	12	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	12.466	490					
Resolução 4131 - ABC (1)	25.396	-	3,28% a.a. (Pré)	abr-17	Final	50,29%	A
(+) Marcação à Mercado de Dívida (2)	130	-					
Total em Moeda Estrangeira	25.526	-					
Total Vale Parapanema	37.992	490					
<b>Empresa Elétrica Bragantina</b>							
Luz para Todos - diversos - Eletrobrás	2.390	3.181	6,0% a.a. (Pré) TJLP + 3,96% a	jul-22	Mensal	6,00% 10,96% a	F
Repasse BNDES I - Itaú (3)	5.706	-	4,26% a.a.	nov-21	Mensal	11,26%	A
Repasse BNDES II - Itaú (3)	9.031	-	SELIC + 4,34%	nov-21	Mensal	17,66%	A
Leasing - HP	-	11	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	17.127	3.192					
Resolução 4131 - Itaú (1)	15.609	10.613	3,40% a.a. (Pré)	nov-17	Mensal	50,41%	A
Resolução 4131 - Santander (1)	59.305	-	4,74% a.a. (Pré)	dez-16	Final	51,75%	A
Resolução 4131 - ABC (1)	51.810	45.409	4,96% a.a. (Pré)	ago-17	Final	51,97%	A
(+) Marcação à Mercado de Dívida (2)	2.935	-	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	129.659	56.022					
Total Empresa Elétrica Bragantina	146.786	59.214					
<b>Energisa Soluções</b>							
FINEP -	3.489	4.603	8,00% a.a. (Pré) 2,50 a 6,00%	out-18	Mensal	8,00%	D
FINAME - Itaú BBA	3.461	3.816	a.a. (Pré)	fev-24	Mensal	2,50% a 6,00%	A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(18)	(24)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	6.932	8.395					
Total Energisa Soluções	6.932	8.395					
<b>Energisa Soluções Construções</b>							
FINAME - Itaú BBA	4.444	3.153	6,00% a.a. (Pré)	nov-24	Mensal	6,00%	A
Total em Moeda Nacional	4.444	3.153					
Total Energisa Soluções Construções	4.444	3.153					
<b>Energisa Serviços Aéreos</b>							
Leasing - Bradesco	-	534	CDI + 7,16% a.a.	dez-15	Mensal	-	B
Total em Moeda Nacional	-	534					
Total Energisa Serviços Aéreos	-	534					
<b>Energisa Comercializadora</b>							
CCB I e II - BBM	32.246	-	CDI + 2,50% a.a.	jul-16	Final	15,74%	-
Total em Moeda Nacional	32.246	-					
Total Energisa Comercializadora	32.246	-					
<b>Rede Energia S.A.</b>							
Credores "RJ" - Bicbanco	4.276	4.901	1,0% a.a. (Pré)	nov-35	Final	6,10%	F
Credores "RJ" - BNB	9.428	11.453	1,0% a.a. (Pré)	nov-35	Final	6,10%	F
Total em Moeda Nacional	13.704	16.354					



Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Periodicidade Amortização	TIR (Taxa efetiva de juros) (5)	Garant ias (1)
	2015	2014					
Total Rede Energia S.A.	13.704	16.354					
Denerge							
FI-FGTS (Reestruturado)	244.231	231.252	TR + 4,00% a.a.	nov-35	Final	5,80%	-
Total em Moeda Nacional	244.231	231.252					
Total Denerge	244.231	231.252					
Cia Téc.de Comercialização de Energia							
Credores "RJ" - BMG	3.765	3.292	1,0% a.a. (Pré)	nov-35	Final	1,00%	-
Total em Moeda Nacional	3.765	3.292					
Total Cia Téc.de Comerc.de Energia	3.765	3.292					
Em Moeda Nacional	2.849.073	2.523.412					
Em Moeda Estrangeira	2.611.367	1.593.622					
Energisa Consolidada	5.460.440	4.117.034					

A=Aval Energisa S/A, B=Alienação Fiduciária, C=Depósito Caução, D=Fiança, E=Fundo Reserva, F=Receíveis

- (1) Os contratos junto ao Bank of America Merrill Lynch, Citibank, JP Morgan, Santander, ABC e Itaú BBA possuem proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 38). Os contratos possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pelo controlador final (Energisa S.A.). Em 31 de dezembro de 2015, os índices foram cumpridos.
- (2) Estas operações estão sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de "hedge" de valor justo ou pela designação como "Fair Value Option" (nota explicativa nº 38).
- (3) A companhia firmou um acordo de investimentos com a BNDES Participações S.A - BNDESPAR por meio de um sindicato de bancos, formado entre Itaú Unibanco S.A., Banco Bradesco S.A., Banco BTG Pactual S.A. e Banco Citibank S.A., visando o repasse no âmbito dos programas FINAME e FINEM já enquadrado para as treze subsidiárias de distribuição de energia elétrica controladas pela Companhia, no montante aproximado de R\$1.250.000, sujeito ao atendimento das condições estabelecidas entre os Agentes Repassadores e as controladas e à confirmação, aprovação e disponibilidade de recursos por parte do BNDES.

O Acordo de Investimentos prevê, ainda, o compromisso de implementar alterações no Estatuto Social da Companhia de forma a adequá-lo às melhores práticas de governança e adesão ao Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&F Bovespa em até 48 meses contados da data de emissão das debêntures de 7ª emissão (nota explicativa Nº 21).

Até 31 de dezembro de 2015 foram liberados R\$660.750, referente a 1ª tranche do programa do Acordo de Investimentos conforme demonstrado abaixo:

Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S/A	216.161
Energisa Mato Grosso Sul Distribuidora Energia S/A	100.367
Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S/A	131.004
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A	72.299
Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A	38.806
Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A	24.351
Caiuá Distribuição de Energia S/A	22.621
Empresa Elétrica Bragantina S/A	14.724
Empresa de Distribuição de Energia Vale do Paranapanema S/A	12.245
Companhia Nacional de Energia Elétrica S/A	11.657
Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A	7.190
Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A	5.691
Companhia Força e Luz do Oeste	3.634
Total	660.750

Esses recursos serão destinados a expansão e modernização do sistema de distribuição de energia elétrica na área de concessão das controladas, além de investimentos na aquisição de máquinas e equipamentos e investimentos sociais não contemplados nos licenciamentos ambientais.

Os contratos junto ao BNDES possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela Energisa S.A. Em 31 de dezembro de 2015, os índices foram cumpridos.

- (4) Considera bônus de adimplimento de 25% e 15% sobre juros para investimentos no semiárido e fora do semiárido, respectivamente.



(5) Para as dívidas em moeda estrangeira, inclui variação cambial.

Para garantia do pagamento das parcelas de curto prazo, as controladas mantêm aplicações financeiras no montante de R\$97.109 (R\$212.251 em 2014), registrado na rubrica “Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados” no ativo circulante consolidado.

Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

A Companhia e suas controladas têm como prática contábil alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais nos exercícios:

Moeda/indicadores	2015	2014
US\$ x R\$	47,01%	13,39%
TJLP	7,00%	5,00%
SELIC	13,32%	10,90%
CDI	13,24%	10,81%
IPCA	10,67%	6,41%
IGP-M	10,54%	3,67%
LIBOR	0,29%	0,23%
UMBNB	0,06%	0,05%
TR	1,80%	0,86%

Em 31 de dezembro de 2015, os vencimentos dos financiamentos de longo prazo são os seguintes:

	Controladora	Consolidado
2017	48.810	1.343.598
2018	48.810	1.025.224
2019	-	518.134
2020	-	258.861
Após 2020	-	1.076.233
<b>Total</b>	<b>97.620</b>	<b>4.222.050</b>

Seguem as movimentações ocorridas nos exercícios:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
<b>Saldos em 2014 e 2013</b>	<b>579.408</b>	<b>176.513</b>	<b>4.117.034</b>	<b>2.104.076</b>
Saldos iniciais adquiridos em 11/04/2014	-	-	-	2.856.794
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	460.000	440.000	2.582.181	1.466.527
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	256.714	89.286	1.253.479	466.569
Marcação Mercado da Dívida	497	-	(14.241)	-
Pagamento de principal	(838.585)	(29.946)	(2.330.668)	(1.623.777)
Pagamento de juros	(34.623)	(96.445)	(147.345)	(286.356)
Passivos relacionados a ativos disponíveis para venda	-	-	-	(866.799)
<b>Saldos em 2015 e 2014</b>	<b>423.411</b>	<b>579.408</b>	<b>5.460.440</b>	<b>4.117.034</b>
<b>Circulante</b>	<b>325.791</b>	<b>380.193</b>	<b>1.238.390</b>	<b>1.275.949</b>
<b>Não circulante</b>	<b>97.620</b>	<b>199.215</b>	<b>4.222.050</b>	<b>2.841.085</b>

Os custos de captações dos financiamentos a serem amortizados nos exercícios subsequentes é como segue:

Empresas	Contratos	2016	2017	2018 em diante	Total
ESE	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	25	25	74	124
	Banco do Nordeste -Financ.Investimentos 2007-2008 (FNE)	30	15	-	45
	Banco do Nordeste -Financ.Investimentos 2007-2008 (FAT)	25	12	-	37
	Banco ABC Repasse BNDES	18	18	26	62
	Banco do Nordeste -Financ.Investimentos 2009-2010 (FNE)	56	56	93	205
	Banco Itaú BBA - BNDES	9	9	37	55
	<b>ESE</b>	<b>163</b>	<b>135</b>	<b>230</b>	<b>528</b>
EPB	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	97	97	291	485
	Banco do Nordeste -Financ.Investimentos 2007-2008 (FNE)	110	55	0	165
	Banco do Nordeste -Financ.Investimentos 2007-2008 (FAT)	28	14	0	42
	Banco do Nordeste -Financ.Investimentos 2008-2009 (FNE)	104	104	156	364
	Banco Itaú BBA - BNDES	18	18	72	108
	<b>EPB</b>	<b>357</b>	<b>288</b>	<b>519</b>	<b>1.164</b>
EMG	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	24	24	71	119
	<b>EMG</b>	<b>24</b>	<b>24</b>	<b>71</b>	<b>119</b>
ENF	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	6	8	17	31
	<b>ENF</b>	<b>6</b>	<b>8</b>	<b>17</b>	<b>31</b>
EBO	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	8	8	23	39
	Banco do Nordeste -Financ.Investimentos 2007-2008 (FNE)	19	9	-	28
	Banco Itaú BBA - BNDES	7	7	31	45
	<b>EBO</b>	<b>34</b>	<b>24</b>	<b>54</b>	<b>112</b>
ESOL	Finep	6	6	6	18
	<b>ESOL</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>18</b>
ETO	Banco Santander	328	161	242	731
	Banco Itaú BBA - BNDES	162	160	627	949
	<b>ETO</b>	<b>490</b>	<b>321</b>	<b>869</b>	<b>1.680</b>
EMS	Banco Itaú BBA - BNDES	107	105	412	624
	<b>EMS</b>	<b>107</b>	<b>105</b>	<b>412</b>	<b>624</b>
	<b>TOTAL</b>	<b>1.187</b>	<b>911</b>	<b>2.178</b>	<b>4.276</b>

## 22 Debêntures (não conversíveis em ações)

Empresa	Operações	Principal		Total		Ref.
		Circulante	Não Circulante	2015	2014	
ENERGISA S/A	Em moeda nacional					
	Debentures 5ª Emissão/1ª Série	62.154	54.105	116.259	136.512	
	Debentures 5ª Emissão/2ª Série	86.979	257.063	344.042	328.121	
	Debentures 6ª Emissão	-	-	-	1.666.674	
	Debentures 7ª Emissão/1ª Série	4.700	171.880	176.580	-	1
	Debentures 7ª Emissão/2ª Série	4.700	171.880	176.580	-	1
	Debentures 7ª Emissão/3ª Série	4.700	171.880	176.580	-	1
	Debentures 7ª Emissão/4ª Série	5.615	171.880	177.495	-	1
	Debentures 7ª Emissão/5ª Série	5.615	171.880	177.495	-	1
	Debentures 7ª Emissão/6ª Série	5.615	171.880	177.495	-	1
	<b>Total em moeda nacional</b>	<b>180.078</b>	<b>1.342.448</b>	<b>1.522.526</b>	<b>2.131.307</b>	
	(-) custos de captação incorridos na contratação	(1.295)	(4.643)	(5.938)	(7.191)	
	<b>Total ENERGISA S A</b>	<b>178.783</b>	<b>1.337.805</b>	<b>1.516.588</b>	<b>2.124.116</b>	
ENERGISA SERGIPE	Em moeda nacional					
	Debentures 3ª Emissão	13.238	36.000	49.238	68.746	
	<b>Total em moeda nacional</b>	<b>13.238</b>	<b>36.000</b>	<b>49.238</b>	<b>68.746</b>	
	<b>Total ENERGISA SERGIPE</b>	<b>13.238</b>	<b>36.000</b>	<b>49.238</b>	<b>68.746</b>	

Empresa	Operações	Principal		Total		Ref.
		Circulante	Não Circulante	2015	2014	
REDE ENERGIA	Em moeda nacional					
	Debentures 4ª Emissão	1.400	39.634	41.034	34.928	(2)
	Total em moeda nacional	1.400	39.634	41.034	34.928	
	Total REDE ENERGIA	1.400	39.634	41.034	34.928	
ETO	Em moeda nacional					
	Debentures 1ª Emissão	10.410	40.270	50.680	50.431	
	Total em moeda nacional	10.410	40.270	50.680	50.431	
	(-) custos de captação incorridos na contratação	(126)	(130)	(256)	(390)	
	Total ETO	10.284	40.140	50.424	50.041	
EMS	Em moeda nacional					
	Debentures 7ª Emissão	52.202	353.240	405.442	405.090	
	Total em moeda nacional	52.202	353.240	405.442	405.090	
	(-) custos de captação incorridos na contratação	(788)	(1.601)	(2.389)	(3.198)	
	Total EMS	51.414	351.639	403.053	401.892	
EMT	Em moeda nacional					
	Debentures 2ª Emissão	-	-	-	40.431	
	Debentures 5ª Emissão	61.538	397.395	458.933	456.971	(3)
	Total em moeda nacional	61.538	397.395	458.933	497.402	
	(-) custos de captação incorridos na contratação	(908)	(1.785)	(2.693)	(3.647)	
	Total EMT	60.630	395.610	456.240	493.755	
CONSOLIDADO	Sub - total em moeda nacional	318.866	2.208.987	2.527.853	3.187.904	
	(-) custos de captação incorridos na contratação	(3.117)	(8.159)	(11.276)	(14.426)	
	Total em moeda nacional	315.749	2.200.828	2.516.577	3.173.478	
	TOTAL	315.749	2.200.828	2.516.577	3.173.478	

1 - Os recursos decorrentes da 7ª emissão da Energisa fazem parte de um acordo de investimentos com a BNDES Participações S.A - BNDESPAR destinados ao reforço da estrutura de capital da empresa para viabilizar a modernização e expansão de suas controladas operacionais de distribuição de energia elétrica, sobretudo as controladas adquiridas da Rede Energia S.A.

Em acréscimo também foi contratado sindicato de bancos, formado entre Itaú Unibanco S.A., Banco Bradesco S.A., Banco BTG Pactual S.A. e Banco Citibank S.A., visando o repasse no âmbito dos programas FINAME e FINEM (nota explicativa nº 21)

O Acordo de Investimentos prevê, ainda, o compromisso de implementar alterações no Estatuto Social da Companhia de forma a adequá-lo às melhores práticas de governança e adesão ao Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&F Bovespa em até 48 meses contados da data de emissão das debêntures, dentre outros.

As debentures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros a serem apurados trimestralmente. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pelo consolidado (Energisa S.A.) Em 31 de dezembro de 2015, as exigências contratuais foram cumpridas.

As debentures estão garantidas por aval da controladora Gipar S.A

2 - As debêntures de 4ª emissão da controlada Rede Energia com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. foram repactuadas na Recuperação Judicial - (opção A) com juros de 1% e estão sendo apresentadas deduzidas de R\$294.506 de ajuste a valor presente.

3 - As debêntures da controlada EMT possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2015, as exigências contratuais foram cumpridas.

## Principais características:

Operação	Características da Operação			Custo da Dívida			Ref.
	Vencimento	Periodicidade Amortização	Garantias Reais	Indexador	Taxa de Juros a.a.	TIR (Taxa efetiva de juros)	

Debentures 5ª Emissão/1ª Série	jul/17	Anual, após jul.2016	Quirografária	CDI	+	1,3%a.a.	14,54%
Debentures 5ª Emissão/2ª Série	jul/19	Anual, após jul.2018	Quirografária	CDI	+	1,55%a.a.	14,79%
Debentures 7ª Emissão/1ª Série	ago/20	Final	Quirografária	IPCA	+	7,5%a.a.	18,17%
Debentures 7ª Emissão/2ª Série	ago/21	Final	Quirografária	IPCA	+	7,5%a.a.	18,17%
Debentures 7ª Emissão/3ª Série	ago/22	Final	Quirografária	IPCA	+	7,5%a.a.	18,17%
Debentures 7ª Emissão/4ª Série	ago/20	Final	Quirografária	IPCA	+	9,0%a.a.	19,67%
Debentures 7ª Emissão/5ª Série	ago/21	Final	Quirografária	IPCA	+	9,0%a.a.	19,67%
Debentures 7ª Emissão/6ª Série	ago/22	Final	Quirografária	IPCA	+	9,0%a.a.	19,67%
Debentures 3ª Emissão	out/19	Anual	Quirografária	CDI		115,5% do CDI	15,29%
Debentures 4ª Emissão	jul/36	Final	Quirografária	-	-	1%a.a.	1,00%
Debentures 1ª Emissão	mai/19	Mensal, após jun.2016	Quirografária	CDI	+	2,28%a.a	15,52%
Debentures 7ª Emissão	mai/21	Semestral	Quirografária	CDI	+	2,28%a.a	15,52%
Debentures 5ª Emissão	mai/21	Mensal, após jun.2016	Flutuante	CDI	+	2,28%a.a	15,52%

Empresa	Operação	Características da Operação						Ref.
		Tipo de Emissão	Data de emissão	Quantidade de Títulos	Vr. na Data de Emissão	Títulos em Circulação	Carência de Juros	
ENERGISA	Debentures 5ª Emissão/1ª Série	Pública	15/07/2012	12.857	128.570	12.857	6 meses	
	Debentures 5ª Emissão/2ª Série	Pública	15/07/2012	27.143	271.430	27.143	12 meses	
	Debentures 7ª Emissão/1ª Série	Pública	25/11/2015	166.667	166.667	117.001	6 meses	
	Debentures 7ª Emissão/2ª Série	Pública	25/11/2015	166.667	166.667	117.001	6 meses	
	Debentures 7ª Emissão/3ª Série	Pública	25/11/2015	166.667	166.667	117.001	6 meses	
	Debentures 7ª Emissão/4ª Série	Pública	25/11/2015	166.667	166.667	117.001	6 meses	
	Debentures 7ª Emissão/5ª Série	Pública	25/11/2015	166.667	166.667	117.001	6 meses	
	Debentures 7ª Emissão/6ª Série	Pública	25/11/2015	166.667	166.667	117.001	6 meses	
ENERGISA SERGIPE	Debentures 3ª Emissão	Pública	30/10/2013	60	60.000	60	24 meses	
REDE ENERGIA	Debentures 4ª Emissão	Pública	22/12/2009	370.000	370.000	-	6 meses	
ETO	Debentures 1ª Emissão	Pública	31/05/2014	5.000	50.000	5.000	24 meses	
EMS	Debentures 7ª Emissão	Pública	31/05/2014	40.000	400.000	40.000	24 meses	
EMT	Debentures 5ª Emissão	Pública	15/05/2014	45.000	450.000	45.000	24 meses	

Em 31 de dezembro de 2015 as debêntures classificadas no não circulante têm seus vencimentos assim programados:

Ano	Controladora	Consolidado
2017	53.870	251.670
2018	128.452	326.252
2019	128.452	316.557
2020	342.403	511.591
Após 2020	684.628	794.758
<b>Total</b>	<b>1.337.805</b>	<b>2.200.828</b>

Os custos de captações de debêntures a serem amortizados nos exercícios subsequentes é como segue:

	2015						
	Controladora			EMS	ETO	EMT	Consolidado
	5ª Emissão 1ª S	5ª Emissão 2ª S	7ª Emissão	7ª Emissão	1ª Emissão	5ª Emissão	
Exercício 2016	269	91	935	788	126	908	3.117
Exercício 2017	157	78	-	362	54	404	1.055
2018 em diante	-	158	4.250	1.239	76	1.381	7.104
	<b>426</b>	<b>327</b>	<b>5.185</b>	<b>2.389</b>	<b>256</b>	<b>2.693</b>	<b>11.276</b>

	2014						
	Controladora			EMS	ETO	EMT	Consolidado
	5ª Emissão 1ª S	5ª Emissão 2ª S	6ª Emissão	7ª Emissão	1ª Emissão	5ª Emissão	
Exercício 2015	-	-	4.864	778	-	954	6.596
Exercício 2016	347	-	1.216	282	76	314	2.235
Após 2016	347	417	-	2.138	314	2.379	5.595
	<b>694</b>	<b>417</b>	<b>6.080</b>	<b>3.198</b>	<b>390</b>	<b>3.647</b>	<b>14.426</b>

Seguem as movimentações ocorridas no exercício:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
<b>Saldos em 2014 e 2013</b>	<b>2.124.116</b>	<b>467.797</b>	<b>3.173.478</b>	<b>728.990</b>
Saldos iniciais adquiridos em 11/04/2014		-		306.363
Novas debêntures obtidas	1.042.579	1.495.146	1.042.579	2.514.300
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	231.620	203.742	390.169	327.227
Pagamento de principal	(1.539.882)	(32.952)	(1.727.344)	(546.090)
Pagamento de juros	(341.845)	(9.617)	(362.305)	(32.140)
Passivos relacionados a ativos disponíveis para venda	-	-	-	(125.172)
<b>Saldos em 2015 e 2014</b>	<b>1.516.588</b>	<b>2.124.116</b>	<b>2.516.577</b>	<b>3.173.478</b>
<b>Circulante</b>	<b>178.783</b>	<b>726.084</b>	<b>315.749</b>	<b>786.868</b>
<b>Não circulante</b>	<b>1.337.805</b>	<b>1.398.032</b>	<b>2.200.828</b>	<b>2.386.610</b>

## 23 Tributos e contribuições sociais

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Imposto s/Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (a)	-	-	329.690	222.654
Encargos Sociais	462	314	22.356	17.068
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ (b)	-	50.779	83.911	101.949
Contribuição Social s/ o Lucro - CSSL (b)	-	25.692	34.290	47.610
Contribuições ao PIS e a COFINS	1.149	707	126.677	101.591
Imposto s/ Operações Financeiras - IOF	1.465	1	2.169	691
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.007	486	6.569	6.962
Contribuição Previdenciária s/ Receita Bruta - CPRB	-	-	767	15
Outros	308	2.540	12.217	11.678
<b>Total</b>	<b>4.391</b>	<b>80.519</b>	<b>618.646</b>	<b>510.218</b>
Circulante	4.391	80.519	480.206	434.254
Não Circulante	-	-	138.440	75.964

(a) ICMS - as controladas CAIUÁ, CNEE, EBB e EDEVP, possuem liminar suspendendo a cobrança do ICMS sobre os valores faturados com subvenção do baixa renda, com depósito judicial, enquanto a controlada EMG possui valores de ICMS sobre a disponibilização da rede de distribuição e transmissão aos consumidores livres, que se encontra suspenso por liminares dos consumidores no montante de R\$11.646 (vide nota explicativa nº 6).

(b) IRPJ e CSSL - as controladas EMG, ENF, EPB, EBO e ESE, possuem liminar suspendendo a cobrança de IRPJ e CSSL incidentes sobre juros e acréscimos moratórios cobrados nas notas fiscais/contas de energia elétrica.

Todos os valores citados encontram-se demonstrados no passivo não circulante.

## 24 Encargos setoriais - consolidado

	2015	2014
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	172.625	8.842
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	-	1.477
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico Tecnológico - FNDCT	4.873	2.540
Ministério de Minas e Energia - MME	2.485	1.077
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	118.704	96.085
Programa de Eficiência Energética - PEE	226.396	205.986
<b>Total</b>	<b>525.083</b>	<b>316.007</b>
Circulante	372.295	201.376
Não-circulante	152.788	114.631

O contrato de concessão das controladas estabelece a obrigação de aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida, em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), a ser recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e ao Ministério de Minas e Energia (MME). A participação de cada um dos programas está definida pelas Leis nº 10.848 de 15 de março de 2004, nº 11.465 de 28 de março de 2007 e nº 12.212 de 21 de janeiro de 2010.

A atualização das parcelas referentes ao PEE e P&D é efetuada pela taxa de juros SELIC, de acordo com as Resoluções Normativas ANEEL nº 176 de 28 de novembro de 2005, nº 219 de 11 de abril de 2006, nº 300 de 12 de

fevereiro de 2008, nº 316 de 13 de maio de 2008, nº 504 de 14 de agosto de 2012, nº 556 de 18 de junho de 2013 e Ofício Circular nº 1.644/2009-SFF/ANEEL de 28 de dezembro de 2009.

Por meio das Resoluções Normativas nº 316, de 13 de maio de 2008, alterada pela REN nº 504 de 14 de agosto de 2012 e nº 556 de 18 de junho de 2013, a ANEEL estabeleceu novos critérios para cálculo, aplicação e recolhimento dos recursos do programa de eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento. Entre esses novos critérios, foram definidos os itens que compõem a base de cálculo das obrigações, ou seja, a receita operacional líquida e o cronograma de recolhimento ao FNDCT e ao MME.

Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D estão registrados na rubrica de serviços em curso até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa.

A realização das obrigações com o PEE e P&D por meio da aquisição de ativo intangível, tem como contrapartida o saldo de obrigações especiais.

## 25 Parcelamento de impostos - consolidado

As controladas possuem parcelamentos de impostos junto as secretarias estaduais e federais, que inclui os respectivos benefícios e reduções, distribuídos da forma a seguir. Os parcelamentos federais são corrigidos pela variação da Taxa Selic e os estaduais através dos índices adotados por cada UF:

Descrição	ESE (*)	EMT	REDE SUL	2015	2014
LEI 11.941	-	-	-	-	726
INSS	-	-	-	-	529
PIS	9	-	-	9	303
COFINS	117	-	1.082	1.199	6.769
CSSL	-	-	-	-	28
IRRF	-	-	-	-	6
ICMS	-	2.897	91.042	93.939	105.202
<b>TOTAL</b>	<b>126</b>	<b>2.897</b>	<b>92.124</b>	<b>95.147</b>	<b>113.563</b>
Circulante	126	2.897	14.093	17.116	22.851
Não Circulante	-	-	78.031	78.031	90.712

(\*) A Receita Federal do Brasil (RFB), homologou a consolidação da dívida do parcelamento de saldos remanescentes da controlada Energisa Sergipe aderidos no programa do Novo REFIS instituído pela Lei 11.941/2009.

Em 31 de dezembro de 2015, a controlada Energisa Sergipe possuía um crédito de R\$2.689 (R\$2.453 em 2014) atualizados com base na SELIC, relativo a prestações mensais de junho a novembro de 2011 pagas por exigência da RFB, classificadas como tributos a compensar com outros débitos.

Ao consolidar, a RFB reconheceu no Demonstrativo da Dívida Consolidada os créditos da controlada Energisa Sergipe e os amortizou com o total da dívida atualizada em 31 de dezembro de 2015. O saldo devedor do parcelamento passou a ser R\$126, tendo sido liquidado em 29 de janeiro de 2016.

As Controladas Caiuá (ECI), Nacional (ENA), Paranapanema (EVP), Bragantina (EBR) e Força e Luz do Oeste (ELO) possuem parcelamentos ordinários e de dívida ativa junto a Secretaria da Fazenda Estadual no montante R\$ 91.041 (R\$ 99.111 em 2014) sendo: R\$ 29.170 (R\$31.556 em 2014) na ECI, R\$16.877 (R\$ 18.257 em 2014) na ENA, R\$21.735 (R\$23.512 em 2014) na EVP, R\$21.616 (R\$23.378 em 2014) na EBR e R\$ 1.643 (R\$2.408 em 2014) na ELO.

Posição em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

	Valor original	Multa	Juros	2015	2014
Lei 11.941	-	-	-	-	726
INSS	-	-	-	-	529
PIS	3	-	6	9	303
COFINS	354	39	806	1.199	6.769
CSLL	-	-	-	-	28
ICMS	60.863	6.925	26.151	93.939	105.202
IRRF	-	-	-	-	6
<b>TOTAL</b>	<b>61.220</b>	<b>6.964</b>	<b>26.963</b>	<b>95.147</b>	<b>113.563</b>
Circulante	11.012	1.253	4.851	17.116	22.851
Não Circulante	50.208	5.711	22.112	78.031	90.712

Os saldos consolidados dos impostos parcelados estão assim programados:

	2015	2014
2016	-	15.332
2017	16.149	15.486
2018	13.958	13.680
2019	12.723	12.459
2020	11.744	11.386
Após	23.457	22.369
<b>Total - não circulante</b>	<b>78.031</b>	<b>90.712</b>

## 26 Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais - consolidado

### Risco provável - composição e movimentações

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total 2015	Total 2014
Saldos iniciais - 2015 e 2014	201.786	367.270	60.058	629.114	635.403
Provisão para riscos	85.465	123.037	14.937	223.439	228.599
Reversões de provisões	(63.407)	(140.436)	(21.338)	(225.181)	(226.811)
Pagamentos	(29.164)	(52.621)	(17.126)	(98.911)	(39.116)
Atualização	14.989	24.888	4.291	44.168	31.039
<b>Saldos finais - Não Circulante 2015 e 2014</b>	<b>209.669</b>	<b>322.138</b>	<b>40.822</b>	<b>572.629</b>	<b>629.114</b>
Depósitos e cauções vinculados (*)				(101.015)	(115.014)

(\*) As controladas diretas e indiretas possuem cauções e depósitos vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$194.710 (R\$163.318 em 2014). Desse total, R\$93.695 (R\$48.304 em 2014) não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de êxito ser possível ou provável.



## **Perdas prováveis - consolidado**

### **• Trabalhistas**

A maioria das ações tem por objeto discussões sobre: (i) Acidentes de trabalho; (ii) Horas extras e reflexos; (iii) Sobreaviso e reflexos; (iv) Equiparação salarial e reflexos; (v) Adicional de gratificação para dirigir veículos; (vi) FGTS (40% sobre o expurgo inflacionário); (vii) adicional de periculosidade. Foram provisionadas as contingências representadas pelas citadas ações judiciais trabalhistas com chances prováveis de perda pela Companhia, conforme avaliação de seus advogados. De maneira geral, estima-se em cerca de 3 a 5 anos, em média, o prazo para que as referidas ações com chances prováveis de perda tenham julgamento final e haja o efetivo desembolso pela Companhia dos valores provisionados, na hipótese de a Companhia ser vencida nas ações;

No exercício foram constituídas cerca de R\$85.465 de aumento de provisões, principalmente relacionadas a novas ações e ao incremento do risco em ações existentes, devido à movimentação processual, basicamente envolvendo as discussões sobre o recebimento de horas extras, adicional periculosidade, sobreavisos. Entretanto as controladas realizaram pagamentos da ordem de R\$29.164, e por consequência reverteram provisões de R\$58.350. Os arquivamentos dos processos estão basicamente relacionados às ações de empregados que discutiam o recebimento de horas extras e de sobreaviso, bem como de ações relacionadas a indenizações de danos morais e materiais, decorrentes de acidentes de trabalho, todas em estágio avançado de tramitação e já julgadas desfavoravelmente à Companhia, encerradas por acordo de pagamento.

### **• Cíveis**

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, tais como (i) Corte indevido de energia elétrica; (ii) Inscrição indevida (SPC/Serasa); (iii) Cancelamento/Revisão de fatura de irregularidade de consumo; (iv) Cancelamento/Revisão de fatura de consumo normal; (v) Ressarcimento de danos elétricos; (vi) Ligação ou troca de titularidade de UC; (vii) Programa Luz no Campo/Programa Luz para Todos; (viii) Incorporação/ Indenização por construção de rede particular de energia elétrica; (ix) Acidentes com terceiros; (x) indenizações.

Existem ainda ações judiciais de consumidores reivindicando o reembolso de valores pagos às controladas resultantes da majoração de tarifas com base nas portarias do DNAEE nº 38 e nº 45, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado no ano de 1986, tendo sido constituída provisão pelo valor da tarifa majorada.

As provisões cíveis no exercício foram incrementadas em mais R\$123.037, principalmente relacionadas a novas ações e ao incremento do risco em ações existentes, devido à movimentação processual, basicamente envolvendo as discussões suscitadas por consumidores, sobre os valores que compõe as faturas das notas fiscais/conta de energia elétrica e suspensão de fornecimento, bem como danos materiais e morais decorrentes de acidentes na rede elétricas. Entretanto as controladas realizaram pagamentos da ordem de R\$52.621, e por consequência reverteram provisões de R\$126.021. Os arquivamentos dos processos está basicamente relacionado as ações envolvendo questionamento dos valores nas faturas, danos decorrentes de variações na tensão elétrica e danos materiais e morais decorrentes de acidentes na rede elétrica, todas em estágio avançado de tramitação e já julgadas desfavoravelmente e encerradas por acordo de pagamento.

### **• Fiscais**

Referem-se a discussões relacionadas a COFINS, INSS, PIS, ISS, ICMS e CSLL. Os processos se encontram com a exigibilidade de seus créditos suspensa, quer seja por estarem em trâmite os processos administrativos, quer seja porque se encontram devidamente garantidas às execuções fiscais em andamento.

A reversão da provisão no exercício foi ocasionada principalmente pela baixa na controlada indireta EMT de processos de cobrança indevida de diferencial de alíquota de ICMS pela SEFAZ de Mato Grosso, em virtude de pagamento realizado no âmbito de programa de parcelamento (pagos em parcela única, com benefícios), após julgamento parcialmente procedente do auto de infração correlato.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimado como provável para as controladas diretas e indiretas.

A Companhia e suas controladas estão sujeita a várias reivindicações legais, cíveis e processos trabalhistas, que advêm do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações circunstanciais tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inscrições fiscais ou exposições identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

### **Perdas possíveis - Consolidado**

A Companhia e suas controladas possuem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento em um montante de R\$3.239.379 (R\$3.053.042 em 2014) no consolidado, cuja probabilidade de êxito foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão.

- **Trabalhistas**

As ações judiciais de natureza trabalhistas no montante de R\$137.699 (R\$141.555 em 2014), no consolidado, referem-se aos seguintes objetos: discussões de ex-empregados que requerem recebimento de horas extras, de adicional de periculosidade, horas de sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pelas controladas reclamando responsabilidade solidária por verbas rescisórias, bem como a cobrança de contribuição sindical.

- **Cíveis**

As ações judiciais de natureza cível no montante de R\$1.650.006 (R\$2.015.617 em 2014) no consolidado, têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) revisão ou o cancelamento de faturas de energia elétrica em razão da incerteza de seu valor; (ii) indenizações por danos materiais e morais decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, de variações de tensão elétrica, ou de falta momentânea de energia; e (iii) multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que encontram-se em processo de defesa administrativa; bem como a ações em que os consumidores pretendem a devolução de valores, em face dos reajustes tarifários determinados pelas Portarias nº 38 e nº 45/1986, do extinto Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE, durante o congelamento de preços no Plano Cruzado. Além de multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que encontram-se em processo de defesa administrativa.

- **Fiscais**

As ações de natureza fiscais e tributárias no montante R\$1.451.674 (R\$895.870 em 2014), no consolidado, referem-se basicamente a discussões sobre: (i) PIS e COFINS incidentes sobre as faturas de energia elétrica; (ii) ICMS incidente sobre a demanda de energia; (iii) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS; (iii) diferencial de alíquota; e (iv) imposto de renda e contribuição social sobre o lucro; (v) cobrança de ISS sobre prestação de serviços oriundos da concessão; (vi) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS de equipamentos para prestação dos serviços de distribuição e transmissão de energia a locados no ativo permanente da empresa, já tendo a comprovação obtida decisões favoráveis em 1ª, 2ª e 3ª instâncias, com trânsito em julgado em alguns processos; (vii) cobrança ICMS em decorrência de saída isenta e energia elétrica recebida ao abrigo do deferimento.

A variação ocorrida no exercício refere-se principalmente pela inserção de um processo administrativo principalmente da controlada indireta EMT envolvendo ICMS sobre a demanda de energia, de compensação de débitos fiscais, com investimentos realizados pela Companhia no sistema elétrico, no âmbito dos Decretos Estaduais nºs 1.171/2012 e 2.042/2013 (Lei da Copa).

Com relação ao processo referente a incidência do ICMS sobre a demanda de energia, que deixou de ser arrecadado em virtude de decisões judiciais determinando a suspensão da exação, anteriormente obtidas por consumidores, a controlada indireta EMT vem mantendo discussões com a Secretaria da Fazenda do Mato Grosso, após a cassação das referidas decisões judiciais, de modo a compor a forma mais eficaz de propiciar a arrecadação e recolhimento do tributo. As discussões envolvem consumidores industriais e comerciais organizados por seus respectivos órgãos de classe, que representam os principais devedores do ICMS sobre demanda, para construção de proposta conjunta a ser levada ao Estado, que permita o recolhimento do tributo em plano de parcelamento específico, preferencialmente mediante adesão direta pelos consumidores. Em 2015, o processo de ICMS sobre demanda montava em R\$297.710, que somado as discussões já existentes totaliza R\$569.027, para o qual a controlada não constituiu provisão baseada na avaliação de seus consultores jurídicos de que a perda seria possível.

**Uso de estimativas:** as controladas registraram provisões, as quais envolvem julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

## 27 Taxas regulamentares - consolidado

	2015	2014
Quota Reserva Global de Reversão - RGR	66.863	73.625
Programa Incentivo Fontes Alternativas Energia - PROINFA	-	125.132
Quota - Conta de Consumo de Combustível - CCC	-	114.996
Quota - Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	106.637	155.113
<b>Total</b>	<b>173.500</b>	<b>468.866</b>
Circulante	20.373	291.280
Não circulante	153.127	177.586

Os valores das taxas regulamentares foram integralmente parcelados, em 01 de julho de 2014, junto à Eletrobrás pelas controladas indiretas EMT, ETO, CFLO, CAIUÁ, CNEE, EBB e EDEVP, conforme segue: (i) RGR e CDE parcelado em 60 meses, sendo os juros selic incidentes sobre o principal, amortizados nas 24 primeiras parcelas e o principal nas demais; (ii) Os débitos em atraso referente ao Proinfa e CCC foram divididos em 12 parcelas iguais e consecutivas. Os parcelamentos das controladas CFLO, CAIUÁ, CNEE, EBB e EDEVP foram totalmente liquidados.

## 28 Incorporação de redes - consolidado

As Resoluções Normativas da ANEEL n.º 223/2003, n.º 229/2006, n.º 238/2006, n.º 250/2007, n.º 368/2009, n.º 414/2010 e n.º 488/2012 estabelecem as condições gerais para o atendimento aos pedidos de ligação de novas unidades consumidoras. Os regulamentos citados preveem que o solicitante, individualmente ou em conjunto, e os órgãos públicos, inclusive da administração indireta, poderão aportar recursos, em parte ou no todo, para as obras necessárias à antecipação da ligação ou executar as obras de extensão de rede mediante a contratação de terceiro legalmente habilitado. Os recursos antecipados ou o valor da obra executada pelo interessado deverão ser restituídos pelas controladas EMT, EMS e ETO até o ano em que o atendimento ao pedido de fornecimento seria efetivado segundo os Planos de Universalização, para os casos de consumidores que se enquadrem aos critérios de atendimento sem custo ou nos prazos fixados nos regulamentos que tratam do atendimento com participação financeira do interessado.

O prazo de universalização de energia elétrica das controladas EMT e ETO, em áreas rurais no Mato Grosso e Tocantins, foram prorrogados para 2020 e 2018, respectivamente. A revisão do cronograma foi aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), por meio da Resolução Homologatória nº 1993 (EMT) e nº 1994 (ETO), publicada no Diário Oficial da União (DOU) do dia 15 de dezembro de 2014.

Sobre os saldos das incorporações de redes particulares incidem encargos calculados pela variação do IGPM, acrescido de 0,5% a 1% ao mês de juros.

Segue a movimentação ocorrida nos exercícios:

Descrição	2015	2014
<b>Saldos em 2014 e 2013</b>	<b>363.293</b>	<b>270.265</b>
Adição	53.996	61.164
Atualização	42.590	57.470
Baixas (*)	(165.254)	(25.606)
<b>Saldos em 2015 e 2014</b>	<b>294.625</b>	<b>363.293</b>
Circulante	109.463	184.933
Não circulante	185.162	178.360

(\*) Deste total, R\$149.546 (R\$25.606 em 2014) refere-se a pagamentos e R\$15.708 a processos indeferidos.

## 29 Patrimônio líquido

### 29.1 Capital Social

O capital social é de R\$1.260.000 (R\$1.010.000 em 2014), representando 1.336.599.980 (1.245.690.889 em 2014) ações nominativas, sendo 641.553.423 (592.714.397 em 2014) ações ordinárias e 695.046.557 (652.976.492 em 2014) ações preferenciais, sem valor nominal. O montante de ações convertido em Units (certificado de ações que representa a propriedade de 4 ações preferenciais e 1 uma ação ordinária da Companhia) é de 169.024.472 (155.880.012 em 2014).

Mediante subscrição particular, o Conselho de Administração da Energisa homologou, em 23 de novembro de 2015, aumento de capital no montante de R\$250.000, passando o capital social de R\$1.010.000 para R\$1.260.000, com emissão de 90.909.091 ações, sendo 43.705.122 ordinárias e 47.203.969 preferenciais, ao preço de R\$2,75 por ação, totalmente subscritas. Consequentemente, o número de ações do capital social da Companhia passou a ser de 1.336.599.980 ações, sendo 636.419.519 ações ordinárias e 700.180.461 ações preferenciais, sem valor nominal.

As ações preferenciais não possuem direito de voto, tem prioridade no caso de reembolso do capital em prêmio e de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, sendo-lhes assegurado o preço igual a 80% do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle.

Independentemente de modificação estatutária, o capital social poderá ser aumentado até o limite de 3.000.000.000 de ações, sendo até 1.626.300.000 em ações ordinárias e até 1.373.700.000 em ações preferenciais.

A Companhia mantém em tesouraria para cancelamento e/ou alienação 4.368.045 (4.368.045 em 2014) ações ordinárias e 17.529.630 (17.529.630 em 2014) ações preferenciais. O montante convertido em Units é de 4.368.045. O valor mercado dessas ações em 31 de dezembro de 2015 corresponde a R\$61.319 (R\$60.189 em 2014).

## 29.2 Transação de capital

	2015	2014
Saldo inicial - 2014 e 2013	1.848	1.848
Perdas apuradas com novas aquisições de participação em controladas diretas e indiretas (*)	(2.393)	-
Saldo final - 2015 e 2014	(545)	1.848

(\*) A Companhia apurou perdas nas novas aquisições de ações de controladas diretas e indiretas no montante de R\$2.393 conforme detalhado na nota explicativa nº 17. As alterações na participação em controladas não devem impactar o resultado, pois se tratam de operações realizadas entre os acionistas da Companhia. Além desse montante a Companhia possui R\$1.848 referente a ganhos obtidos na alienação de ações em tesouraria, ocorrido em exercícios anteriores.

## 29.3 Reserva de lucros - reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social.

## 29.4 Reserva de lucros - reserva de retenção de lucros

Do lucro líquido do exercício, R\$133.233 (R\$66.976 em 2014) foi destinado para a reserva de retenção de lucros com base em orçamento de capital aprovado pelo Conselho de Administração e a ser aprovado em Assembleia Geral Ordinária.

## 29.5 Reserva de lucros - retenção de lucro acumulado originado por mudança de prática contábil

Constituída com o ganho por compra vantajosa ocorrido com a aquisição da participação de não controladores em controladas, auferido no exercício de 2006. Na AGE de abril de 2012 e 2011, foram capitalizados R\$60.000 e R\$131.210, respectivamente. O saldo remanescente de R\$105.214 está registrado, como lucros acumulados por mudança de prática contábil, no patrimônio líquido conforme explicitado no CPC 15 e ICPC 09, à disposição de Assembleia Geral de Acionistas.

## 29.6 Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo nº 202 da Lei nº 6.404, de 15/12/76.

Os dividendos propostos no encerramento do exercício foram calculados como se segue:

	2015	2014
Lucro líquido do exercício	324.922	280.478
Reserva legal (5%)	(16.246)	(14.024)
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>308.676</b>	<b>266.454</b>
Dividendos obrigatórios 25%	77.169	66.613
Dividendos obrigatórios provisionados		
Pagamentos dividendos:		
Valor pago por ações R\$0,082 (R\$0,055 e R\$0,28 em 2014) e valor pago por Units R\$0,41(R\$0,1635 e R\$0,1165 em 2014) respectivamente.	100.351	68.532
Dividendos adicionais propostos - valor por ação R\$0,0572 (R\$0,105 em 2014) e valor por Units R\$0,286 (R\$0,535 em 2014).	75.201	130.946
<b>Total dos dividendos</b>	<b>175.552</b>	<b>199.478</b>
% sobre o lucro líquido ajustado	56,87%	74,87%

(1) Os dividendos adicionais propostos foram registrados na rubrica específica de dividendos a pagar dentro do próprio Patrimônio Líquido no montante de R\$75.201 (R\$130.946 em 2014), de acordo com as normas do CPC-08 e foram pagos em 08/03/2016.

A Companhia tem como prática alocar o recebimento de dividendos das controladas na atividade de investimento na demonstração do fluxo de caixa.

#### 29.7 Reserva de Incentivos - reserva de redução de imposto de renda (controladas)

As controladas EPB, ESE, EBO, EMT e ETO por atuarem no setor de infraestrutura na região Nordeste, Centro Oeste e Norte, obtiveram a redução do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

Esta redução foi aprovada através de Laudos Constitutivos, que impõe algumas obrigações e restrições:

- (i) O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas;
- (ii) O valor deve ser contabilizado como reserva de lucros e capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte à apuração e/ou utilizado para compensação de prejuízos; e
- (iii) O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a produção na região incentivada.

A partir da edição da Lei nº 11.638/07, e Lei nº 11.941/09 os incentivos fiscais passaram a ser contabilizados no resultado do exercício com posterior transferência para reservas de lucros - reserva de redução de imposto de renda.

Segue as informações dos incentivos obtidos pelas:

Controladas	Órgão Governamental	Nº do laudo constitutivo	Redução de Imposto de Renda (consolidado)	
			2015	2014
EPB	SUDENE	197/2012	39.535	26.033
ESE	SUDENE	205/2012	17.575	25.763
EBO	SUDENE	206/2012	8.001	962
EMT(*)	SUDAM	114/2014	-	-
ETO	SUDAM	113/2014	10.165	-
Total			<u>75.276</u>	<u>52.758</u>

(\*) A controlada EMT não apurou base de cálculo do Lucro da Exploração no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

Esses valores foram registrados diretamente no resultado do período na rubrica “imposto de renda e contribuição social corrente” no consolidado e foram destinados a reserva de incentivo fiscais no patrimônio líquido das controladas.

## 29.8 Outros resultados abrangentes

Refere-se a contabilização do plano de benefício a empregados líquidos de impostos. Os referidos saldos estão contabilizados em atendimento ao CPC 26 (IAS 01) - Apresentação das demonstrações contábeis.

Segue movimentação nos exercícios de 2015 e 2014:

	2015	2014
<b>Saldo inicial - 2014 e 2013</b>	<b>(91.992)</b>	<b>(55.428)</b>
Instrumento financeiro - MTM (1)	(9.879)	(5.165)
Ganho e perda atuarial - benefícios a empregados	(4.164)	(47.574)
Tributos sobre ganho e perda atuarial - benefícios a empregados	1.416	16.175
<b>Saldo final - 2015 e 2014</b>	<b>(104.619)</b>	<b>(91.992)</b>

(1) Instrumento financeiro - MTM de controlada, conforme descrito na nota nº 38.

## 30 Receita operacional

### 30.1 Receita operacional bruta - controladora

	2015	2014
<b>Receita operacional</b>		
Serviços especializados (*)	64.859	64.306
Deduções a receita operacional		
PIS	1.063	1.061
COFINS	4.902	4.887
ISS	1.300	1.295
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>57.594</b>	<b>57.063</b>

(\*) Referem-se aos serviços administrativos prestados as controladas.

## 30.2 Receita operacional bruta - consolidada

	2015			2014		
	Não auditado pelos auditores independentes		R\$	Não auditado pelos auditores independentes		R\$(*)
	Nº de consumidores	MWh		Nº de consumidores	MWh	
Residencial	5.221.397	9.866.146	6.189.027	5.038.205	7.866.646	3.533.155
Industrial	49.755	3.637.964	2.192.884	68.003	3.315.945	1.326.550
Comercial	467.325	5.577.561	3.585.995	460.500	4.407.522	2.083.491
Rural	589.087	2.526.754	1.124.946	578.362	1.988.233	523.677
Poder Público	61.413	1.329.765	789.487	61.003	1.081.980	478.105
Iluminação Pública	6.350	1.391.426	475.333	5.934	1.096.983	261.317
Serviço Público	7.294	1.018.754	439.696	7.048	901.122	246.654
Consumo Próprio	1.397	36.502	-	1.309	29.267	-
<b>Subtotal</b>	<b>6.404.018</b>	<b>25.384.872</b>	<b>14.797.368</b>	<b>6.220.364</b>	<b>20.687.698</b>	<b>8.452.949</b>
Suprimento Faturado	2	1.621.443	434.302	3	721.193	178.955
Fornecimento Não Faturado Líquido	-	(51.983)	115.652	-	25.006	49.455
Disponibilidade do sistema de transmissão e de distribuição	244	-	496.708	236	-	204.382
Venda de energia Comercializada	-	2.067.580	434.040	-	2.552.377	405.823
Receita de Construção (1)	-	-	1.381.542	-	-	853.019
Serviços Especializados	-	-	88.320	-	-	57.998
Outras receitas operacionais	-	-	104.546	-	-	187.853
(-) Ultrapassagem Demanda e excedente de Reativos (2)	-	-	(62.532)	-	-	(57.891)
Constituição e Amortiz - CVA Ativa e Passiva (3)	-	-	21.607	-	-	355.543
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	804.149	-	-	667.851
<b>Total - receita operacional bruta</b>	<b>6.404.264</b>	<b>29.021.912</b>	<b>18.615.702</b>	<b>6.220.603</b>	<b>23.986.274</b>	<b>11.355.937</b>
<b>Deduções da receita operacional</b>						
ICMS	-	-	3.286.115	-	-	1.942.660
PIS	-	-	284.969	-	-	177.651
COFINS	-	-	1.303.141	-	-	810.322
ISS	-	-	9.706	-	-	5.066
Deduções Bandeiras Tarifárias - CCRBT (4)	-	-	122.196	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	50.545	-	-	32.188
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	1.559.060	-	-	76.303
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	50.515	-	-	32.188
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	14.325	-	-	-
<b>Total - deduções receita operacional</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6.680.572</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.076.378</b>
<b>Total - receita operacional líquida</b>	<b>6.404.264</b>	<b>29.021.912</b>	<b>11.935.130</b>	<b>6.220.603</b>	<b>23.986.274</b>	<b>8.279.559</b>

(\*) A partir de 11 de abril de 2014, em face das aquisições das empresas do Grupo Rede, somente foram computados os valores de fornecimento a partir daquela data.

- (1) A receita de construção está representada pelo mesmo montante em custo de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica.
- (2) Inclui R\$806 de receita de Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativo, contabilizado em contrapartida de outros passivos financeiros setoriais, pelas controladas indiretas CAIUÁ, EEB, CNEE e EDEVP, conforme Despacho ANEEL nº245/2016.
- (3) Refere-se a montante de ativos e passivos financeiros setoriais reconhecidos no período findo em 31 de dezembro de 2015 de acordo com a Deliberação CVM nº 732/14.
- (4) A partir de janeiro de 2015, as contas de energia tiveram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O acionamento da bandeira tarifária é sinalizado mensalmente pela ANEEL, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, conforme a capacidade de geração de energia elétrica no país.  
A ANEEL através do Ofício nº 185 de 08/04/2015 estabeleceu novos procedimentos contábeis para registro das Receitas Adicionais das Bandeiras Tarifárias. Pela alteração proposta, os montantes das bandeiras passam a ser registrados na receita operacional.



As receitas auferidas pelas controladas referentes as bandeiras tarifárias no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram de R\$1.123.108, tendo sido repassados a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT o montante de R\$122.196.

Para os meses de janeiro a dezembro de 2015 a Aneel homologou os valores conforme abaixo:

Meses	Despacho	Total
Janeiro	Despacho nº 583 de 4 de março de 2015	(9.828)
Fevereiro	Despacho nº 8.297 de 30 de março de 2015	(9.717)
Março	Despacho nº 1.356 de 4 de maio de 2015	(18.205)
Abril	Despacho nº 1.743 de 29 de maio de 2015	(26.694)
Maio	Despacho nº 2.131 de 30 de junho de 2015	(20.240)
Junho	Despacho nº 2.440 de 29 de julho de 2015	(22.347)
Julho	Despacho nº 3.386 de 06 de outubro de 2015	(12.321)
Agosto	Despacho nº 3.387 de 06 de outubro de 2015	(29.910)
Setembro	Despacho nº 3.607 de 29 de outubro de 2015	(8.077)
Outubro	Despacho nº 3.887 de 01 de dezembro de 2015	40.022
Novembro	Despacho nº 007 de 05 de janeiro de 2016	(1.448)
Dezembro	Despacho nº 265 de 01 de Fevereiro de 2016	(3.431)
<b>Total</b>		<b>(122.196)</b>

### 31 Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Exercício possuem a seguinte composição por natureza de gasto:

Natureza do Gasto	Controladora			
	Custo do Serviço Prestado a Terceiros	Despesas Operacionais Gerais e Administrativas	Total	
			2015	2014
Pessoal e administradores	20.228	4.956	25.184	17.359
Entidade de previdência privada	248	61	309	170
Material	193	495	688	598
Serviços de terceiros	10.999	28.729	39.728	38.479
Depreciação e amortização	1.967	907	2.874	2.432
Outras	1.289	468	1.757	1.967
	<b>34.924</b>	<b>35.616</b>	<b>70.540</b>	<b>61.005</b>

Natureza do Gasto	Consolidado					
	Custo do Serviço			Gerais e Administ.	Total	
	Com Energia Elétrica	Custo de Operação	Prestado a Terceiros		2015	2014
Energia elétrica comprada para revenda	6.130.522	-	-	-	6.130.522	4.060.162
Encargo de uso de sistema de transmissão e distribuição	801.981	-	-	-	801.981	266.216
Pessoal e administradores	-	529.795	57.947	234.292	822.034	669.597
Entidade de previdência privada	-	15.239	448	31.176	46.863	30.346
Material	-	113.977	3.758	20.436	138.171	92.960
Serviços de terceiros	-	385.067	78.714	257.786	721.567	562.675
Depreciação e amortização (1)	-	593.371	4.625	101.934	699.930	591.357
Provisão p/créd. liquidação duvidosa	-	20.572	739	-	21.311	(43.313)
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	-	(13.837)	-	(86.816)	(100.653)	(37.328)
Custo de construção	-	-	1.381.542	-	1.381.542	853.017
Outras	-	167.191	15.577	146.740	329.508	250.264
	<b>6.932.503</b>	<b>1.811.375</b>	<b>1.543.350</b>	<b>705.548</b>	<b>10.992.776</b>	<b>7.295.953</b>

- (1) Inclui R\$29.206 (R\$72.940 em 2014) referente a crédito de PIS e COFINS calculados em relação aos encargos de depreciação e amortização de bens incorporados ao ativo imobilizado e intangível incorridos no exercício.

## 32 Custo de Energia Elétrica comprada para revenda-consolidado

	MWH (3)		Energia elétrica comprada p/revenda	
	2015	2014	2015	2014 (1)
Energia de Itaipú - Binacional	3.171.352	2.337.755	908.775	322.417
Energia de leilão	11.089.244	8.405.250	2.464.693	1.778.506
Energia bilateral e outros suprimentos	9.748.141	8.093.484	2.112.150	1.616.783
Cotas de Angra REN 530/12 (4)	963.943	773.106	166.416	119.205
Energia de curto prazo - CCEE	1.101.812	1.034.809	807.311	1.046.742
Cotas Garantia Física-Res. Homol. ANEEL 1410 - Anexo I	6.892.546	5.116.449	230.272	158.949
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	611.489	494.577	160.127	132.838
Ressarcimento pela exposição térmica (2)	-	-	(146.363)	(707.870)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(572.859)	(407.408)
<b>Total</b>	<b>33.578.527</b>	<b>26.255.430</b>	<b>6.130.522</b>	<b>4.060.162</b>

- (1) Nos valores e quantidades de 2014, inclui a partir de 11/04/2014 as informações das distribuidoras adquiridas (EMT, ETO, EMS e Empresas Sul Sudeste).

- (2) Através do Decreto presidencial n.º 8.221, foi criada a Conta no Ambiente de Contratação Regulada (CONTA-ACR), destinada a cobrir, total ou parcialmente, as despesas incorridas pelas concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência de: (i) exposição involuntária no mercado de curto prazo; e (ii) despacho de usinas termelétricas vinculadas a Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR, na modalidade por disponibilidade de energia elétrica.

Em março de 2015 a Aneel homologou os valores através do Despacho nº 773 de 27 de março de 2015 no montante de R\$146.363.

Os valores referentes ao Despacho já foram repassados pela CCEE nas contas correntes vinculadas ao aporte de garantias financeiras do mercado de curto prazo das concessionárias.

Os montantes foram registrados no resultado do período pelas respectivas controladas como redução de custo de energia comprada e sobre eles incidem os encargos de PIS e COFINS.

- (3) Informações não auditadas pelos auditores independentes.
- (4) Contempla valor de REN 1585/2013.

## 33 Outros Resultados

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
<b>Outras Receitas:</b>				
Ganhos na desativação	99	382	6.600	47.762
Outras	26	-	6.806	7.301
<b>Total</b>	<b>125</b>	<b>382</b>	<b>13.406</b>	<b>55.063</b>
<b>Outras Despesas:</b>				
Perdas na desativação	34	79	59.517	63.327
Outras	36	34	31.576	8.323
<b>Total</b>	<b>70</b>	<b>113</b>	<b>91.093</b>	<b>71.650</b>

## 34 Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Receita de aplicações financeiras	13.112	49.662	157.235	156.649
Variação monetária e acréscimo moratório de energia vendida	-	-	168.361	114.751
Variação monetária e cambial	-	-	71.677	81.094
Atualização contas a receber da concessão - VNR	-	-	243.409	31.527
Juros ativos financeiros setoriais	-	-	81.410	-
Juros recebidos - Selic	980	-	21.287	44.802
Atualização depósito judicial	7	-	16.685	4.536
Comissão de aval	25.311	19.866	-	-
Atualização dos contratos de mutuo	91.275	46.195	-	-
Tributos sobre receita financeira - Pis e Cofins	(4.527)	-	(14.293)	-
Ajuste a valor presente- creditos Opção C	28.886	22.972	-	-
Outras receitas financeiras	6.238	9.544	48.532	59.117
<b>Total receitas financeiras</b>	<b>161.282</b>	<b>148.239</b>	<b>794.303</b>	<b>492.476</b>
Encargos de dívidas - juros	(261.894)	(240.839)	(639.567)	(570.202)
Encargos de dívidas - variação monetária cambial	(226.440)	(52.189)	(1.068.759)	(255.514)
(-) Transferência para ordens em curso	-	-	15.125	12.923
Marcação a Mercado Derivativos	(55.276)	5.363	(153.339)	(6.960)
Marcação a Mercado da dívida	(497)	-	14.241	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	93.692	15.503	432.617	87.312
Atualização dos contratos de mutuo	(18.295)	(1.238)	-	-
Atualização PEE e P&D	-	-	(26.896)	(14.885)
Ajuste a valor presente	844	-	(15.337)	(161.655)
Atualização provisão para riscos	(42)	(5)	(44.168)	(31.039)
Despesas com IOF	(8.216)	(1.960)	(46.484)	(17.240)
Juros passivos financeiros setoriais	-	-	(30.970)	-
Juros/multa	(7.574)	(2.113)	(167.657)	(44.960)
Juros de incorporação de redes	-	-	(42.590)	(57.470)
Outras despesas financeiras	(4.781)	(24.941)	(66.465)	(68.712)
<b>Total despesas financeiras</b>	<b>(488.479)</b>	<b>(302.419)</b>	<b>(1.840.249)</b>	<b>(1.128.402)</b>
<b>Despesas financeiras líquidas</b>	<b>(327.197)</b>	<b>(154.180)</b>	<b>(1.045.946)</b>	<b>(635.926)</b>

## 35 Lucro por ação

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do exercício atribuível e a respectiva quantidade de ações ordinárias e preferenciais em circulação.

	2015	2014
Lucro líquido do exercício:	324.922	280.478
Média ponderada das ações	1.255.286	1.245.690
<b>Lucro líquido básico e diluído por ação - R\$ (*)</b>	<b>0,2588</b>	<b>0,2252</b>
Lucro (Prejuízo) básico e diluído por ação - operação continuada - R\$	(0,0378)	0,2246
Lucro líquido básico e diluído por ação - operação descontinuada - R\$	0,2967	0,0006
Resultado da operação continuada:	(124.340)	305.609
Acionistas da controladora	(114.971)	281.296
Acionistas não controladores	(9.369)	24.313
Resultado da operação descontinuada:	475.741	(889)
Acionistas da controladora	439.893	(818)
Acionistas não controladores	35.848	(71)

(\*) A Companhia não possui instrumento diluidor.

## 36 Cobertura de seguros

A Energisa e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

As principais coberturas é como segue:

Ramos	Data de vencimento	Cobertura securitária (R\$ mil)	Controladora		Consolidado	
			2015	2014	2015	2014
Riscos operacionais	23/10/2016	43.000	17	17	1.913	1.918
Responsabilidade Civil Geral	23/11/2016	50.600	9	12	2.612	3.852
Automóveis -Danos Materiais e Corporais a terceiros	23/10/2016	Até 360/ veículo	8	8	1.272	1.300
Responsabilidade Civil Geral a 2º Risco	04/10/2016	10.000	-	-	116	127
Aeronáutico - responsabilidade civil (RETA)	12/12/2016	898	-	-	8	5
Aeronáutico - casco/LUC	12/12/2016	251.559	-	-	269	263
Compreensivo Empresarial	26/09/2016	750	-	-	5	5
Vida em Grupo -Morte e Acidentes Pessoais	31/12/2016	116.096	135	158	2.058	2.183
Multirrisco Hangar	20/11/2016	2.500	-	-	4	5
RC Hangar	20/11/2016	41.603	-	-	27	77
Transportes	30/01/2017	Até 2.000/ transporte	-	-	180	175
			<b>169</b>	<b>195</b>	<b>8.464</b>	<b>9.910</b>

## **Riscos Operacionais**

Na apólice contratada foram destacados prédios e equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites máximos de indenização. Possui cobertura securitária básica, tais como incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, danos elétricos, queda de aeronave, impacto de veículo aéreo e terrestre, tumultos, alagamento / inundação, pequenas obras de engenharia, despesas extraordinárias, inclusão / exclusão de bens e locais, erros e omissões.

## **Responsabilidade Civil**

Apólice contratada possuindo cobertura securitária para danos morais, materiais e corporais causados a terceiros em decorrência das operações da empresa.

## **Multirrisco**

Garante cobertura securitária no caso de prejuízos decorrentes dos riscos causados a prédio, máquinas, móveis e utensílios, mercadorias e matérias primas do segurado.

## **Automóveis**

A Companhia mantém cobertura securitária para RCF/V - Responsabilidade Civil Facultativa/Veículos, garantindo aos terceiros envolvidos em sinistros, cobertura de danos pessoais e/ou materiais e morais incorridos.

## **Vida em Grupo e Acidentes Pessoais**

Garante cobertura securitária no caso de morte por qualquer causa, invalidez permanente total ou parcial por acidente e invalidez funcional permanente e total por doença, cesta básica e auxílio funeral de seus empregados.

## **Transportes**

Garante a cobertura securitária para carga, descarga, transporte e roubo das mercadorias inerentes ao ramo de atividade do Segurado, principalmente Máquinas e Equipamentos, quando transportadas pelo mesmo em veículos próprios.

## **Compreensivo Empresarial**

A apólice garante proteção contra incêndio, raio, explosão, implosão, danos elétricos, quebra de vidros, perda ou pagamento de aluguel. Estão cobertos os bens móveis e utensílios dos andares do prédio na Avenida Paulista - SP.

## **Seguro Aeronáutico**

O seguro de Responsabilidade Civil (RETA) e Casco (LUC) garante a cobertura securitária da aeronave e de danos materiais e/ou corporais causados aos passageiros, tripulantes e terceiros.

## **37 Arrendamento mercantil - consolidado**

---

As controladas Energisa Serviços Aéreos e Energisa Mato Grosso possuem arrendamento mercantil no montante de R\$9.039 (R\$14.798 em 2014) referente a veículos e aeronave, líquido de depreciação, registrados no ativo imobilizado, adquiridos através de contrato de arrendamento mercantil, com prazo de duração de 36 a 120 meses, com cláusulas de opção de compra e com taxas de juros de CDI.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia em atendimento ao CPC-06 (R1) (Operação de Arrendamento Mercantil), reconheceu os montantes de R\$5.759 (R\$5.727 em 2014), como despesa de depreciação e de R\$3.097 (R\$2.396 em 2014) como despesa financeira referente aos encargos dos contratos.

Em novembro de 2015, o contrato de arrendamento mercantil da controlada Energia Serviços Aéreos foi liquidado.

**Condições contratuais do arrendamento mercantil em 31 de dezembro de 2015 da controlada EMT:**

Operação	Vencimento	Características da Operação			Custo da Dívida		
		Periodicidade Amortização	Garantias Reais	Prazo Médio meses	Indexador	Taxa de Juros a.a.	TIR(Taxa efetiva de juros )
CESSNA FINANCE	29/09/2020	Trimestral	Depósito Caução	120	Dólar	6,75%	53,76%

A liquidação dos contratos em moeda estrangeira no montante de R\$46.744 (R\$35.925 em 2014), será finalizada em 29 de setembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2015 os contratos têm seus vencimentos assim programados:

	2015
2016	9.471
2017	3.912
2018	7.383
2019	7.894
2020	18.084
<b>Total</b>	<b>46.744</b>
Circulante	9.471
Não Circulante	37.273

Seguem as movimentações ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

Descrição	2015	2014
<b>Saldos iniciais - 2014 e 2013</b>	<b>35.925</b>	<b>35.149</b>
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	19.633	6.696
Pagamento de principal	(5.559)	(3.573)
Pagamento de juros	(3.255)	(2.347)
<b>Saldos finais - 2015 e 2014</b>	<b>46.744</b>	<b>35.925</b>
Circulante	9.471	4.142
Não circulante	37.273	31.783

## 38 Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

Controladora					
	Nível	2015		2014	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos					
Caixa e equivalente de caixa	2	222.737	222.737	50.249	50.249
Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados	2	51.581	51.581	6.046	6.046
Clientes	2	5.808	5.808	5.158	5.158
Instrumentos financeiros derivativos	2	106.025	106.025	74.361	74.361
Créditos com partes relacionadas	2	717.411	717.411	760.728	760.728

Controladora					
	Nível	2015		2014	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Passivos					
Fornecedores	2	1.703	1.703	1.182	1.182
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	2	1.939.999	1.937.581	2.703.524	2.681.385
Instrumentos financeiros derivativos	2	47.679	47.679	-	-
Débitos com partes relacionadas	2	236.573	236.573	144.018	144.018

Consolidado					
	Nível	2015		2014	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos					
Caixa e equivalente de caixa	2	1.083.627	1.083.627	576.072	576.072
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	816.130	816.130	1.048.557	1.048.557
Clientes, consumidores e concessionárias	2	2.194.510	2.194.510	1.639.645	1.639.645
Títulos de créditos a receber e outros	2	6.300	6.300	10.884	10.884
Contas a receber da concessão	3	2.858.710	2.858.710	3.024.053	3.024.053
Ativo financeiro setorial	3	1.062.905	1.062.905	1.008.801	1.008.801
Instrumentos financeiros derivativos	2	487.628	487.628	217.103	217.103

Consolidado					
	Nível	2015		2014	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Passivos					
Fornecedores	2	1.537.102	1.537.102	1.326.139	1.326.139
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	2	7.977.017	7.974.599	7.290.512	7.268.373
Parcelamento de impostos	2	95.147	95.147	113.563	113.563
Passivo financeiro setorial	3	637.843	637.843	654.980	654.980
Taxas regulamentares	2	173.500	173.500	468.866	468.866
Instrumentos financeiros derivativos	2	176.773	176.773	259	259
Instrumento financeiro - MTM (*)	2	337.854	337.854	327.972	327.972

(\*) A controlada EEVP e a BNDESPAR assinaram contrato assegurando à BNDESPAR, a seu exclusivo critério, o direito de exercer, em face da controlada, a opção de venda de até 67.642.986 ações preferenciais de emissão da Rede Energia S.A., de propriedade da BNDESPAR. A opção de venda de até a totalidade das ações poderá ser exercida pela BNDESPAR, dentro do prazo de 60 dias a contar de 03/01/2019.

Em 4 de fevereiro de 1999, a controlada EEVP, o BNDES Participações (“BNDESPAR”) e o Sr. Jorge Queiroz de Moraes Júnior (antigo acionista do grupo Rede), celebraram Contrato Particular de Opção de Venda de Ações de Emissão da Rede Energia S.A. - em recuperação judicial (atual denominação da Caiuá Serviços de Eletricidade S.A.), atualizados pelos Aditivos n°1, n°2, n°3 e n°4 de 29 de março de 2006, 9 de agosto de 2007, 27 de abril de 2010 e 1 de agosto de 2013, respectivamente.

Em 31 de março de 2014, foi celebrado entre a controlada EEVP, BNDESPAR, a Energia S.A. e o Sr. Jorge Queiroz de Moraes Júnior o Aditivo n°5 e Consolidação do Contrato Particular de Opção de Venda de Ações de emissão da Rede Energia S.A. - em recuperação judicial. As partes negociaram que a controlada EEVP outorgará à BNDESPAR, a seu exclusivo critério, o direito de exercer a opção de venda de até 67.642.986 ações preferenciais de emissão da Rede Energia S.A. - em recuperação judicial. A referida opção de venda de ações poderá ser exercida dentro do prazo de 60 dias, a partir de 03 de janeiro de 2019. O referido Aditivo n°5 estava condicionado à transferência para a Energisa S.A., do controle acionário indireto da controlada EEVP e da Rede Energia.

- **Preço de exercício**

Caso a opção seja exercida, a controlada EEVP e/ou a Energisa S.A. pagarão à BNDESPAR pela totalidade das ações o valor de R\$390.800, atualizados pela variação da TJLP, acrescida de 1,76% ao ano, a partir de 01 de julho de 2013.

O preço de exercício da opção poderá ser pago em moeda corrente nacional ou por meio de aumento de capital social da Energisa S.A., composto por 4 ações preferenciais e 1 ação ordinária (“Units”), a exclusivo critério da controlada EEVP e/ou da Energisa S.A.

Na hipótese de pagamento por meio de aumento de capital da Energisa S.A., o preço de cada ação ordinária e preferencial a ser emitida será de valor suficiente para perfazer o montante de R\$14,40 por Unit, atualizados a partir de 01 de julho de 2013. Caso o valor da Units for inferior a 25% do preço médio ponderado nos 60 pregões anteriores, a Energisa irá indenizar o BNDESPAR o valor de tal diferença no prazo de até 5 dias da integralização de capital.

O preço de exercício e a quantidade de Units serão ajustados sempre que houver aumentos de capital por bonificação, desdobramentos ou grupamentos de ações ou Units de emissão da Energisa S.A.

- **Garantias**

A controlada EEVP deverá constituir em favor do BNDESPAR, como garantia do cumprimento da obrigação de compra das ações preferenciais acima citadas, a caução de no mínimo, 117.643.852 ações ordinárias de emissão da Rede Energia, de sua propriedade.

A caução de ações deverá representar, a qualquer tempo, no mínimo, 40% do capital votante da Rede Energia S.A.

- **Precificação**

O preço de exercício - R\$9,05/ação - calculado pelo preço de exercício inicial de R\$5,78/ação acrescido de TJLP + 1,76% a. a. acumulada entre 01 de julho de 2013 até 31 de dezembro de 2015 e projetado até a data de exercício com TJLP de 7,5% + 1,76% a.a. A taxa livre de risco utilizada no cálculo é de 16,70% a.a. e volatilidade média ponderada do período foi de 99,19% a.a. Em 29 de dezembro de 2015, o preço de fechamento da ação do Rede foi de R\$1,32/ação.

A quantidade de ações da Put é de 67.642.986 e o prazo de exercício é de 60 dias contados a partir de 03 de janeiro de 2019.

## **Hierarquia de valor justo**

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em função das controladas de distribuição terem classificado os respectivos contas a receber da concessão e ativos e passivos financeiros setoriais como disponíveis para venda, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos (perdas) no resultado do exercício de R\$293.849, assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas nas notas explicativas nº 12 e 16.



Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e 2014 estão identificadas a seguir:

#### **Não derivativos - classificação e mensuração**

##### **Empréstimos e recebíveis**

Incluem clientes, consumidores e concessionárias, títulos de créditos a receber, outros créditos, contas a receber da concessão, ativos financeiros setoriais. São inicialmente mensurados pelo custo amortizado, usando-se a taxa de juros efetiva, sendo seus saldos aproximados ao valor justo.

##### **Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados**

Os saldos das aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e fundos de investimentos são avaliados ao seu valor justo por meio do resultado, exceto se mantidos até o vencimento, quando a Companhia e suas controladas manifestarem intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, esses ativos são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

##### **Ativos financeiros disponíveis para venda**

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

##### **Passivos financeiros pelo custo amortizado**

Fornecedores - são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures - Os instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros ao custo amortizado. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos vinculados aos investimentos das distribuidoras e a construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e Parques Eólicos, obtidos em moeda nacional, junto a Eletrobrás, BNB, BNDES, BDMG, Finep e empréstimos com bancos comerciais, se aproximam de seus respectivos valores justos, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. O valor justo dos passivos financeiros que são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados (fonte: CETIP), sendo esse a 5ª de debêntures da controladora,. Para os instrumentos financeiros sem mercado ativo, sendo esses, o FIDC (III e IV), 1ª emissão de debêntures (ETO), 7ª emissão de debêntures (EMS) e a 2ª e 5ª emissão de debêntures (EMT) e a 3ª emissão de Debêntures (ESE), a Companhia estabeleceu o seu valor justo como sendo equivalente ao valor contábil do instrumento. Para algumas das dívidas a Companhia e suas controladas realizaram a opção pela designação ao valor justo por meio do resultado, conforme descrito abaixo.

##### **Derivativos**

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia e suas controladas têm como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de swap e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação do dólar além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

### **Hedge Accounting**

Em 01 de julho de 2015, a Companhia e suas controladas efetuaram a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo “swap” (instrumento de hedge) para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI como hedge accounting. Em 31 de dezembro de 2015 essas operações, assim como as dívidas (objeto do hedge) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de “hedge” de valor justo. Em tais designações de hedge a Companhia documentou: (i) a relação de hedge; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o hedge e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do hedge.

Os contratos de “swap” são designados e efetivos como “hedge” de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o exercício, o “hedge” foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como hedge foi impactado em R\$19.881 e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

### **Fair Value Option**

A Companhia e suas controladas optaram pela designação formal de novas operações de dívidas contratadas no segundo semestre de 2015, para as quais a Companhia e suas controladas possuem instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo “swap” para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo (“Fair Value Option”) tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os “swaps” quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. A partir de 31 de dezembro de 2015, tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua re-mensuração reconhecidos no resultado da Companhia.

Durante o exercício, o valor contábil das dívidas designadas como “Fair Value Option” foi impactado em R\$5.640 e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

### **Incertezas**

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

### **Administração financeira de risco**

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia e suas controladas. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com

montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (revista a cada dois anos e disponível na web site da Companhia) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia e suas controladas.

O Comitê de Gestão de Riscos, composto pela Diretoria Financeira e Consultor externo especializado, acompanha, através do Relatório Trimestral de Gestão de Riscos, a adequação das operações à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”.

Adicionalmente, a gestão de risco da Companhia e de suas controladas visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. Para tanto, a Companhia e suas controladas contam com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

### Gestão de Risco de Capital

O índice de endividamento no final do período de relatório é o seguinte:

	Consolidado	
	2015	2014
Dívida (a)	7.977.017	7.290.512
Caixa e equivalentes de caixa	(1.083.627)	(576.072)
Dívida líquida	6.893.390	6.714.440
Patrimônio líquido (b)	2.211.653	1.882.939
Índice de endividamento líquido	3,12	3,57

(a) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 21 e nº 22.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas do Grupo, gerenciados como capital.

### Risco de liquidez

A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos, de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia e de suas controladas.

As maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são as seguintes:

Controladora							
	Taxa média de juros efetiva ponderada (%) ano	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		1.703	-	-	-	-	1.703
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures.	17,87%	312.070	252.263	942.736	931.981	967.025	3.407.075
<b>Total</b>		<b>313.773</b>	<b>252.263</b>	<b>942.736</b>	<b>931.981</b>	<b>967.025</b>	<b>3.408.778</b>
Consolidado							
Fornecedores	14,14%	1.215.513	39.016	117.047	195.078	13.885	1.580.539
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures.	14,54%	883.800	1.168.743	4.585.281	2.572.697	4.804.798	14.015.319
<b>Total</b>		<b>2.099.313</b>	<b>1.207.759</b>	<b>4.702.328</b>	<b>2.767.775</b>	<b>4.818.683</b>	<b>15.595.858</b>

## Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”. Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração tem a função de supervisionar se a administração do grupo vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política.

O risco de crédito, principalmente das distribuidoras de energia elétrica do Grupo Energisa, é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a clientes inadimplentes.

Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

## Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Ativos				
Caixa e equivalente de caixa	222.737	50.249	1.083.627	576.072
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	51.581	6.046	816.130	1.048.557
Clientes, consumidores e concessionárias	5.808	5.158	2.194.510	1.639.645
Títulos de créditos a receber	-	-	6.300	10.884
Contas a receber da concessão	-	-	2.858.710	3.024.053
Ativo financeiro setorial	-	-	1.062.905	1.008.801
Instrumentos financeiros derivativos	106.025	74.361	487.628	217.103

O detalhamento desses créditos está apresentado nas notas explicativas n.º 6, 7, 8, 12, 16 e 38.

## Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 21, é composto de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional (Eletrobrás, Banco do Nordeste, BNDES, BDMG e FINEP) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios das controladas e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as operações de vendas de opções vinculadas aos swaps dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, com alta de 47,01% sobre 31 de dezembro de 2014, cotado a R\$3,9048/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2015 era de 22,07%, enquanto em 31 de dezembro de 2014 era de 19,45%.

Do montante consolidado das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 31 de dezembro de 2015, de R\$7.992.569 (R\$7.308.389 em 2014), R\$2.611.367 (R\$1.593.622 em 2014) estão representados em dólares conforme nota explicativa nº 21. As operações que possuem proteção cambial e os respectivos instrumentos financeiros utilizados estão detalhadas abaixo.

Os empréstimos em dólar norte americano têm vencimento de curto e longo prazo (último vencimento em 13 de abril de 2020) e custo máximo de 7,79% ao ano mais variação cambial.

O balanço patrimonial em 2015 apresenta no ativo circulante R\$65.793 e não circulante R\$40.232 (R\$74.361 em 2014) e R\$16.806 no passivo circulante e R\$30.873 no passivo não circulante na controladora, R\$117.780 (R\$59.705 em 2014) no ativo circulante, R\$369.848 (R\$157.398 em 2014) no ativo não circulante e R\$126.251 no passivo circulante e R\$388.376 (R\$328.231 em 2014) no passivo não circulante, no consolidado, a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar. Não se tratam de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de hedge. À medida que os limitadores estabelecidos para as operações vigentes não forem ultrapassados, conforme abaixo descrito, deverá ocorrer a reversão dos lançamentos de marcação a mercado ora refletidos nas demonstrações financeiras. Por outro lado, o aumento da volatilidade, do cupom

cambial e da cotação do dólar, poderá implicar no aumento dos valores ora contabilizados. Inclui no consolidado R\$337.854 (R\$327.972 em 2014) de um instrumento de características semelhantes a um derivativo da controlada EEVP. No exercício a Energisa reconheceu diretamente no seu Patrimônio Líquido R\$9.879 (R\$5.169 em 2014) referente a sua participação nos efeitos refletidos no patrimônio das suas controladas.

A Companhia e suas controladas possuem proteção contra variação cambial adversa de mais de 98% dos financiamentos atrelados ao dólar, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. As proteções acima estão divididas nos instrumentos descritos a seguir:

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (ao ano)	Vencimento	Limitador	Designação Hedge Accounting
Loan 4131					
Citibank x ESA 1A	75.000		27/04/2018	3,0235 (Abr/17)	Não aplicável
P. Ativa		LIBOR + 1,64%		3,1896 (Abr/18)	
P. Passiva		102,15% CDI			
Loan 4131					
Santander x ESA 7	32.253		03/06/2016	-	Fair Value Hedge
P. Ativa		VC + 4,01%			
P. Passiva		CDI + 2,50%			
Loan 4131				3,11 (Abr/17)	Não aplicável
Itaú BBA x ESE 2	50.231		17/04/2018	3,30 (Abr/18)	
P. Ativa		VC + 4,105%			
P. Passiva		108,95% CDI			
Loan 4131				3,31 (Abr/18)	Não aplicável
Citibank x ESE 3	50.000		19/04/2018		
P. Ativa		LIBOR + 1,91%			
P. Passiva		103,50% CDI			
Loan 4131					
Citibank x ESE 4	22.314		28/05/2019	-	Fair Value Hedge
P. Ativa		Libor + 1,71%			
P. Passiva		CDI + 1,85%			
Loan 4131					
Citibank x EPB 2	40.000		21/09/2017	3,1975 (Set/17)	Não aplicável
P. Ativa		LIBOR + 1,8987%			
P. Passiva		101,00% CDI			
Loan 4131				3,11 (Abr/17)	Não aplicável
Itaú BBA x EPB 3	60.277		17/04/2018	3,30 (Abr/18)	
P. Ativa		VC + 4,105%			
P. Passiva		108,95% CDI			
Loan 4131					
Citibank x EPB 4	5.500		27/02/2019	-	Não aplicável
P. Ativa		LIBOR + 1,88%			
P. Passiva		CDI + 1,80%			

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (ao ano)	Vencimento	Limitador	Designação Hedge Accounting
Loan 4131					
Citibank x EPB 5	20.720		28/05/2019	-	Fair Value Hedge
P. Ativa		Libor + 1,71%			
P. Passiva		CDI + 1,85%			
Loan 4131					
BAML x EPB 6	10.000		20/10/2016	-	Fair Value Option
P. Ativa		Libor + 2,50%			
P. Passiva		CDI + 1,40%			
Loan 4131					
BAML x EBO 3	4.000		01/02/2016	-	Não aplicável
P. Ativa		LIBOR + 2,45%			
P. Passiva		116,45% CDI			
Loan 4131					
Santander x EBO 4	3.000		24/03/2016	-	Fair Value Hedge
P. Ativa		VC + 3,45%			
P. Passiva		CDI + 1,20%			
Loan 4131					
BAML x EMT 1	7.272		04/05/2017	-	Fair Value Hedge
P. Ativa		LIBOR + 1,50%			
P. Passiva		CDI + 1,45%			
Loan 4131					
Citibank x ENF 6	8.250		28/09/2017	-	Fair Value Hedge
P. Ativa		LIBOR + 1,36%			
P. Passiva		113,90% CDI			
Loan 4131					
Itaú BBA x ENF 7	7.663		25/02/2016	-	Fair Value Hedge
P. Ativa		VC + 4,50%			
P. Passiva		CDI + 2,35%			
Loan 4131					
Citibank x EMG 4	16.450		28/09/2017	-	Fair Value Hedge
P. Ativa		LIBOR + 1,36%			
P. Passiva		113,90% CDI			
Loan 4131					
Citibank x EMG 6	14.345		28/05/2019	-	Fair Value Hedge
P. Ativa		Libor + 1,71%			
P. Passiva		CDI + 1,85%			
Loan 4131					
Banco ABC x EMG 7	3.185		05/07/2016	-	Fair Value Option
P. Ativa		VC + 4,37%			

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (ao ano)	Vencimento	Limitador	Designação Hedge Accounting
P. Passiva		CDI + 3,50%			
Loan 4131					
Banco ABC x EMG 8	12.903	VC + 7,79%	08/09/2017	-	Fair Value Option
P. Ativa					
P. Passiva		CDI + 3,95%			
Loan 4131					
Itaú BBA x ECA 1	25.893	VC + 4,00%	28/11/2017	-	Fair Value Hedge
P. Ativa					
P. Passiva		CDI + 2,25%			
Loan 4131					
BAML x ECA 2	12.882	Libor + 1,85%	12/06/2017	-	Fair Value Hedge
P. Ativa					
P. Passiva		CDI + 1,4995%			
Loan 4131					
Itaú BBA x EEB 2	3.984	VC + 4,00%	28/11/2017	-	Fair Value Hedge
P. Ativa					
P. Passiva		CDI + 2,25%			
Loan 4131					
Banco ABC x EEB 4	12.987	VC + 7,02%	31/08/2017	-	Fair Value Option
P. Ativa					
P. Passiva		CDI + 3,55%			
Loan 4131					
Santander x EEB 5	15.181	VC + 5,58%	22/12/2016	-	Fair Value Option
P. Ativa					
P. Passiva		CDI + 2,32%			
Loan 4131					
Itaú BBA x CFLO 1	7.663	VC + 4,50%	25/02/2016	-	Fair Value Hedge
P. Ativa					
P. Passiva		CDI + 2,35%			
Loan 4131					
Itaú BBA x ETO 1	65.030	VC + 4,04%	13/04/2020	-	Fair Value Hedge
P. Ativa					
P. Passiva		CDI + 2,72%			
Loan 4131					
BAML x ETO 2	13.123	Libor + 2,50%	12/12/2016	-	Fair Value Option
P. Ativa					
P. Passiva		CDI + 1,48%			
Loan 4131	31.446		01/06/2017	-	Fair Value Hedge
BAML x EMS 2					



Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (ao ano)	Vencimento	Limitador	Designação Hedge Accounting
P. Ativa		Libor + 1,85%			
P. Passiva		CDI + 1,4925%			
Loan 4131					
BAML x EMS 3	7.600		08/08/2016	-	Fair Value Option
P. Ativa		Libor + 1,75%			
P. Passiva		CDI + 1,24%			
Loan 4131					
BAML x EMS 4	9.250		06/09/2016	-	Fair Value Option
P. Ativa		Libor + 1,90%			
P. Passiva		CDI + 1,39%			
Loan 4131					
Banco ABC x EDEVP 2	6.369		05/07/2016	-	Fair Value Option
P. Ativa		VC + 4,37%			
P. Passiva		CDI + 3,50%			
Loan 4131					
Banco ABC x CNEE	3.185		05/07/2016	-	Fair Value Option
P. Ativa		VC + 4,37%			
P. Passiva		CDI + 3,50%			

Adicionalmente, a Companhia possui operações de swap de taxa de juros (taxas pré-fixadas, CDI, TJLP, dentre outras) associada ao “Notional” de seu endividamento em moeda local (Reais). As operações de swap de juros estão relacionadas a seguir:

Operação	Notional (BRL)	Operação	Vencimento	Designação Hedge Accounting
SWAP				
HSBC X ESA				
P. Ativa	50.000	CDI + 1,60%	17/10/2016	Não aplicável
P. Passiva		109,20% CDI + (TJLP-6,00%)		
SWAP				
Santander X ESA	250.000		17/10/2016	Não aplicável
P. Ativa		CDI + 1,60%		
P. Passiva		CDI + 1,27% + (TJLP-6,00%)		
SWAP				
Santander X ESA	128.570		17/07/2017	Não aplicável
P. Ativa		CDI + 1,30%		
P. Passiva		CDI + (TJLP-5,50%)		
SWAP				
HSBC X ESA	128.570		17/07/2017	Não aplicável
P. Ativa		100,00% CDI		

Operação	Notional (BRL)	Operação	Vencimento	Designação Hedge Accounting
P. Passiva		Pré 8,8% + (TJLP-5,5%)		
SWAP				
Santander X ESA	271.430	IPCA + 6,15%	15/07/2019	Não aplicável
P. Ativa				
P. Passiva		IPCA + 5,85% + (TJLP-5,50%)		
SWAP				
HSBC X ESA	141.600	100,00% CDI	27/04/2018	Não aplicável
P. Ativa				
P. Passiva		96,00% CDI + (TJLP-5,50%)		
SWAP				
HSBC X ESA	175.000	Pré 9,63%	15/06/2020	Não aplicável
P. Ativa				
P. Passiva		102,65% CDI		
SWAP				
HSBC X EMS	23.703	CDI + 3,50%	05/09/2016	Não aplicável
P. Ativa				
P. Passiva		132,00% CDI + (TJLP-6,00%)		

A Administração da Companhia e de suas controladas permanecem atenta aos movimentos de mercado, de forma que estas operações poderão ter sua proteção reestruturada e mesmo seus prazos alongados, a depender do comportamento do câmbio (R\$/US\$), no que diz respeito à volatilidade e patamar de estabilização. A Companhia e suas controladas procederam à substituição dos derivativos mais complexos por estruturas mais simples e de maior liquidez, buscando menor exposição ao risco.

Neste sentido, em 18 de novembro de 2015, a Administração da Companhia e de suas controladas eliminaram os limitadores com vencimento no ano de 2016 dos swaps associados aos empréstimos 4131, de forma a minimizar o risco de perdas por alta do US\$ no ano de 2016. Os swaps que sofreram alterações podem ser vistos no quadro abaixo:

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (ao ano)	Vencimento	Limitador	Designação Hedge Accounting
Loan 4131					
Citibank x ESA 1A	25.000	LIBOR + 1,64%	27/04/2018	3,2415 (Abr/16)	Não aplicável
P. Ativa					
P. Passiva		102,15% CDI			
Loan 4131					
Citibank x EPB 2	20.000	LIBOR + 1,8987%	21/09/2017	3,3660 (Set/16)	Não aplicável
P. Ativa					
P. Passiva		101,00% CDI			

A Administração da Companhia e de suas controladas têm, constantemente, buscado alternativas de levantar capital a um custo atraente dada as condições de mercado no momento da emissão. Com a alta da taxa de

câmbio, surgiu a oportunidade de liquidar antecipadamente o instrumento de swap das controladas Energisa Sergipe e Energisa Paraíba junto ao Banco Citibank. A operação resultou na entrada de R\$77.000 sendo R\$29.500 na controlada Energisa Paraíba e R\$47.500 na controlada Energisa Sergipe, mas sem a necessidade de aumentar o valor da dívida.

A operação permitiu a monetização do hedge existente a um custo bastante atrativo, quando considerados os custos de captação de um valor equivalente a preços de mercado. Importante ressaltar que, em se tratando de monetização de um ativo (MTM), houve redução do montante alocado no balanço patrimonial ativo dessas Companhias com entrada de recursos equivalentes no caixa (descontados dos custos de estruturação).

A montagem do novo swap respeitou os prazos, custos e “notionals” da dívida associada em dólar, implicando na manutenção da exposição financeira, limitação do risco financeiro das Companhias e variações da taxa de câmbio.

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia e suas controladas, cujos valores não foram contabilizados como “fair value hedge”, vigentes em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014:

Derivativos	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2015	2014		2015	2014
			Posição Ativa		
Swap de Juros	958.503	1.363.897	Taxa de Juros Pré-fixada, CDI e IPCA	1.037.461	1.466.839
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI + TJLP e IPCA	(1.077.306)	(1.447.383)
			Posição Total Swap	(39.845)	19.456
			Posição Ativa		
Swap Cambial com opções	-	721.327	Moeda Estrangeira-USD e LIBOR	-	992.158
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	-	(744.096)
			Opções de Moeda Estrangeira (US\$)	-	(90.166)
			Posição Total Swap Com Opções	-	157.896
Swap Cambial	-	664.100	Moeda Estrangeira-USD e LIBOR	-	657.101
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	-	(619.918)
			Posição Total Swap	-	37.183

Fair Value Option	Valor de referência	Descrição	Valor justo
	2015		2015
Dívida designada para “Fair Value Option”	349.105	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(375.431)
Swap Cambial (Derivativo)	349.105	Posição Ativa	
		Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	375.731
		Posição Passiva	
		Taxa de Juros CDI	(370.611)
		Posição Líquida Swap	5.120
		Posição Líquida Dívida + Swap	(370.311)

A Companhia e suas controladas designam certos instrumentos de “hedge” relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como “hedge” de valor justo (“fair value hedge”), conforme demonstrado abaixo:

Fair Value Hedge	Valor de referência	Descrição	Valor justo
	2015		2015
Dívida (Objeto de Hedge)*	846.131	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(1.107.764)
Swap Cambial (Instrumento de Hedge)	846.131	Posição Ativa	
		Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	1.121.772
		Posição Passiva	
		Taxa de Juros CDI	(902.787)
		Posição Líquida Swap	218.985
		Posição Líquida Dívida + Swap	(888.778)

(\*) Os empréstimos designados formalmente como “Fair Value Hedge” são reconhecidos a valor justo na proporção da parcela efetiva em relação ao risco que está sendo protegido.

O Valor Justo dos derivativos contratados pelas controladas em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 21 e 22 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia e suas controladas não têm por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A marcação a mercado (MtM) das operações da Companhia e de suas controladas foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BMF.

## Análise de sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, como segue:

### Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 31 de dezembro de 2015, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição (**)	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros	-		110.925	(130.379)	(371.693)
<b>Swap Cambial com opções</b>					
<b>Posição Ativa</b>					
Moeda Estrangeira USD e LIBOR	1.076.035	Alta US\$	965.110	1.206.414	1.447.728
<b>Posição Passiva</b>					
Taxa de Juros CDI	(653.625)		(653.625)	(653.625)	(653.625)
Opções de Moeda Estrangeira - USD	(295.814)		(188.906)	(359.296)	(538.722)
<b>Subtotal</b>	<b>126.596</b>		<b>122.579</b>	<b>193.492</b>	<b>255.381</b>
<b>Total Líquido</b>	<b>126.596</b>		<b>233.504</b>	<b>63.114</b>	<b>(116.312)</b>
Instrumentos financeiros	-		147.251	(190.426)	(528.150)
<b>Swap Cambial</b>					
<b>Posição Ativa</b>					
Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	1.497.503	Alta US\$	1.350.252	1.687.929	2.025.653
<b>Posição Passiva</b>					
Posição Passiva - Taxa de Juros CDI	(1.273.398)		(1.273.398)	(1.273.398)	(1.273.398)
<b>Subtotal</b>	<b>224.105</b>		<b>76.854</b>	<b>414.531</b>	<b>752.255</b>
<b>Total Líquido</b>	<b>224.105</b>		<b>224.105</b>	<b>224.105</b>	<b>224.105</b>
<b>Total Geral</b>	<b>350.701</b>		<b>457.609</b>	<b>287.219</b>	<b>107.793</b>

(\*) Considera o cenário macroeconômico da Pesquisa Focus vigente em 31 de dezembro de 2015, para as datas futuras até a liquidação final das operações.

Os derivativos no “Cenário Provável”, calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa prefixada brasileira em reais para 31 de dezembro de 2015, o que é refletido no valor presente positivo de R\$457.609, que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), e desde que os limitadores dos instrumentos financeiros derivativos não sejam ultrapassados, o que faria com que a Companhia ficasse sem proteção, maiores serão os resultados positivos dos swaps. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao dólar, de 25% e 50%, observaríamos períodos de ultrapassagem de alguns dos limitadores atualmente vigentes, levando a valor presente positivo de R\$287.219 e de R\$107.793, respectivamente.

### Variação das taxas de juros

Considerando a manutenção da exposição às taxas de juros de 31 de dezembro de 2015, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos,

seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
<b>Instrumentos financeiros</b>	-		-	13.855	25.792
<b>Swap de Juros</b>					
Posição Ativa -Taxa de Juros	1.051.113	TJLP/CDI	1.037.461	1.023.607	1.011.669
Posição Passiva -Taxa de Juros CDI + TJLP	(1.091.086)		(1.077.306)	(1.097.970)	(1.118.905)
<b>Subtotal</b>	<b>(39.973)</b>		<b>(39.845)</b>	<b>(74.364)</b>	<b>(107.236)</b>
<b>Total Líquido - ganhos (perdas)</b>	<b>(39.973)</b>		<b>(39.845)</b>	<b>(60.510)</b>	<b>(81.444)</b>

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2015 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 13,24%, TJLP = 7,0% ao ano e FNE = 8,0% ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (1)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
<b>Instrumentos financeiros ativos:</b>					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	1.751.023	Alta CDI	261.428	326.785	392.142
<b>Instrumentos financeiros passivos:</b>					
Swap	(2.564.618)	Alta CDI	(382.899)	(478.623)	(574.346)
	(1.522.207)	Alta CDI	(227.266)	(284.083)	(340.899)
	(571.267)	Alta TJLP	(39.987)	(49.986)	(59.982)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(1.410.542)	Alta IPCA	(107.483)	(134.354)	(161.225)
	(455.470)	Alta SELIC	(64.904)	(81.128)	(97.357)
	(646.353)	Alta TR	(11.635)	(14.544)	(17.453)
<b>Subtotal (2)</b>	<b>(7.170.457)</b>		<b>(834.174)</b>	<b>(1.042.718)</b>	<b>(1.251.262)</b>
<b>Total -perdas (2)</b>	<b>(5.419.434)</b>	-	<b>(572.746)</b>	<b>(715.933)</b>	<b>(859.120)</b>

(1) Considera o CDI de 31 de dezembro de 2016 (14,93% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2015, TJLP 7,0% ao ano, Selic 14,25% ao ano, TR 1,8% ao ano e FNE 8% ao ano.

(2) Não incluem as demais operações pré-fixadas no valor de R\$ 822.112.

## Gerenciamento de risco de liquidez

O risco de liquidez representa o risco da Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

## 39 Benefícios a empregados

Segue a composição dos saldos do déficit atuarial dos planos de pensão:

SalDOS dos planos	Plano de Pensão				Prêmio		Total	
	Benefício Definido		Plano Saldado		Aposentadoria			
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Inergus	(109.060)	(95.883)	(12.751)	(18.374)	-	-	(121.810)	(114.257)
Funasa (1)	(82.708)	(67.802)	-	-	-	-	(82.708)	(67.802)
Redeprev	(10.980)	(13.264)	-	-	-	-	(10.980)	(13.264)
Outros	-	-	-	-	(3.100)	(6.721)	(3.100)	(6.721)
Total (1)	(202.748)	(176.949)	(12.751)	(18.374)	(3.100)	(6.721)	(218.598)	(202.044)
Circulante							(28.691)	(27.856)
Não circulante							(189.907)	(174.188)

- (1) A controlada EPB reconheceu a totalidade do déficit em suas demonstrações financeiras, tendo sido contabilizado R\$4.889 na rubrica de empréstimos e financiamentos no passivo não circulante e R\$77.819 em benefícios a empregados - plano de pensão. A controlada EPB objetivando equacionar o déficit e as demais insuficiências de reservas matemáticas do Plano Saldado Funasa - PS aumentou as contribuições de 10,44% para 17,43% sobre a folha de pagamento dos empregados ativos e inativos, e em 31 de julho de 2015 firmou contrato de assunção de dívida no montante de R\$4.994. O valor da dívida foi parcelado em 173 parcelas de R\$29 (Tabela SAC com juros apurado e pagos mensalmente), caso os juros sejam inferiores a taxa atuarial, será utilizado a taxa atuarial para cálculo da parcela mensal a ser paga. O saldo em 31 de dezembro de 2015 é de R\$4.889, registrado em empréstimos e financiamentos, no consolidado.

### Plano de suplementação de aposentadoria e pensões

Os planos de benefícios previdenciários mantidos pelas controladas Energisa PB (Funasa) e Energisa SE (Inergus) na modalidade de benefício definido, tiveram aprovação da Secretaria de Previdência Privada as seguintes alterações dos referidos planos:

1. Fechamento dos Planos de Benefícios Definido (BD) para novos participantes;
2. Criação dos Planos Saldados (PS) para o qual puderam migrar os atuais participantes ativos; e
3. Criação dos Planos de Contribuição Definida (CD) para o qual poderão migrar todos os atuais participantes ativos que tenham migrado concomitantemente para os planos (PS).

Os participantes que optaram pela migração para os planos (PS) fazem jus, quando de sua aposentadoria, de um benefício proporcional que foi calculado com base nas reservas matemáticas apuradas na data de migração e serão reajustadas até a data da concessão dos benefícios. O total dos benefícios proporcionais apurados no momento da implantação dos planos foi objeto de contrato de assunção de dívida pelas patrocinadoras Energisa Sergipe e Energisa Paraíba com os respectivos fundos patrocinados - Inergus e Funasa, respectivamente, já totalmente liquidados. Em função de suas características, os planos (PS) não serão objeto de contribuições mensais dos participantes ou patrocinadoras, sendo que qualquer eventual desequilíbrio atuarial deverá ser suportado pelas patrocinadoras.

Os planos (CD) se caracterizam por serem conhecidos os valores das contribuições, sendo que o valor dos benefícios dependerá do acúmulo da poupança realizada pelos participantes e pelas patrocinadoras e dos resultados financeiros obtidos dos investimentos realizados pelos administradores dos planos. Dessa forma, os planos nessa modalidade não geram para as patrocinadoras, passivos em razão de desequilíbrio atuarial.

A controlada Energisa MG, também possui plano de benefícios definidos, sendo vedado o ingresso de novos participantes a partir de seu fechamento em 19/11/1997. Atualmente, somente 22 participantes permanecem inscritos na condição de assistidos e pensionistas. Esse plano é administrado pelo HSBC e encontra-se superavitário.

Os colaboradores da Energisa BO participam do fundo de benefício definido administrado pela Brasil Previdência que sempre demonstrou ser superavitário.

### Plano de benefícios e contribuições definidas

As controladas possuem plano de contribuição definida, conforme segue:

Empresas	Plano Beneficiário	Contribuição anual		% s/folha de pagamento	Superávit (Déficit) atuarial	
		2015	2014		2015	2014
Energisa S/A	CD	327	175	1,16	-	-
Energisa MG	CD	594	511	1,20	-	-
Energisa MG	BD	-	-	-	370	303
Energisa NF	CD	178	182	1,51	-	-
Energisa Soluções	CD	763	422	1,09	-	-
Energisa SE	PS	601	534	0,9	(12.751)	(18.374)
Energisa SE	BD	1.012	1.034	2,13	(109.060)	(95.883)
Energisa SE	CD	1.001	988	2,5	-	-
Energisa PB	PS	409	413	0,7	-	-
Energisa PB	BD	10.246	6.137	17,43	(82.708)	(67.802)
Energisa PB	CD	676	631	1,15	-	-
Energisa BO	BD	143	113	1,38	2.557	4.186
Energisa MT	BD	241	243	-	(8.421)	(10.965)
Energisa MS	BD	4.005	4.095	-	(81)	(57)
Energisa TO	BD	146	131	-	(730)	(614)
CAIUÁ	BD	67	51	-	(280)	(378)
CNEE	BD	33	25	-	(43)	(166)
CFLO	BD	15	11	-	(518)	(540)
EBB	BD	43	35	-	(322)	(1.310)
EDEVP	BD	52	42	-	(585)	(679)

As reservas técnicas para fins de atendimento às normas estabelecidas pela SPC - Secretaria de Previdência Complementar são determinadas por atuários externos, os quais emitiram pareceres, sem apresentar comentários que representem qualquer risco adicional ou ressalva aos procedimentos adotados pelas administrações dos planos.

A seguir, estão descritas as premissas utilizadas na avaliação atuarial:

### Hipóteses econômicas e demográficas aplicadas a todos os planos

Taxas ao ano	Avaliação atuarial 2015	Avaliação atuarial 2014
Taxa de desconto atuarial	7,50%	6,05%
Taxa de rendimento esperada sobre os ativos	13,41%	11,88%
Taxa de crescimento salarial (*)	8,67%	2,11%
Taxa de inflação projetada	5,50%	5,50%
Tábua de mortalidade Geral	AT 2000 Suav. 10% por sexo	AT 2000 Suav. 10% por sexo
Tábua de mortalidade de inválidos	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo
Tábua de entrada em invalidez	Light média	Light média

(\*) Inclui expectativa de inflação futura projetada.



As controladas Energisa PB, Energisa SE, Energisa MG e Energisa BO, possuem plano de benefício definido cujas informações são apresentadas a seguir:

Segue posição atuarial dos ativos e passivos relacionados aos planos de aposentadorias, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, de acordo com as regras do CPC 33 R (IAS 19 R). O Método da Unidade de Crédito Projetada foi utilizado para apuração da obrigação atuarial:

	Benefício definido	
	2015	2014
Valor presente das obrigações atuariais	(361.201)	(345.781)
Valor justo dos ativos do plano	163.402	170.095
Redução dos ativos do plano	(3.792)	(1.884)
Ativos atuariais não reconhecidos	-	(4.489)
<b>Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos/ Passivo líquido</b>	<b><u>(201.591)</u></b>	<b><u>(182.059)</u></b>

Demonstração das despesas para o exercício de 2016:

	Consolidado
	BD, PS
Custo do serviço corrente	538
Custo dos juros	46.758
Rendimento esperado do ativo do plano	(20.784)
<b>Despesas (receitas) previstas para 2016</b>	<b><u>26.512</u></b>

Demonstração da movimentação do passivo líquido da patrocinadora do exercício:

	Consolidado	
	2015	2014
	BD,PS	BD,PS
Passivo atuarial líquido no início do exercício:	182.059	128.238
Despesas correntes	24.581	16.075
Contribuições da Companhia	(9.754)	(5.681)
Outros resultados abrangentes	7.963	43.427
<b>Passivo atuarial líquido do final do exercício</b>	<b><u>204.519</u></b>	<b><u>182.059</u></b>

Os ativos dos planos são:

	Consolidado	
	2015	2014
Títulos públicos	56.999	60.240
Cotas de fundos de renda fixa	100.031	95.019
Cotas de fundos de renda variável	-	1.016
Investimentos imobiliários	10.077	10.016
Empréstimos a participantes	2.044	1.866
Outros	-	429
	<b><u>169.154</u></b>	<b><u>168.586</u></b>

A movimentação do valor justo dos ativos é apresentada como segue:

	Consolidado	
	2015	2014
	BD, PS	BD, PS
Valor justo dos ativos no início do exercício	170.095	176.842
Benefícios pagos	(25.568)	(25.593)
Contribuições de participantes vertidas no ano	448	693
Contribuições da patrocinadora vertidas no ano	10.224	6.575
Rendimento efetivo dos ativos	18.907	19.148
Ganhos (perdas) atuariais dos ativos	(10.704)	(7.570)
<b>Valor justo dos ativos no final do exercício</b>	<b>163.402</b>	<b>170.095</b>

A movimentação do valor presente das obrigações é demonstrada como segue:

	Consolidado	
	2015	2014
	BD, PS	BD, PS
Saldo no início do exercício	345.781	293.809
Benefícios pagos no ano	(25.568)	(25.593)
Juros sobre obrigação atuarial	38.709	31.477
Custo do serviço corrente (com juros)	4.285	3.936
Contribuições de participantes vertidas no ano	449	-
Contribuições da patrocinadora vertidas no ano	59	-
Perdas (Ganhos) nas obrigações atuariais	(2.514)	42.152
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>361.201</b>	<b>345.781</b>

#### Plano de Aposentadoria e Pensão - empresas adquiridas em 11 de abril de 2014

As controladas são patrocinadoras de planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, na modalidade de contribuição definida e de benefício definido, sendo para este último vedado o ingresso de novos participantes e os atuais neles inscritos, estão na condição de assistidos. O plano de benefício definido é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros.

Em 31 de dezembro de 2015, a despesa de patrocínio a esses planos foi de R\$9.954 (R\$8.575 em 2014).

A controladas patrocinam, em conjunto com seus empregados em atividade, ex-empregados e respectivos beneficiários, planos de benefícios de aposentadoria e pensão, com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social, cuja administração é feita por meio da Redeprev - Fundação Rede de Previdência, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

Os planos de benefício instituídos pelos controlados junto à Redeprev são:

##### a. Plano de Benefícios BD-I:

Instituído em 01/01/1994, está estruturado na forma de Benefício Definido e é custeado pelos participantes ativos, participantes assistidos e patrocinadora. O plano encontra-se em extinção para novas adesões desde 01/01/1999. Asseguram benefícios suplementares à aposentadoria por tempo de serviço/velhice, aposentadoria por invalidez, auxílio-doença, pensão por morte e pecúlio por morte.

#### **b. Plano de Benefícios - R:**

Obteve autorização e aprovação para a aplicação do seu Regulamento por meio da Portaria nº 880, de 12/01/2007, emitida pelo Departamento de Análise Técnica da Secretaria de Previdência Complementar do MPS. O referido plano é resultante da fusão dos extintos Planos de Benefícios CELPA-R, EMT-R e ELÉTRICAS-R, cujos Regulamentos foram condensados em um único Regulamento, sem solução de continuidade. O plano está estruturado na forma de Benefício Definido.

Assegura os seguintes benefícios de risco estruturado: suplementação da aposentadoria por invalidez, suplementação do auxílio-doença, suplementação da pensão por morte e pecúlio por morte.

Os benefícios são custeados exclusivamente pelas controladas e de forma solidária com as demais patrocinadoras, CELPA - Centrais Elétricas do Pará S.A. - em “Recuperação Judicial” e as empresas do grupo Rede Energia S.A. - em “Recuperação Judicial”.

Antes da fusão os planos eram contabilizados em separado, e a partir de então as contas são prestadas de forma comum, em um único balancete, por conta da legislação que regula as entidades de previdência complementar. Todavia, especificamente para efeitos desta Avaliação e para o cumprimento do CPC 33 (R1) - Benefício a empregados, impõe-se a aferição compartimentada dos compromissos atuariais, das despesas com contribuições, dos custos e do Ativo do Plano de Benefícios R, por empresa patrocinadora.

#### **c. Plano de Benefício -OP:**

Instituído em 1/1/1999 assegura o benefício de Renda Mensal Vitalícia, após o prazo de diferimento.

Durante o prazo de diferimento do benefício, este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Definida e o valor da Renda Mensal Vitalícia está sempre vinculado ao montante financeiro das contribuições acumuladas a favor do participante.

A Renda Mensal Vitalícia, uma vez iniciada, é atualizada monetariamente anualmente, sendo nesta fase considerada Benefício Definido.

O custeio do plano é feito pelos participantes ativos e pela patrocinadora. Os participantes contribuem, a sua escolha, com um percentual de 2% a 20% do salário contribuição e a patrocinadora, por sua vez, contribui com um adicional de 10% sobre o valor contribuído pelos participantes.

#### **Situação financeira dos planos de benefícios - avaliação atuarial**

Com base na avaliação atuarial elaborada por atuários independentes da Companhia em 31 de dezembro de 2015, os planos de benefícios definidos, seguindo os critérios requeridos pelo CPC 33 (R1) - Benefício a empregados, apresentam a seguinte situação:

As premissas atuariais adotadas são imparciais e mutuamente compatíveis. A taxa de desconto é baseada no rendimento do título público NTN-B, indexado ao IPCA. O título foi utilizado pois apresenta características condizentes com as características dos benefícios. A taxa de rendimento esperado sobre os ativos do plano reflete as expectativas de mercado relativas a rendimentos dos ativos do plano. A taxa de crescimento salarial real é baseada na experiência histórica da Companhia.

Para a apuração do valor presente das obrigações de benefício definido é empregado o método do crédito unitário projetado, de acordo com as regras do CPC 33 % (IAS 19 R).

Eventuais diferenças atuariais são reconhecidas como “remensurações” em outros resultados abrangentes. Quando o saldo da obrigação se mostrar superior ao valor justo dos ativos do plano, o déficit deve ser reconhecido no passivo da patrocinadora.

## Conciliação da posição dos fundos de benefício definido

Consolidado	BD-I, OP e R	
	2015	2014
<b>Saldo início exercício 2015 e 2014</b>	<b>349.167</b>	<b>342.688</b>
Custo do serviço corrente	982	102
Custo do serviço passado	-	(44.610)
Custo dos juros	39.916	38.225
Benefícios pagos	(13.147)	(14.980)
Ganhos/Perdas atuariais	(21.255)	27.742
<b>Saldo final exercício 2015 e 2014</b>	<b>355.663</b>	<b>349.167</b>
<b>Valor justo dos ativos do plano</b>		
<b>Saldo início exercício 2015 e 2014</b>	<b>372.669</b>	<b>414.780</b>
Retorno esperado	42.874	46.159
Alteração regulamentar do Plano OP	-	(38.532)
Contribuições efetuadas (participantes e empresa)	795	164
Benefícios pagos	(27.480)	(14.981)
Contribuição empregador	1.060	-
Ganhos/Perdas atuariais	4.873	(34.921)
Liquidações (Distribuições de Superávit)	(10.732)	-
<b>Saldo final exercício 2015 e 2014</b>	<b>384.059</b>	<b>372.669</b>
<b>Posição líquida</b>	<b>28.396</b>	<b>23.502</b>
<b>Saldos:</b>		
BD-I	23.672	32.073
OP	12.647	(1.828)
R	(7.923)	(5.288)
<b>Total</b>	<b>28.396</b>	<b>24.957</b>
<b>Déficit registrado</b>	<b>(10.980)</b>	<b>(13.264)</b>
<b>Superavit não registrado</b>	<b>39.376</b>	<b>38.221</b>
<b>Circulante</b>	<b>907</b>	<b>2.224</b>
<b>Não circulante</b>	<b>10.073</b>	<b>11.040</b>

## Demonstração da movimentação do passivo líquido da patrocinadora no exercício;

	Consolidado
	2015
Passivo atuarial líquido no início do exercício	(13.264)
Contribuições da Companhia/Participantes	1.855
Outros Resultados Abrangentes	2.836
Receitas e (Despesas) correntes	(2.407)
<b>Total</b>	<b>(10.980)</b>

## Demonstração das despesas para o exercício de 2016:

	Total
	BD-I, OP e R
Custo do serviço corrente (com juros)	1.062
Juros sobre as obrigações atuariais	45.768
Rendimentos esperados dos ativos do plano	(49.698)
Valor das obrigações calculadas no final do ano	<u>(2.868)</u>

## Alocação percentual do valor justo dos ativos dos planos

	2015		
	BD-I	OP	R
Investimentos:			
Títulos públicos	54,26%	48,01%	62,15%
Créditos privados e depósitos	29,43%	32,27%	8,61%
Ações	0,45%	1,35%	0,53%
Fundos de investimento	7,77%	7,05%	6,91%
Empréstimos e financiamentos	6,59%	5,89%	20,98%
Operações compromissadas	0,22%	4,19%	0,79%
Investimento imobiliário	1,01%	0,96%	0,00%
Outros	0,27%	0,28%	0,03%
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

## Prêmio aposentadoria

A Companhia e suas controladas Energisa MG, Energisa NF, Energisa Soluções S/A, Energisa Soluções Construções e Serviços em Linhas e Redes S/A e Energisa Comercializadora S/A em Acordo Coletivo de Trabalho, concederam aos seus colaboradores, um prêmio aposentadoria a ser pago quando do requerimento das aposentadorias do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS).

O referido Prêmio varia de 1,5 a 15 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 6 anos e teto de 25 anos), quando do direito do benefício - aposentadoria requerida.

Os participantes do Plano CD que na data da aposentadoria requerida, apresentarem valores depositados pela patrocinadora em suas contas individuais, montantes superiores aos 15 salários base, não fazem jus ao prêmio.

Para o exercício de 2015 a despesa de manutenção do plano é de R\$255 (R\$270 em 2014) na controladora, R\$545 (R\$534 em 2014) na Energisa Soluções, R\$301 (R\$351 em 2014) na Energisa MG e R\$58 (R\$99 em 2014) na Energisa NF.

Abaixo são apresentados a conciliação dos ativos e passivos reconhecidos no balanço, um demonstrativo da movimentação do passivo (ativo) atuarial líquido, no período, e o total da despesa reconhecida na demonstração do resultado da Energisa S.A e consolidado.

A seguir está demonstrada a posição atuarial dos ativos e passivos reconhecidos no balanço:

	Consolidado	
	2015	2014
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	10.054	14.974
Valor justo dos ativos do plano	(7.426)	(8.250)
<b>Passivo atuarial líquido a ser provisionado</b>	<b>2.628</b>	<b>6.724</b>

A seguir está demonstrada a movimentação do passivo atuarial líquido:

	Consolidado	
	2015	2014
Passivo atuarial líquido no início do ano	6.721	6.905
Saldos de planos descontinuados	(337)	-
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	962	1.254
Outros resultados abrangentes	(4.246)	(1.438)
<b>Passivo atuarial líquido no final do ano</b>	<b>3.100</b>	<b>6.721</b>

Conciliação do valor presente das obrigações em 31 de dezembro de 2015.

	Consolidado	
	2015	2014
Valor presente das obrigações no início do ano	14.974	7.583
Saldos planos descontinuados	(340)	-
Custo do serviço corrente bruto (com juros)	584	769
Juros sobre obrigação atuarial	765	526
Benefícios pagos no ano	(7.681)	(380)
Perdas (ganhos) atuarial sobre a obrigação atuarial	1.752	6.476
<b>Valor das obrigações calculadas no final do ano</b>	<b>10.054</b>	<b>14.974</b>

Demonstração das despesas para o exercício de 2016, segundo critérios da Deliberação 695 da CVM:

	Consolidado	
	2016	2015
Custo do serviço corrente (com juros)	1.029	518
Juros sobre as obrigações atuariais	1.202	791
Rendimentos esperados dos ativos do plano	(849)	(387)
Remensuração do custo financeiro	-	70
<b>Valor das obrigações calculadas no final do ano</b>	<b>1.382</b>	<b>992</b>

**Uso de estimativas:** os compromissos atuariais com os planos de suplementação de aposentadoria e pensões são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados, em conformidade com a Deliberação CVM 695 de 13 de dezembro de 2012 e as regras contábeis estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC nº33 R1 (IAS 19) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os superávits com planos de benefícios a empregados não são contabilizados, devido as restrições na sua utilização.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cálculo da obrigação final. Adicionalmente são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biométricas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médico são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

## Plano de saúde

As controladas participam do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e/ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano desde que assumam a totalidade do custeio, não cabendo as controladas, qualquer vínculo e ou obrigação pós-emprego com esses empregados.

A Companhia, Energia MG e a Energisa Soluções, tem política própria de reembolso de despesas médicas a seus funcionários, a razão de 60% do custo efetivo. O desligamento e ou aposentadoria dos empregados automaticamente cessa esse benefício.

Em 31 de dezembro de 2015, as despesas com esse benefício foram de R\$951 (R\$803 em 2014) na controladora e R\$52.650 (R\$24.220 em 2014) no consolidado.

## 40 Compromissos - consolidados

As controladas possuem os seguintes compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a venda de energia:

	Contrato de venda de energia						
	Vigência	2016	2017	2018	2019	2020	Após 2020
Energisa Comercializadora	2016 a 2025	435.126	459.860	519.278	602.119	685.221	5.635.882
		<b>435.126</b>	<b>459.860</b>	<b>519.278</b>	<b>602.119</b>	<b>685.221</b>	<b>5.635.882</b>

As controladas possuem os seguintes compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia:

	Contrato de compra de energia (2)						
	Vigência	2016	2017	2018	2019	2020	Após 2020
Energisa Nova Friburgo Distribuidora Energia S/A (1)	2016 a 2026	60.718	61.776	62.904	64.021	65.150	489.374
Energisa Minas Gerais Distribuidora Energia S/A	2016 a 2048	194.440	194.004	198.275	212.292	203.761	2.732.421
Energisa Paraíba Distribuidora Energia S/A	2016 a 2048	597.797	593.621	575.415	614.084	555.454	8.171.125
Energisa Sergipe Distribuidora Energia S/A	2016 a 2048	465.172	424.950	423.433	440.187	424.087	6.238.543
Energisa Borborema Distribuidora Energia S/A	2016 a 2048	100.521	98.457	95.889	98.255	87.875	1.296.459
Caiuá Distribuição de Energia S.A.	2016 a 2048	145.796	148.439	143.698	146.529	130.390	1.991.982
Energisa Mato Grosso Distribuidora Energia S/A	2016 a 2048	1.316.327	1.336.302	1.450.693	1.552.027	1.548.133	16.757.579
Energisa Tocantins Distribuidora Energia S/A	2016 a 2048	427.962	390.357	388.759	450.762	354.977	5.893.852
Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora Energia S/A	2016 a 2048	623.619	574.614	600.749	661.891	683.255	11.480.539
Companhia Nacional de Energia Elétrica - CNEE	2016 a 2048	56.965	52.775	40.245	40.185	32.049	667.296
Empresa Elétrica Bragantina S.A. - EEB	2016 a 2048	108.814	103.069	101.410	122.849	107.860	1.674.405
Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A. - EDEVP	2016 a 2048	114.036	126.535	123.188	122.750	111.721	1.830.416
Companhia Força e Luz do Oeste - CFLO (1)	2016 a 2026	75.978	80.079	82.691	85.142	87.821	702.238
Energisa Comercializadora de Energia Ltda	2016 a 2026	416.666	438.252	490.076	566.802	654.877	5.262.595
		<b>4.704.811</b>	<b>4.623.232</b>	<b>4.777.425</b>	<b>5.177.776</b>	<b>5.047.410</b>	<b>65.188.824</b>

- (1) Os contratos de suprimento da ENF e CFLO foram aditados, conforme as disposições previstas no Submódulo 11.1 do PRORET (Procedimento de Regulação Tarifária).
- (2) Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e de Itaipu.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente no final de dezembro de 2015 e foram homologados pela ANEEL.

## 41 Meio ambiente

---

A Companhia e suas controladas tratam os impactos sociais e ambientais de seus produtos, serviços, processos e instalações, através de programas e práticas que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para com o meio ambiente. No exercício de 2015, os montantes investidos nesses programas e práticas totalizaram R\$34.762 (R\$74.744 em 2014), sendo R\$30.074 (R\$63.653 em 2014) alocados no ativo imobilizado e R\$4.688 (R\$6.304 em 2014) despesas operacionais, no consolidado.

Os montantes de 2014 incluem informação das empresas reclassificadas para disponível para venda.

As informações não financeiras não foram auditadas pelos auditores independentes.

## 42 Ativos de geração alienados

---

A Companhia concluiu em 18 de novembro de 2014, negociação com a São João Energética S.A., FIP Investimentos Sustentáveis e Brookfield Energia Renovável SA, empresas indiretamente controladas pela Brookfield Renewable Energy Partners, para venda dos ativos de geração de energia elétrica em operação e em construção. A negociação envolve 488 MW de capacidade instalada em unidades como Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs (43 MW), localizadas em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, um parque eólico no Rio Grande do Norte (150 MW), usinas de cogeração a base de biomassa de cana de açúcar em São Paulo e Mato Grosso do Sul (175 MW, dos quais 115 MW em construção) e uma usina hidrelétrica no Mato Grosso (120 MW).

Os ativos que foram alienados são: SPE Cristina, Energisa Centrais Eólicas e suas subsidiárias de geração eólica, Energisa Bioeletricidade e suas subsidiárias de geração termelétrica, Pequena Central Hidrelétrica Zé Tunin, Energisa Geração Rio Grande, as novas expansões de plantas de cogeração Energisa Geração Vista Alegre II e Energisa Geração Santa Cândida II e Tangará Energia S.A.

Com base no pronunciamento técnico CPC 31, desde 30 de setembro de 2014, a Companhia reclassificou esses ativos e passivos que foram destinados à venda, sem que houvesse qualquer impacto no resultado.

Em dezembro de 2014 os ativos de geração destinados a alienação foram capitalizados em fundo de investimentos, pelo valor de mercado, conforme segue: (i) no Fundo FIP REDE GERAÇÃO HIDRELÉTRICA, ações correspondentes a 95,07% do capital social de que possui na Tangará Energia S/A, pelo valor de R\$229.594; (ii) no Fundo FIP ENERGISA GERAÇÃO HIDRELÉTRICA, ações correspondentes a 92,2% do capital social da sociedade SPE Cristina Energia S/A, pelo valor de R\$23.788 e ações correspondentes 100% do capital social da sociedade Energisa Geração Rio Grande S/A no valor de R\$221.800 e da Pequena Central Hidrelétrica Zetunin no valor de R\$68.600; (iii) no Fundo FIP ENERGISA GERAÇÃO EÓLICA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES, ações correspondentes a 92,2% do capital social da sociedade Energisa Geração Centrais Eólicas RN, pelo valor de R\$485.894 e (iv) no Fundo FIP ENERGISA GERAÇÃO BIOMASSA, ações correspondentes a 100% do capital social da sociedade Energisa Bioeletricidade, pelo valor de R\$436.800.

As transferências dos ativos destinados a alienação foram capitalizados aos Fundos de Investimentos pelo valor de mercado tendo sido finalizada em 30 de maio de 2015 com apuração de ganho de capital de R\$573.709 na controladora e R\$677.924 no consolidado.



Segue apuração do ganho de capital registrado no exercício findo em 31 de dezembro de 2015:

	Controladora	Consolidado
Valor original de venda dos ativos (recebidos)	1.376.853	1.552.718
Ajuste preço adicional	113.500	113.500
Valor de venda contabilizado pela alienação dos ativos de geração	1.490.353	1.666.218
(-) Custos dos investimentos alienados	(916.644)	(988.294)
(=) Ganho de capital	573.709	677.924
(-) IR e CS - 34%	(195.061)	(195.061)
(=) Efeito líquido	<b>378.648</b>	<b>482.863</b>

Ativos e passivos reclassificados para disponíveis para venda saldo em 31 de dezembro de 2014:

	Controladora 2014	Consolidado 2014
Ativo		
Ativo circulante		
. Caixa, equivalente de caixa e aplicação financeira no mercado aberto	-	95.407
. Clientes	-	25.697
. Outros	-	20.182
Total do ativo circulante	-	141.286
Ativo não circulante	192.644	47.510
. Investimento	626.340	-
. Imobilizado/Intangível	-	1.825.741
Total do ativo não circulante	818.984	1.873.251
Total dos ativos disponíveis para venda	<b>818.984</b>	<b>2.014.537</b>
Passivo		
Passivo circulante		
. Fornecedores		39.969
. Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas	-	333.487
. Tributos e contribuições		8.537
. Outros	-	18.245
Total do passivo circulante	-	400.238
Passivo não circulante		
. Fornecedores		19.057
. Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas	-	658.484
. Impostos diferidos	-	119.375
. Parcelamento de impostos		
. Outros	32.348	24.155
Total do passivo não circulante	32.348	821.071
Total do passivo associado a ativos disponíveis para venda	<b>32.348</b>	<b>1.221.309</b>

Demonstração de resultado da operação descontinuada:

Demonstração do resultado das operações descontinuadas	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Receita líquida	-	-	69.101	111.686
(-) Custo com energia elétrica	-	-	(24.992)	(21.339)
(-) Custo serviços prestados a terceiros	-	-	(10.360)	(24.274)
Lucro operacional bruto	-	-	33.749	66.073
(-) Despesas operacionais	-	-	(2.747)	(7.263)
Resultado do serviço	-	-	31.002	58.810
Ganho apurado na alienação	573.709	-	676.459	38
Equivalência patrimonial	(6.241)	731	-	-
Receitas financeiras	-	-	7.116	36.244
Despesas financeiras	-	-	(39.966)	(90.287)
Lucro antes dos impostos	567.468	731	674.611	4.805
(-) Despesa de Imposto de renda e contribuição social	(195.061)	-	(198.870)	(5.694)
<b>Lucro (Prejuízo) de operação descontinuada</b>	<b>372.407</b>	<b>731</b>	<b>475.741</b>	<b>(889)</b>

Demonstração do fluxo de caixa das operações descontinuadas:

Demonstração do Fluxo de caixa das operações descontinuadas	Consolidado	
	2015	2014
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	30.562	88.426
Caixa líquido (consumido) nas atividades de investimentos	(65.469)	(190.184)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	(1.817)	112.442
<b>Variação líquida do caixa</b>	<b>(36.724)</b>	<b>10.684</b>

## 43 Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa consolidado da Companhia, referentes à combinação de negócios, são como seguem:

	2015	2014
<b>Valor justo aquisição Grupo Rede</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	-	84.066
Aplicação no Mercado Aberto	-	216.928
Clientes, consumidores e concessionárias e PDD	-	834.861
Tributos a Recuperar	-	269.709
Títulos de créditos a receber	-	206.545
Estoques	-	20.781
Cauções e Depósitos Vinculados	-	100.560
Outros créditos	-	729.987
Créditos com partes relacionadas	-	24.705
Impostos Diferidos	-	641.863
Contas a receber da Concessão	-	2.061.340
Imobilizado	-	182.440
Ágio na aquisição de empresas	-	165.552
Ativo intangível (PPA)	-	5.338.427
Fornecedores	-	1.329.437
Salários a pagar	-	13.855
Empréstimos e Financiamentos	-	2.856.794
Debentures	-	328.219
Tributos e Contribuições	-	2.045.714
Contingências fiscais, cíveis e trabalhistas	-	566.797
Parcelamento de impostos	-	630.077
Outros passivos	-	1.847.664
<b>Ativo disponível para venda - Geração</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	-	49.823
Aplicação no Mercado Aberto	-	49.055
Clientes, consumidores e concessionárias e PDD	-	28.718
Outros créditos	-	60.428
Imobilizado	-	1.412.675
Ativo intangível	-	358.969
Empréstimos e Financiamentos	-	864.831
Debentures	-	121.652
Tributos e Contribuições	-	132.815
Outros passivos	-	102.011
<b>Outras transações não caixa</b>		
Atividades operacionais		
Contas a receber da concessão - Bifurcação de Ativos	372.423	320.597
Contas a receber da concessão - Atualização VNR	243.409	31.525
<b>Atividades operacionais</b>		
Fornecedores	101.530	26.536
Estoques	2.705	-
Impostos a recuperar	2.689	-
Incorporação de redes	30.364	-
<b>Atividades de investimentos</b>		
Aquisição de intangível em processo de pagamento	101.530	26.536
Obrigações especiais - devolução de recursos Programa LPT	9.149	-
Obrigações especiais - transferência para incorporação de redes	30.364	-
Intangível - transferência para estoques	2.705	-
<b>Atividades de financiamento</b>		
Parcelamento de impostos compensados	2.689	-
Empréstimos e financiamentos	9.149	26.511

## 44 Eventos subsequentes

---

### a. Dividendos adicionais

O Conselho de Administração da Energisa S/A aprovou no dia 29 de fevereiro a distribuição de dividendos adicionais propostos à conta dos resultados do exercício de 2015, no montante de R\$75.201, o que equivale a R\$0,286 por Unit ou R\$0,0572 por ação ordinária ou preferencial. Esses dividendos serão pagos a partir do próximo dia 8 de março e farão jus aos dividendos os acionistas da Companhia detentores de ações em 29/02/2016, respeitadas as negociações em Bolsa até essa data.

### b. Empréstimos captados pela controlada Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A

Em ata da Assembleia Geral Extraordinária no dia 24 de fevereiro de 2016, foi aprovado o 1º aditamento à Cédula de Crédito Bancário Internacional ("Loan") e o aditamento terá por objeto alterar a taxa de juros que passará a ser equivalente a CDI + 2,95% ao ano, bem como alterar a data de vencimento do Loan de 25 de fevereiro de 2016 para 26 de fevereiro de 2018.

### c. Dividendos antecipados pela controlada Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A

Em ata da reunião extraordinária do Conselho de Administração realizada em 05 de janeiro de 2016, foi aprovada a distribuição de dividendos intercalares apurado nas demonstrações financeiras de 30 de novembro de 2015, no montante de R\$14.830, o que corresponde a R\$32,9026 por ação do capital social. Os pagamentos foram efetuados a partir de 29 de fevereiro de 2016, com base na posição acionária da controlada em 05 de janeiro de 2016.

### d. Emissão de novas séries de quotas do FIDC

A Energisa S.A. e Rede Energia S.A. em conjunto com suas controladas indiretas e diretas, respectivamente, Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S.A. (EMT) e Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A. (EMS) aprovaram a emissão de novas séries de quotas do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Não Padronizados IV Energisa Centro Oeste ("FIDC") no montante total de até R\$700.000. Do montante total, R\$481.000 em novas quotas serão emitidas pela EMT e R\$219.000 pela EMS.

### e. Bandeiras tarifárias

Desde janeiro de 2015, as contas de energia elétrica sofreram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O acionamento da bandeira tarifária será sinalizado mensalmente pela ANEEL, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, conforme a capacidade de geração de energia elétrica no país.

As bandeiras tarifárias sofrerão reajustes a partir de 01 de fevereiro de 2016, como segue:

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. Em fevereiro de 2016, alteração para R\$1,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos;
- Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. Em fevereiro de 2016, passou a ter dois patamares de R\$3,00 e R\$4,50 aplicados a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.